

ATA DETALHADA DA 158ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55

Aos cinco dias do mês de maio de 2011, às nove horas, no plenário do Conselho Estadual da Criança e Adolescente – CEDCA realizou-se a centésima quinquagésima oitava Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo seu presidente Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Adenor Martins da Silva – CMAS/Rib. Das Neves, Cristiane Nazareth da Silva – ISJB, Márcio Caldeira – ASSPROM, Sonia Terezinha de Abreu – CMAS/Ouro Branco, Elizabeth Leitão – COGEMAS, Maria Juanita G. Pimenta – SEDESE, Mario Roberto Amaral – MDC-MG, Marta Helena de F. Lages – CMAS/Lagoa Santa, Marcelo Armando Rodrigues – CRESS; conselheiros suplentes: Volney Lopes de Araújo – PSIND, Maria de Fátima Mayrinck – CMAS/Machuaçu, Gilvânia Francisca de Paula – SEDESE, Edma Aparecida Marinho – SEDESE, José Fernando Antunes Millane – COGEMAS, Miguel José de Lima – CMAS/Varginha; os convidados Roque Melo – Barra de Braúna, Cássia S. Oliveira – SINIBREF, Fernando Costa – Brookfield Energia, Arlene Mendonça Correa – SMAAS/PBH, Luiz Antonio V.B Rolla – Conecta; membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Nilce Heloisa de Araújo Campos, Rosalice Tassar, Maria Inês Veloso Corrêa, Leila, Maria Luisa Carvalho e Erika Ribeiro da Cruz, responsável pela memória desta reunião. O Presidente Geraldo inicia a Centésima Quinquagésima Oitava Plenária Ordinária do CEAS... “esses representantes aqui de empreendimentos e geração de energia, aos técnicos do conselho rogo a Deus que se tenha uma plenária repleta de fruídos positivos de sua fé Cristã, independente de respeitar credence de cada um e o ecumenismo. Direciona aos conselheiros em que todos receberam a pauta e as atas por antecipação e inicia com o 1º) ponto de pauta falando sobre a apreciação das atas da 23º plenária extraordinária e a 157º plenária ordinária e pergunta se há alguma retificação, complementação se não(...), se pode ratificar a ata por completo. Não. Na falta de indicativo, então, se considera aprovada a ata por sua essência. Tivemos-nos até então, a justificativa da conselheira Roberta que está em viagem a Brasília e não poderá estar presente conosco, foi a justificativa que temos sobre a ausência de conselheiros. A apreciação da pauta e a inclusão de pontos ou informes. Todos receberam a pauta e de sua parte sugere antecipadamente concordado com a conselheira Elizabeth Leitão que ira fazer uma apresentação no plenário e essa apresentação que é o ponto B da pauta passaria para o período da tarde. E pergunta aos conselheiros se estão de acordo. Se sim, passará para tarde. Se houver discordância gostaria que houvesse manifestação. Todos concordaram então, a apresentação passou para a tarde. E o presidente pergunta aos conselheiros se há outra situação de inclusão, inversão ou complementação de pauta. Conselheira Juanita: “eu preciso fazer a inversão de pauta da minha relatoria do processo de PCH Couro do Cervo para a parte da manhã, porque eu não vou estar. Vou estar no Congresso da AMM, então, gostaria que os conselheiros autorizassem.” O presidente Geraldo: “Ok. Juanita quer fazer a inversão e trazer agora para a parte da manhã a apresentação dela em função de necessidade de trabalho no período mais para tarde. Alguém discorda? Ok, então Juanita está feito a inversão e a de Beth. Mas alguma outra situação? Não. Então, considerasse a pauta previamente modificada.” Continuando o presidente Geraldo: “gostaria antes de passar para os informes colocar para todos os presentes que nós temos hoje a conselheira Marta que representa o cmas de Lagoa Santa que, está aqui enriquecendo a nossa plenária e está para somar conosco ai na caminhada social e Marta assume a vaga até então assumida pelo conselheiro Artileu. Então, a gente coloca para toda a plenária e dá posse a conselheira Marta que doravante esta conselheira do Conselho Estadual de Assistência Social. Seja Bem Vinda e parabéns, Marta! Então, vamos aos informes. Gostaria de manifestação.” Inscritos conselheiros: Marcelo, Adenor, Márcio, Juanita e Geraldo. Conselheiro Marcelo: “Gostaria de informar que o CRESS desta região, nós teremos posse da nova diretoria que foi eleita no dia 16 de maio. Vai chegar ainda, um

56 convite aqui para este CRESS ou para este Conselho Estadual.” Conselheiro Adenor:  
57 “eu queria cumprimentar o nosso presidente Geraldo e os demais componentes dessa  
58 mesa. Sra. e Srs., companheiros conselheiros, dizer que na verdade é um convite.  
59 Nós estamos ai nesta caminhada já daqui para frente em relação às conferências  
60 municipais e eu na qualidade de 1º secretário da União do Conselho Metropolitano  
61 faço um convite aos Srs. e Sras. para que possam estar conosco dia 25 em  
62 Esmeraldas. Esmeraldas é uma cidade que a gente tem acompanhado de perto até  
63 porque eles têm demandado algumas visitas da gente alguma coisa referente a no que  
64 tange a capacitação e até mesmo alguns pontos que tem em comum lá com a  
65 SEDESE. Juanita já nos ajudou em outra vez em relação a isso e eles puxaram para  
66 a reunião da União de Conselhos para lá e se algum conselheiro ou conselheira puder  
67 estar conosco será dia 25 às 14 hs no centro de Esmeraldas provavelmente será na  
68 Câmara de Vereadores, mas a gente vai estar encaminhando um e-mail para que  
69 todos conheça o local e horário, é só e muito obrigado!” O presidente agradece ao  
70 conselheiro e passa para o conselheiro Márcio: “Bom dia a todos conselheiros e  
71 conselheiras! Gostaria de compartilhar com vocês que em relação ao programa  
72 Projovem Urbano ele já está entrando em fase de encerramento no estado e todos os  
73 indicativos estão direcionando estão sendo direcionados para que o programa  
74 apresente um resultado muito significativo do ponto de vista das metas que foram  
75 estabelecidas e o alcance que estão sendo considerados pelos resultados já  
76 apresentados. Acreditamos que na plenária do mês de junho a gente já consiga  
77 apresentar um relatório referente a finalização do programa Projovem Urbano.”  
78 Conselheiro Mário Roberto: “Bom dia a todos! Bom dia presidente! Bom dia aos  
79 nossos convidados! Bom dia, aos conselheiros! Eu gostaria de fazer um convite. Dia  
80 09 de maio, segunda-feira próxima, nós estaremos lançando, o Movimento das Donas  
81 de Casa e Consumidores de Minas Gerais, estaremos lançando, O Jubileu de Prata,  
82 um livro dentro do incentivo da lei de 663 de Cultura, na Academia Mineira de Letras  
83 com a presença do vice-governador, da secretária de educação e os nossos parceiros:  
84 FIAT e Cemig. Convido a todos para esse lançamento do livro e eu temo a satisfação  
85 também de comunicar a todos que ontem a noite este conselheiro foi empossado  
86 também como conselheiro do Ministério Público. Lá no Ministério estamos trabalhando  
87 e já me coloco a disposição também daqui deste conselho para o conselho do  
88 Ministério Público de Gestão de Defesa do Consumidor, obrigado!” Conselheiro  
89 Volney: “Bom dia a todos! Quero informar que no outro final de semana foi realizado o  
90 primeiro seminário de Políticas Públicas promovidos pelo Conselho Regional de  
91 Psicologia. Um material vastíssimo. Nós temos um centro de pesquisa dentro do  
92 conselho. Esse material está disponível a todas as pessoas que queiram acessar. Eu  
93 acho que vale a pena acessar o material. E, também, no próximo dia 10 de maio às  
94 14hs e 30 min. haverá uma audiência pública na Assembléia Legislativa a respeito do  
95 sistema prisional em Minas Gerais. Então, o meu convite é aberto a todos.” O  
96 presidente Geraldo agradece ao conselheiro Volney e passa a palavra para a  
97 conselheira Juanita e vice-presidente: “Bom dia a todos! Na verdade eu queria  
98 informar, a SEDESE a Subsecretaria de Desenvolvimento Social está em parceria com  
99 a Sociedade Mineira de Municípios – AMM – desde o início deste ano, onde estamos  
100 em um processo de capacitação nas microrregiões. Acho que já foi falado aqui pela  
101 nossa subsecretária e conselheira Roberta. A gente está atendendo as 42  
102 microrregiões da AMM, nesse encontro que a gente tem em dois momentos. No  
103 primeiro momento, a gente conversa com os prefeitos, na parte da manhã tentando  
104 colocar a pauta da assistência social na agenda do município fazendo uma conversa  
105 mais política com os prefeitos com as questões estruturantes do SUAS e na parte da  
106 tarde a gente conversa com os técnicos. Com os técnicos a gente atende a demanda  
107 da microrregional com temas específicos do SUAS, aí varia e oscila para cada  
108 microrregião. Nesse mês, nós avançamos nesta parceria. Foi criado um curso de  
109 gestão financeira do SUAS. Nós fizemos um projeto piloto que aconteceu na semana  
110 passada. Isso aconteceu na sede da AMM para 35 municípios aonde veio o contador,

111 o secretário de assistência e um conselheiro. Esse curso teve a duração de 16 hs, 2  
112 dias, ele está sendo arredondado porque o objetivo é fazer mais um aqui em Belo  
113 Horizonte e vão ser feitos outros também nas associações microrregiões da AMM. O  
114 segundo informe é que hoje a tarde esta tendo o Vigésimo Oitavo Encontro dos  
115 Municípios Mineiros a assistência social vai ter uma mesa temática nessa AMM, neste  
116 congresso, então, a gente avalia que foi um avanço muito grande que nós nunca  
117 fomos convidadas para participar do Congresso da AMM. A gente está conseguindo  
118 mostrar essa cara do SUAS para os prefeitos e nos fomos convidadas a participar de  
119 uma mesa temática e que vai ser as 14hs., onde eu vou estar com nosso secretário  
120 Wander Borges. Onde vai estar a fala do município representado pela presidente do  
121 COGEMAS, Julia Ristori. A visão do MDS nos avanços e consolidação do SUAS  
122 através da Simone Albuquerque e os avanços do SUAS no âmbito do Estado que vai  
123 ter a fala do Dr. Wander e eu vou estar junto com ele neste momento, por isso minha  
124 não presença aqui nesse conselho na parte da tarde. Assim que terminar eu  
125 retornarei. Então, a gente está conseguindo essa parceria que até então a gente  
126 nunca tinha conseguido junto a frente dos municípios. A outra questão é que nós  
127 informamos também que nós estamos começando um piloto no município de  
128 Cataguases dia 17 e 18 capacitando todos os CREAS de Minas Gerais nas medidas  
129 socioeducativas independente se recebe financiamento para medida socioeducativa  
130 em meio aberto PLA ou PLC, ou não. Isso foi uma demanda apresentada pelo José  
131 Fernando, uma demanda específica do município dele para capacitar os orientadores  
132 educacionais das medidas socioeducativas, porém nós fizemos um arranjo mais forte  
133 procuramos a Defesa Social que executa essa medida no âmbito do estado. Sentamos  
134 com o Dr. Pedro(...) e fizemos essa proposta e estamos indo em 19 regionais onde  
135 tem CREAS. Fizemos isso inclusive essa proposta da programação com a Dra.  
136 Andrea, porque ela tem nos apresentado demanda de promotores em todo município  
137 onde recebe financiamento para executar medidas socioeducativas e os CREAS não  
138 estão executando. Inclusive recebemos o último que também foi deste conselho de  
139 Diamantina e Boa Esperança. Então, todos esse municípios vão receber está  
140 capacitação é uma capacitação conjunta entre a SEDESE e a Defesa Social que  
141 vamos inaugurar lá em Cataguases com 9 municípios da região de Muriaé que possui  
142 CREAS, independente de executar medidas socioeducativas em meio aberto ou não.  
143 Estão sendo convidados 5 pessoas, um gestor, um conselheiro, e a equipe técnica  
144 completa da media socioeducativa porque capacita deste a parte conceitual, aplicação  
145 da medidas , a conceituação jurídica. Como é que se dá a aplicação da medida, a  
146 articulação da rede. Então, a gente fez uma programação que é claro que enxuta em 2  
147 dias já que a proposta da Defesa é 5, mas a gente entende que para tirar a equipe do  
148 CREAS toda durante 5 dias, o CREAS não pode ficar fechado, então, nós  
149 condensamos a proposta em 2 dias e vamos aplicar essa metodologia lá em  
150 Cataguases para ver se vai funcionar. Então, a partir de 17 e 18 estamos uma vez por  
151 mês em cada 19 regionais do estado da SEDESE que possui CREAS. Muito Obrigado,  
152 presidente!” Conselheira Cristiane: “Bom dia a todos e todas! Juanita, gostaria de fazer  
153 uma solicitação porque a comissão de política ela esta exatamente discutindo junto  
154 com a comissão de política do CEDCA essa questão das medidas socioeducativas em  
155 meio aberto. Nós já tivemos uma primeira reunião. Aí eu queria verificar se é possível  
156 a gente ter acesso ao material da capacitação de Cataguases. Se é possível ser  
157 encaminhado para a comissão de políticas?” Conselheira Juanita: “ não há problemas.  
158 Na verdade, nós arredondamos essa capacitação na quarta-feira. Eu e a Adriana que  
159 executa a medida socioeducativa lá na SEDES, então, assim é o que eu vou mandar  
160 para o conselho é a proposta de como ela foi fechada, inclusive estamos convidando  
161 para a abertura o Sistema de Justiça do Município. Claro no caso do promotor ou juiz  
162 para a abertura, mas para todo o evento a equipe de social do judiciário para que eles  
163 entendam de que forma a gente está traçando este fluxo com a articulação da rede  
164 convidando o conselho tutelar em fim, mas eu vou mandar, então, para o conselho a  
165 partir de segunda-feira essa programação. Agora o material em si aí vem com você

166 porque não está pronto ainda. Quando ocorrer lá em Cataguases.” Conselheiro José  
167 Ismar: “gostaria de informar a viagem que este conselheiro vez até Itaioberas e lá  
168 reuni com as entidades e com o conselho municipal e vários outros municípios no dia  
169 seguinte quando se deu a reunião da União Regional de Conselho de Salinas. E o que  
170 eu pude perceber e o que eu trago para está plenária é a preocupação das entidades,  
171 dos conselhos e até dos gestores aja visto que Itaioberas tem um centro de  
172 atendimento as entidades a preocupação em relação a questão da certificação, a  
173 questão da inscrição nos conselhos e a questão da tipificação. Em dado momento a  
174 secretária do município alegou que havia mais de 40 entidades inscritas no conselho  
175 de assistência social e que pela interpretação e pelo que tem se falado o conselho iria  
176 ser fechado com 4 ou 5 entidades inscritas. Então, essa restrição exarcebada e que as  
177 normas nos tem trazido só tem às vezes o desentendimento, a incompreensão da  
178 norma tem levado estes conselhos as incertezas, as inseguranças e  
179 conseqüentemente prejudicar sensivelmente as entidades e as redes que compõe o  
180 modelo socio-assistencial municipal. Com isso, eu voltei muito preocupado dado a  
181 caminhada e a pratica experiência, mas tive a oportunidade de dizer a eles que a  
182 tipificação ela não é apenas tão somente na sua compreensão gênero da política  
183 obrigação de só entidade fazer. Essa tipificação ela se estende também aos projetos e  
184 programas governamentais, então, que não tivesse esse olhar míope de tudo querer  
185 cobrar a cada entidade e fechar os olhos para os programas, projetos, executado  
186 pelos entes federativos. Então, acho que essa percepção é muito importante para nós  
187 porque nós temos que mudar essa mentalidade de exclusão para uma mentalidade  
188 mais inclusiva uma mentalidade mais de construção. Tirar essa mentalidade de você  
189 não pode, você não é daqui, você não é isso e tal. Eu penso que às vezes tudo ao  
190 poder público pode. Então, temos que ter muito cuidado nessa condução porque daqui  
191 alguns dias não existirão conselhos.” Conselheiro Marcelo: “por ausência de  
192 entidades, né?” O presidente retoma a palavra e antes de dar seus informes ressalta  
193 alguns pontos: “são valorosos todos os informes aqui trazidos muitos deles entendidos  
194 com bastante tranqüilidade e é importante que a gente participe dessas solicitações  
195 que houve aqui. Temos um papel primordial na participação desses eventos. Mas,  
196 gostaria de ressaltar no caso do conselheiro Mário Roberto. Conselheiro Mário  
197 Roberto que representa o MDC sempre esteve aqui conosco e sempre foi transparente  
198 e muito honesto em dizer da sua situação como conselheiro estadual de assistência  
199 social da sua dificuldade inicial até do aprendizado e da caminhada, mas ele tem se  
200 revelado uma pessoa muito comprometida com o conselho e agora trás uma  
201 informação para nós que nos deixa muito prazerosos de estar compondo o conselho  
202 do Ministério Público. Então, gostaria que a plenária aqui presente pudesse dar uma  
203 salva de palmas em comemoração ao conselheiro. Queria ressaltar, ainda, o Márcio  
204 trás um informe ai até pelo próprio conselheiro Márcio foi trazido uma informação do  
205 CNAS por resolução fez composição de um GT que trataria da questão da tipificação e  
206 da qualificação profissional. Então, já era uma demanda deste conselho, a gente já  
207 vinha fazendo esta tratativa com muita preocupação que o Estado de Minas não só é  
208 pioneiro como é o maior Estado hoje que compõe essa ação. Nós temos aqui 6 ou 7  
209 entidades no estado que carrega entre 10 a 15 mil adolescentes no primeiro emprego  
210 com essa qualificação. Então, nós fizemos acontecer em função dessa demanda  
211 deste conselho com alguns conselheiros e convidados não conselheiros para fazer  
212 uma discussão com um dos membros desse GT que foi constituído em Brasília no  
213 CNAS e esse conselheiro que representa o movimento da população de rua é de Belo  
214 Horizonte – Samuel – que esteve presente conosco, onde fizemos a reunião, a  
215 conselheira Cristiane e conselheiro Márcio participaram. A secretária executiva da SE,  
216 Consolação, esteve presente nesta reunião. A entidade do José Ismar participou.  
217 Então, fizemos essa discussão e a partir daí nós colocamos no CNAS eu já fiz a  
218 substituição da entidade nacional que eu represento de uma outra companheira nossa  
219 que está acompanhando o GT em todas as reuniões bem próximo e já está fazendo  
220 incursões dentro do que Minas entende, dentro do que essas entidades entende será

221 caracterizado e tipificado o serviço. Então é a contribuição que podemos dar. E, ainda,  
222 ressaltar na Juanita quando ela trás a situação é de o Estado tá atendendo a  
223 solicitação feita pelo conselheiro José Fernando de Cataguases e aí eu penso que é  
224 muito nobre a solicitação que ele trás penso até que deveria ser todos os municípios  
225 que tem essa situação em função de a gente estar tratando de prioridade absoluta, a  
226 gente está tratando de criança e adolescente. A constituição Federal só trata num  
227 único ponto, um único artigo que é o Art. 227 como prioridade absoluta que é a  
228 criança e o adolescente. A gente sabe que os CRESS deve abarcar essa situação e a  
229 gente tem de dar nossa política de assistência social o público maior e quantitativo  
230 beneficiário dessa política é criança e adolescente e as vezes fica relegado a  
231 segundo e terceiro plano. Depois, não adianta a gente dá contra ou começar a  
232 constatar delinqüência infanto – juvenil como, assaltos, roubos, estupros e etc. Acho  
233 que precisamos ver este histórico e saber quais os direitos deles que estão sendo  
234 violados para antes de ressarcir tratar de medidas pró-ativas. Então, eu quero  
235 parabenizar o conselheiro José Fernando e a Juanita não só como conselheira e vice-  
236 presidente do conselho, mas também como gestora. Acho que o gestor tem estado  
237 pronto para atender os municípios de acordo com as demandas e isso é muito bom. E  
238 porque eu faço esses comentários é só para ressaltar que este conselho, essa  
239 composição deste conselho a mim pessoalmente, particularmente deixa muito feliz. A  
240 gente vê o crescimento da caminhada, da articulação, na paridade que existe entre  
241 conselheiros governamentais e sociedade civil andando de uma forma muito tranqüila  
242 e serena. E isso, fortalece este conselho e obviamente leva a política em curta  
243 distância da política para os beneficiários e todos os municípios deste Estado que  
244 mais parece um continente em função até do tamanho e da distância geográfica que a  
245 gente tem. Mas, o informe agora, eu quero fazer os informes e o primeiro deles é eu já  
246 faço colocando que este conselho tem estado presente em vários espaços. Eu estive  
247 representando este conselho no Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de  
248 Assistência Social em João Pessoa – PB. E por reivindicação do próprio Fórum  
249 Nacional levei uma capacitação de orçamento público. É curioso a gente entender  
250 como é que o fórum socializa hoje o fórum. Então, Minas este conselho tem dado uma  
251 contribuição muito efetiva para o Brasil através desses conselhos estaduais. Dessa,  
252 apresentação feita lá mais uma vez quero enaltecer e aqui reconhecer a competência  
253 da secretaria executiva porque foi feito uma capacitação, qualificação dentro daquilo  
254 que foi programado e construído pela Consolação e sua equipe técnica. Isso de lá  
255 demandou outros 4 Estados – Rondônia, Rio Grande do Norte, Curitiba e Espírito  
256 Santo – para fazer o mesmo trabalho. E, aí para fazer o trabalho de orçamento público  
257 de inscrição de entidades. A expertise nossa tem sido grande. Todos os conselheiros  
258 aqui e essa expertise tem sido levada para estes outros Estados. Eu já estive no  
259 Espírito Santo na segunda-feira da semana passada, o Estado tem 70 municípios, 53  
260 deles estiveram presentes de forma paritária e ai fizemos a capacitação e eles  
261 pediram outra vez para a gente voltar e a gente disponibilizou e o conselho esta a  
262 disposição só precisamos de agenda. Então, isso eu penso que engrandece e acho  
263 que é muito bom a gente socializar isto com o Brasil, então, nós estamos em defesa  
264 do beneficiário independente de fronteira, Estado ou município. A minha visão é esta.  
265 Enquanto representante da confederação nacional de empregados de turismo e  
266 hospitalidade que é uma entidade nacional nossa também. Nós tivemos uma  
267 participação, estamos tendo uma participação efetiva levando o combate a exploração  
268 sexual infanto-juvenil no turismo em todo o país. Isso é uma parceria que estamos  
269 fazendo junto com o Conselho Nacional do Turismo e a Confederação e eu represento  
270 a confederação do Conselho Nacional do Turismo na coordenação da Câmara  
271 temática de turismo sustentável a infância. Dessa forma, o conselho através da  
272 câmara me convocou a estar levando esta capacitação. E nós estamos fazendo  
273 encontros regionais no sul, foi em Porto Alegre, no Estado de Santa Catarina, Rio  
274 Grande do Sul e Paraná. Fizemos já realizado no Rio de Janeiro representando a  
275 região sudeste Minas e Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. E agora estaremos

276 fazendo na próxima semana em Recife para estarmos no Nordeste e logo em seguida  
277 será o Norte e o Centro-Oeste. Então, mais uma vez eu acho que é uma  
278 responsabilidade social que a gente assume e eu enquanto conselheiro desse  
279 conselho tenho o prazer em fazer isso. Eu penso que é uma maneira de a gente dar  
280 uma parcela de responsabilidade social para tentar pelo menos minimizar essa  
281 violência generalizada que assola o nosso país como um todo. Ainda, colocar para os  
282 Srs. Que eu estive na Zona da Mata com a União de conselhos de lá levando a  
283 mesma situação de inscrição de entidades. Isso tem sido uma aflição muito grande  
284 nos municípios, participação nos conselhos tem sido e aí em cima da fala do  
285 conselheiro José Ismar nos trás eu gostaria de deixar este comentário para a gente  
286 fazer no ponto 3 da pauta que vamos estar entrando na conferência e nós fizemos  
287 uma discussão ontem na mesa diretora acho que vai ser o momento mais adequado.  
288 E até em respeito aos empreendedores que aqui estão conosco, já tivemos juntos em  
289 muitas empreitadas inclusive nos municípios onde estão os empreendimentos eu  
290 quero fazer um informe aos Srs. Porque durante a 23ª plenária extraordinária do  
291 CEAS que o correu em 16 de março de 2011 foi deliberado a formação de um grupo  
292 de negociação composto pela comissão de atingidos pela UHE de Barra de Braúna e  
293 o empreendedor Barra de Braúna Energética S.A com o objetivo de conciliar os  
294 interesse de cada parte de modo a solucionar em definitivo as pendências de  
295 negociação existentes foi também determinado prazo até o dia 08 de abril para que  
296 este Grupo de Trabalho apresentasse uma posição das negociações realizadas ao  
297 conselho estadual de assistência social. Atendendo a determinação da plenária  
298 extraordinária foi protocolada no CEAS na data de 08 de abril cópia do termo de  
299 compromisso – pré-acordo – entre a Barra de Braúna Energética S.A e a Comissão de  
300 Atingidos pela UHE Barra de Braúna assinada em 7 de abril de 2011. A partir da  
301 análise técnica do termo de compromisso tem-se a seguinte posição: as pendências  
302 denunciadas anteriormente a este conselho foram reconhecidas pela comissão dos  
303 atingidos 200 casos destes 122 foram reconhecidos e indenizados pelo  
304 empreendedor, a partir das negociações realizadas pelo grupo de negociação formado  
305 pelo empreendedor e atingidos. 78 casos serão submetidos para análise da comissão  
306 de conciliação. A comissão de conciliação foi criada pelo Termo de Compromisso em  
307 sua cláusula terceira com o objetivo de viabilizar a solução desses 78 casos não  
308 solucionados pela comissão de atingidos e pelos representantes da UHE Barra de  
309 Braúna por meio do Termo de Compromisso – Pré-Acordo. A Comissão de  
310 Conciliação hoje já formada com três (3) representantes do empreendedor e três (3)  
311 representantes da comissão dos Atingidos: presidente do conselho municipal de  
312 assistência social de Laranjal, presidente do cmas de Recreio e um representante  
313 deste Conselho Estadual de Assistência Social. Aqui, vale ressaltar que foi uma  
314 empreitada longa, foram varias visitas, varias diligências e várias concordâncias,  
315 desacertos e tratativas de divergências, mas penso que foram todas construtivas no  
316 sentido de que hoje existe um encaminhamento que com toda certeza vai culminar  
317 com a resolução de todos os problemas. Tivemos aqui uma grata satisfação em ter a  
318 composição por parte do empreendedor e por parte dos atingidos quando daquela  
319 plenária extraordinária e depois na reunião que fizemos aqui neste conselho mais uma  
320 vez nos alegrou muito a situação de ver uma concordância, de ver a coisa caminhar  
321 sem precisar de existir uma contra-posição ou um conflito de interesses. Então,  
322 entendendo-se que o atingido é o beneficiário, ele depende daquela proteção. A  
323 partir do momento que houve essa boa intenção eu penso que até a forma o  
324 sentimento e a força de atração conspiram a favor. Aí, então, dentro desse informe eu  
325 quero abrir aos empreendedores que aqui estão presentes. Gostaria de saber se  
326 querem fazer alguma colocação. Se querem, fiquem à vontade.” Empreendedor, Rock  
327 Melo – Gerente Jurídico da Empresa Barra de Braúna Energética S.A: “ só queria  
328 corroborar com as palavras do presidente e informar que este é realmente o caminho  
329 que está. Nós estamos dando junto com a Comissão de Atingidos e a intenção da  
330 empresa é que realmente quer seja sobre o ponto de vista do empreendedor ou sobre

331 o ponto de vista deste conselho, dos conselhos municipais ou sobre dos atingidos que  
332 absolutamente todos os problemas iniciais da região sejam resolvidos. Nós estamos  
333 caminhando para isso e estamos muito próximos, aproximadamente 80% das  
334 situações estão sendo resolvidas. As outras estão com encaminhamentos junto a essa  
335 comissão e também, paralelamente, nós estamos desenvolvendo outros projetos de  
336 assistência social na região. Então, nós entendemos que estaremos na região no  
337 mínimo por mais 30 anos e nós estamos desenvolvendo realmente uma relação de  
338 parceria com os atingidos e também com os conselhos de assistência social e com as  
339 prefeituras da região. Essa é a intenção da empresa e isso é o que a gente estará  
340 colocando em prática nos próximos dias. Obrigado! Retomando a palavra o presidente  
341 em nome do conselho agradece e diz “esperamos realmente a compreensão do  
342 entendimento para que caminhem para um progresso do Estado através dos  
343 empreendimentos, do capital que está chegando e levando nova empregabilidade e  
344 isso se sabe que tira muitas pessoas até da situação de beneficiário da política de  
345 assistência. No entanto, a gente ressalta aqui ainda que tardia mas conseguimos  
346 vencer. Tivemos situação em que tiveram conosco Fernando, José Ismar, Adenor e a  
347 técnica Rosalice. Então, foi uma contribuição efetiva. A conselheira Juanita que esteve  
348 lá anteriormente. Acho que é dessa forma que a gente cresce e vai engrandecer o  
349 nosso Estado com toda certeza. Obrigado pela participação em todo o evento! Queria  
350 ainda, informar aos conselheiros que nós temos uma situação de ordem interna e eu  
351 queria chamar a atenção, principalmente, para os conselheiros da sociedade civil no  
352 que diz respeito ao dever do que a gente tem de prestar conta dos recursos  
353 financeiros que é propiciado aos nossos conselheiros. No que diz respeito às viagens  
354 que a gente faz a trabalho. Então, é importante entender que tem uma Lei de  
355 Prestação de Contas que exige prazo determinado e a gente precisa cumprir. Não  
356 podemos deixar macular a imagem dos conselheiros, principalmente, da sociedade  
357 civil no que diz respeito a prestação de contas quanto é uma coisa tão simples. Então,  
358 assim que retornar das viagens, por favor, prestem contas, apresentem os recibos.  
359 Nós temos situações de ordem corriqueira que está prejudicando o andamento e isso,  
360 não fere só a imagem do conselho, mas atrapalha e tumultua o processo burocrático  
361 do administrativo, atrapalha o próprio gestor porque o ordenador de despesa é o  
362 nosso gestor e aí o gestor quando não presta conta ele fica devendo. Temos  
363 estruturadores hoje que fica maculado. Então, isso para nós é ruim. Desculpem fazer  
364 dessa forma mas, nós precisamos de fazer cumprir essas datas. Então, saibam que  
365 por força regulamentar nós temos 15 dias para prestar conta. Na falta dessa prestação  
366 de contas no final desse prazo nos vamos notificar o conselheiro. Aí é preciso que  
367 exista esse entendimento para que a gente faça de uma forma serena, branda, sem  
368 maiores percalços e a gente possa conviver harmoniosamente. Conselheiro Marcelo:  
369 “ é só para completar presidente porque eu sou um dos que presta contas de viagens.  
370 Mais curiosamente ontem eu conversando com o Márcio ele me informou o seguinte,  
371 quer dizer eu já sabia, mas é importante que a gente... As diárias são depositadas  
372 antecipadamente nas nossas contas, então, por acaso a gente não informa que não  
373 pode vir a reunião este recurso será depositado na conta da gente. Aí depois a gente  
374 tem de devolver. Então, eu estava conversando com ele e disse que a gente tem pelo  
375 menos uma semana, se a gente não vem para uma reunião uma semana antes a  
376 gente tem que informar para que não faça a solicitação dessa diária para o  
377 conselheiro. Então, é só a título de informação.” Presidente: “eu queria aproveitar que  
378 os empreendedores estão saindo e só colocar para os Srs. o seguinte: o esforço deste  
379 conselho tem sido muito grande, a compreensão para que a gente minimize esses  
380 conflitos de empreendimentos vários não só o que vocês representam no Estado tem  
381 sido grande e em função de estar atento a esta situação o conselho fez uma  
382 solicitação ao nosso órgão gestor para que houvesse uma capacitação para os  
383 conselheiros no sentido da mediação e assim, foi deliberado e o nosso gestor  
384 prontamente atendeu e fez valer um curso hoje em nível de especialização que vai  
385 contribuir para formação global do ser humano e a pacificação social. Então, ele tem

386 varias cadeiras e eu penso que vai contribuir muito esse curso hoje tem vários  
387 conselheiros e vários técnicos que vão participar dele e será ministrado nas sexta-feira  
388 o dia inteiro e no sábado e a gente já tem uma agenda que vamos falar no próximo  
389 ponto e talvez alterar a próxima data deste conselho para que exista a possibilidade de  
390 tempo dos conselheiros participarem. Então, existe um esforço muito grande do  
391 conselho, do gestor que é uma secretaria de estado ligado ao governo Anastásia.  
392 Então, é importante que os Srs. saibam disso que, a gente também está trabalhando  
393 em paralelo e concomitantemente para trabalharmos da melhor forma possível na  
394 administração desses conflitos. Obrigado, tenham um bom dia!” Continuando sua fala:  
395 “ E, aos conselheiros que se inscreveram neste curso, eu gostaria de parabenizá-los e  
396 dizer que realmente nos vamos investir um tempo muito grande. Investir um tempo  
397 que irá tomar um tempo que temos para lazer para nossas famílias, no entanto, é um  
398 curso que tem um conteúdo programático muito rico, que trás uma grade curricular  
399 excepcional dentro da minha visão e compartilho isso com nossa vice-presidente  
400 Juanita e aqueles que se inscreveram deverá fazer o esforço máximo possível para  
401 participar de forma presencial no curso. Quando não houver, por força de agenda, que  
402 aqui todos tem a agenda muito tumultuada, eu pedi a Consolação que fizesse a  
403 gravação daquele momento para que a gente pudesse por meio da gravação ter  
404 acesso ao curso. Porque eu penso que aqui nós já estamos bastante maduro e  
405 bastante formado e graduado o suficiente para não depender mais de um diploma. O  
406 que nós queremos realmente é participar do processo e enriquecer o nosso cabedal  
407 (??) de conhecimentos. Mas, hoje o diploma trás muito pouco em relação ao conteúdo  
408 que a gente vai ter. E, com isso, eu encerro os meus informes e pergunto, ainda, se  
409 algum conselheiro esqueceu ou se quer em tempo fazer outros informes. Conselheira  
410 Juanita: desculpem, eu esqueci, mês passado eu tive representando este conselho na  
411 URCMA de Montes Claros e depois onde depois na reunião eu reuni com três  
412 municípios que recebem empreendimentos a pedido deste conselho também, então,  
413 na parte da manhã nos tivemos uma reunião com os prefeitos da AMM da região de  
414 Montes Claros, na parte da tarde foi uma capacitação que foi feita pela AMAS ligada a  
415 UNIMONTES através do professor Luiz Lobo onde eu estava representando este  
416 conselho que fez uma parceria com a URCMA de Montes Claros e fiz uma  
417 capacitação lá com relação a Resolução 16 e a Tipificação e depois desta reunião  
418 onde tinha mais ou menos 400 pessoas no plenário. O pessoal ficou até o final, muita  
419 participação de municípios, inclusive da região de Almenara que vieram ouvir a  
420 temática e, posterior a reunião, nós falamos com três municípios que tinham  
421 empreendimentos hidroelétricos.” Presidente: “legal Juanita e melhor ainda, é ver  
422 Almenara participando região que a gente precisa muito estar voltada para ela. Região  
423 que necessita da gente tá presente para isso. Próximo item da pauta: **C – 1) Processo**  
424 **de escolha da Mesa Diretora:** presidente: “ nós temos um processo que foi absoldido  
425 pela própria lei Delegada deste Estado por incursão em função da demanda e da  
426 própria Roberta, Juanita e equipe técnica de lá vez isso com a Lei Delegada e  
427 conseguimos fazer com que o processo de eleitoral da sociedade civil para este  
428 conselho ocorresse na Conferência Estadual de Assistência Social, então, o estado de  
429 Minas Gerais será mais uma vez pioneiro em uma situação que é levar para a  
430 Conferência Estadual um processo eleitoral da sociedade civil para composição do  
431 conselho. Dentro dessa linha o entendimento nosso enquanto sociedade civil é que a  
432 mesa diretora que está composta deveria ter o prazo postergado para coincidir com o  
433 processo eleitoral visando que, a primeira situação se existe agora a recomposição de  
434 mesa esses conselheiros que aqui estão da sociedade civil eles poderiam estar  
435 cometendo uma injustiça ou não, quando da Conferência Estadual poderia haver ou  
436 não a renovação de todos os conselheiros ou parte deles e aí uma mesa ficaria com  
437 um mandato de conselheiros 6 meses de um e 6 meses de outra composição. Dentro  
438 dessa linha nós manifestamos ao nosso órgão gestor através da nossa subsecretária  
439 de assistência e nossa vice-presidente e o próprio secretário de estado Wander  
440 Borges levamos para ele que a sociedade civil tem o entendimento de que deve ser

441 postergado esta data para a conferência e assim, na conferência nós teremos um  
442 processo eleitoral da recomposição deste conselho da sociedade civil . O conselho,  
443 portanto, de forma paritária estará recomposto e aí então, se faz a recondução ou não.  
444 O processo eleitoral da mesa diretora. Então, ao levar isso hoje e discutir um pouco  
445 antes com a Juanita que já trocou informação com a Roberta, a gente coloca isso  
446 aberto para a mesa para as colocações de quem quiser se manifestar mas, primeiro  
447 eu gostaria de passar para Juanita que é conselheira governamental e vice-presidente  
448 deste conselho para fazer uma manifestação.” Conselheira Juanita: “conforme dito  
449 pelo presidente hoje seria nossa eleição da mesa diretora onde seria a vez do governo  
450 assumir a presidência deste conselho e foi apresentado a vontade da sociedade civil  
451 em permanecer na condução deste conselho até a eleição que será na Conferência  
452 como o próprio presidente falou. É um avanço deste CEAS na escolha dos  
453 representantes no conselho estadual na conferência. Hoje temos o Conselho Nacional  
454 que faz isso, mas em termos de Estado esse é o primeiro conselho que faz a eleição  
455 dos conselheiros na conferência, isso foi incluído na Lei Delegada – 180 ou 179/2011  
456 se não me engano – onde fala da nova composição dos conselheiros já incluindo já  
457 atualizado na lógica da representatividade e também, garantindo que essa eleição  
458 ocorra na conferência. Considerando o que o órgão gestor considerou que foi uma  
459 demanda apresentada pela sociedade civil de postergar de continuar na condução por  
460 este conselho considerando que em outubro a gente vai fazer essa eleição dos novos  
461 membros da sociedade civil, o órgão gestor entendeu que é correto a demanda da  
462 sociedade civil e o governo não se opõe a manutenção da sociedade civil na  
463 presidência deste conselho. Tanto que como o Geraldo falou anteriormente a gente tá  
464 tendo uma conduta que é a mais ética e a mais transparente possível na condução  
465 desse processo de controle social então o governo não de opõe a manutenção da  
466 sociedade civil na condução deste conselho até a conferência.” O presidente pergunta  
467 se há outro conselheiro que deseja manifestar sobre o assunto. Conselheiro Marcelo:  
468 “o nosso regimento interno é omissivo quanto a essa dilatação de prazo. Ele fala da  
469 recondução. E só para deixar claro aos conselheiros que esse processo que esta  
470 acontecendo agora é uma dilatação de prazo para que possa adequar a Lei Delegada  
471 que ampliou esse prazo para o processo de escolha. Considerando que lá na  
472 conferência após a eleição poderá ou não haver recondução. Só para deixar isso mais  
473 ou menos claro.” Conselheira Juanita: “na verdade a Lei Delegada não fala no prazo  
474 ela só fala do processo de escolha que vai ocorrer na Conferência. Com relação ao  
475 prazo ela não fala. O que nós estamos fazendo aqui é como você falou, no nosso  
476 regimento interno fala da recondução, não fala da dilatação.” Presidente: “fica claro  
477 que antes da Lei Delegada a gente fez essa discussão, e vamos assumir o risco?  
478 Vamos. Ela vai falar que vai ser no processo com isso, automaticamente,  
479 intrinsecamente, está dilatado o prazo do processo eleitoral da sociedade civil. Mas  
480 nós vamos assumir. Então, está colocado. Conselheiro Adenor: “eu queria só trazer  
481 para a gente pensar a nível de municípios isso é tão bacana que alguns municípios  
482 não fazem dessa maneira que o CEAS vai fazer agora. Salvo na região metropolitana  
483 que uns 20 ou talvez menos do que isso já realiza nas suas conferências a eleição da  
484 sociedade civil e em seguida o governo já baixa aquele decreto informando o  
485 representante do governo. A nossa cidade de Ribeirão das Neves já faz isso, inclusive  
486 nós já estamos preparando para a conferência e que sirva realmente de exemplo para  
487 os outros Estados da Federação Brasileira nesse sentido e o incentiva a nível de  
488 Estado para que os nossos Conselhos Municipais que ainda não fazem dessa maneira  
489 ainda comecem de fato a adotar isso até porque é mais transparente é mais legal e  
490 assim dá oportunidade das outras entidades que nunca participou e incentivá-las  
491 aquelas que estão se adequando ao processo. Então, eu fico muito feliz que isso  
492 tenha chegado dessa maneira quero comungar aqui tranquilamente com o presidente  
493 e assim como o governo que foi a melhor escolha que nós tivemos.” Presidente: “ok,  
494 conselheiro Adenor tomara que irradie para os municípios e quisá para outros  
495 Estados. Eu penso que é um processo democrático com maior transparência fazer nas

496 conferências. E mais do que isso conselheiro Adenor eu penso que nesse espaço que  
497 a gente tem institucional chamado conselho que a gente faça valer a democracia  
498 plena e irrestrita diferentemente da política partidária. A gente fazer valer aqui a  
499 política representativa de fato democrática representativa que a partidária já não nos  
500 representa mais e aí de repente nos precisamos fazer uma correção de desvio dela. E  
501 isso vai acontecer à medida que nós quanto lideranças pudermos promover uma  
502 consciência maior na sociedade brasileira. Eu gostaria de passar a concordância ou  
503 não. A manifestação de voto nominalmente, porque nós estamos falando da mesa  
504 diretora. Então, eu Geraldo concordo com a dilatação do prazo até a conferência e sou  
505 favorável.” Conselheiros favoráveis com o presidente: Juanita, Márcio, Sonia, Volney,  
506 Fátima, Mario Roberto, Edma, Marta, José Fernando, Cristiane, Adenor, José Ismar e  
507 Marcelo. Presidente: “que bom! Neste espaço não existe hegemonia de pensamento  
508 único, mas é bom que a gente tenha unanimidade num processo desse. Então, muito  
509 bem e parabéns a todos e a este conselho pela dilatação do prazo para que a gente  
510 faça um processo por completo na conferência. Aí nós vamos discutir depois acho que  
511 é um outro passo na conferência e saber se elege também a mesa diretora no  
512 momento se faz recondução ou não ou pós a eleição da própria sociedade civil.”  
513 Próximo ponto de pauta: **2) Regimento Interno**: Presidente: “os conselheiros tiveram  
514 até o dia 08 de abril para fazer a manifestação de forma eletrônica aproveitando a  
515 riqueza da tecnologia de informação e aí então, nós vamos fazer a tratativa aqui tão  
516 somente daqueles questionamentos ou daquelas complementações, retificação e ou  
517 ratificação que houver. Parece que nós tivemos uma contribuição do conselheiro  
518 Volney e as outras atuações foram da própria comissão. Consolação quer conduzir o  
519 processo, por favor.” Secretária Executiva: “ a própria comissão o grupo de trabalho  
520 que ... o próprio grupo de trabalho apresenta aqui duas questões para a plenária. A  
521 primeira se refere ao **Art. 10** em relação: *As deliberações serão tomadas por maioria*  
522 *simples dos votos, salvo quando se tratar de decisões sobre a alteração do regimento*  
523 *interno, fundo, orçamento e critérios de partilha, quando o “quórum” mínimo será de*  
524 *2/3 (dois terços) de seus membros. §1º A votação será aberta ou secreta (...) porque*  
525 *não houve consenso no grupo se a gente permaneceria com o secreta ou só aberta*  
526 *conforme decisão da plenária (...) e cada membro titular terá direito a um voto.* Então,  
527 a primeira discussão é essa.” Presidente: “ok. Tá colocado. O conselheiro que quiser  
528 se manifestar a respeito.” Conselheiro Marcelo: “bem, quando dessa discussão eu me  
529 manifestei contrário ao – ou secreta – considerando que a gente esta em um conselho  
530 e dentro de um processo democrático de discussão de participação e na medida que a  
531 gente coloca o secreto pode haver algumas situações constrangedoras para os  
532 próprios conselheiros. Então, eu acho que na medida que nós estamos aqui  
533 representando uma coletividade, na medida que a gente começa a votar em secreto  
534 poderá haver interesses diferentes. Acredito que não é o que acontece aqui neste  
535 conselho, mas poderá a vir a acontecer. E eu falo isso de um ponto de vista muito  
536 particular que eu acho muito esquisito o que acontece nas assembleias legislativas,  
537 nas câmara de deputados quando a gente vê votação secreta e interesses espúrios  
538 acontecendo. Então, eu defendo tirar “o secreta” somente neste aspecto.” Conselheiro  
539 José Fernando: “queria só pontuar o porque da inclusão do secreto. É claro que  
540 explanado nesta conjuntura e da forma com que este espaço e com que cada um de  
541 nós aqui realmente exercemos as nossas funções com transparência isso sem sombra  
542 de dúvida. Mas, eu simplesmente na época, no momento fiz o questionamento porque  
543 ao se tratar de votação a gente tem um princípio democrático, inclusive que não nos  
544 faltou no presente momento de entender que realmente que aqui a gente vota  
545 abertamente. Mas, eu só fiz a colocação e por isso, veio para a plenária que nós  
546 temos um princípio constitucional em se tratando de votação, então, foi isso que  
547 realmente fez com que a gente trouxesse para a plenária essa discussão.” Presidente:  
548 “alguém mais quer se manifestar? Não. Então, nós temos um ponto para deliberar. O  
549 José Fernando trouxe para a discussão, você faz a defesa de ser fechada como um  
550 direito, né?” Conselheiro José Fernando: “na verdade não é a questão de fazer a

551 defesa eu só estou chamando a atenção de cada um de nós para fazer a reflexão que  
552 tem uma lei maior e eu gostaria só de entender. Porque de repente é até  
553 desconhecimento meu de que realmente mesmo havendo a lei maior que não seja o  
554 momento de fazer a correção. E se assim eu tiver a compreensão eu estarei aqui para  
555 comungar com certeza com o objetivo maior. A minha dúvida o que me provou tá aqui  
556 é ouvir de cada um com propriedade o seguinte: nós temos uma constituição federal  
557 aonde o processo qualquer que seja ele de votação ele tem este princípio. E, aí eu  
558 quero saber o seguinte: se isso não estiver infringindo eu estou aqui para comungar  
559 com certeza absoluta. Agora se estiver também é o momento de Minas dá um passo e  
560 avançar. É o que eu quero. Não estou fazendo a defesa eu só quero esclarecimento  
561 para que a gente chegue em uma comunhão e avance também neste passo.”  
562 Presidente: “está claro e bem observado José Fernando.” Conselheiro Marcelo: “a  
563 constituição fala do direito do cidadão ao sigilo das informações e manifestações.  
564 Quando trata de votação a gente trata de discussão regimental. É o regimento que vai  
565 dizer se a votação será secreta ou aberta. A constituição trata do princípio  
566 constitucional do direito ao sigilo. Agora nós enquanto regimento é que vamos dizer  
567 queremos ou não queremos o voto secreto ou não. Porque é regimental se é  
568 regimental quem decide são os componentes daquele grupo.” Presidente: “ok.  
569 Entendido todos os conselheiros? É importante que tenha entendido as colocações  
570 feitas. Na não manifestação de outros eu passo para a votação.” Conselheiro José  
571 Fernando: “ se é na compreensão de todos que nós não estamos retrocedendo dessa  
572 forma eu até retiro minha colocação. Porque o que eu queria era ter este entendimento  
573 porque talvez fosse o momento se com a compreensão que eu tinha de ter mais um  
574 avanço neste conselho no Estado de Minas Gerais.” (conversas fora do microfone)  
575 Presidente: “ só um instante. O Marcelo manifestou e ele falou o seguinte: nós tivemos  
576 aqui duas posições. O conselheiro José Fernando trouxe e o conselheiro Marcelo deu  
577 uma posição contrária. Então, ele falou: só queria trazer para a discussão. Mas,  
578 ainda, não ouvimos de todos. É o entendimento nosso aqui é que realmente ao  
579 suprimir está colocação que ele faz fica um voto em aberto. Esse é o entendimento da  
580 maioria? Ou tem manifestações contrárias? Que se estiver nós colocaremos em  
581 votação.” Conselheiro José Ismar: “ talvez resolva a questão é pertinente a sua  
582 colocação porque tem situações que são sigilosas e tem de ser mantidas em sigilo,  
583 talvez colocasse lá presidente, ressalvado as garantias estabelecidas em lei ao sigilo.”  
584 Conselheiro Marcelo: “foi apresentado aqui foi levantado um ponto que o conselheiro  
585 José Ismar levantou que poderia ser situações que se refere a criança e ao  
586 adolescente em que as decisões tem de ser sigilosas, mas aí José Ismar me veio  
587 outra situação que ela é sigilosa, mas para os componentes do conselho não. Porque  
588 nós estamos discutindo. Então, talvez em uma situação extrema desse o que poderia  
589 acontecer é nós solicitarmos é que os convidados que estejam presentes que eles se  
590 retirem enquanto está havendo a decisão. Não é a votação e sim a situação.”  
591 Presidente: “é isso que a maioria esta entendendo? Ok. Então, neste caso Fernando  
592 eu te pergunto novamente se retira a proposta?” Conselheiro José Fernando: “sim, me  
593 sinto contemplado.” Presidente: “ok. Então, como esta retirada a proposta a gente tira  
594 a proposta e agradece ao conselheiro pela observação e o nível de detalhamento.  
595 Mas, uma vez engrandece saber que tem conselheiro observando e fazendo as  
596 sugestões.” Outro ponto: **Art.12.** A sessão plenária será gravada em CD ROOM, do  
597 qual se fará uma transcrição para arquivo da secretaria executiva e outra resumindo  
598 maximamente as deliberações esta para aprovação e publicação. A ata resumida será  
599 encaminhada aos conselheiros antes da próxima reunião quando será apreciada e  
600 aprovada. Secretária Executiva: “então é isso. A gente estava questionando a  
601 necessidade porque uma vez nesta plenária ela votou que deveria ter duas atas.  
602 Então, a gente grava e existe uma ata completa e depois tinha a ata era tratada com  
603 só as deliberações mesmo e essa que era encaminhada para os conselheiros e a  
604 outra ficava mais aqui em arquivo. Então, para a gente verificar a necessidade de  
605 continuar com esta ata que até ultimamente não está sendo encaminhada a resumida

606 vocês devem estar observando nós estamos encaminhando a ata completa e então tá  
607 aí tá valendo a ata para que colocar a resumida. Então é neste sentido.” Conselheiro  
608 Marcelo: “este ponto também eu me preocupei com ele quando na reunião do nosso  
609 grupo. Quando foi feito a proposta de resumida e tal porque nós tínhamos um  
610 conselheiro muito competente nesse papel enquanto secretário que ele tinha um poder  
611 de resumir de uma forma muito tranqüila para nós os principais aspectos que foram  
612 deliberados se nós analisarmos que uma ata ela deve constar somente aquilo que é  
613 deliberado, a gente pode decidir aqui. A ata vai constar somente aquilo que é  
614 deliberado, porque nas atas que a gente analisa, com muita competência e precisão  
615 vem sendo detalhada até as discussões de um ponto sendo postas na ata. Isso está  
616 levando uma ata para 17 a 20 laudas, quando na realidade a gente pode entender é  
617 que está ata ela poderia vir somente com os pontos que foram deliberados e não as  
618 discussões que são postas. E, ai evitaríamos de colocar esta resumida porque eu  
619 confesso que enquanto 1º secretário eu não tenho este poder e essa condição de  
620 resumir aquilo que foi colocado com a precisão do detalhamento. Faria, então, essa  
621 proposta de retirada da resumida e que as atas pudessem então ser colocadas  
622 somente aqueles pontos relevantes que foram objetos de deliberação. (conversas fora  
623 do microfone)... Não é resumida, porque a nossa da forma como é feita hoje é mais ou  
624 menos transcrição literal do que ocorreu na plenária. Ela é para além de uma ata, ela é  
625 completa. Continuará completa, somente com os pontos precisos que foram  
626 deliberados. Me lembro quando era conselheiro nacional o Geraldo vai me ajudar aqui  
627 também. Lá eram gravadas e as transcrições eram assim: Marcelo – falou ... e  
628 colocava o que falei. Logo em seguida Geraldo e o que falo. Ela era literal, a nossa ela  
629 não tem essa literalidade precisa mas ela é muito próxima disso, porque ela transcreve  
630 basicamente tudo aquilo que foi discutido, pontuado e foi debatido. Se nós pudermos  
631 fazer dessa forma seria eu penso preciso e não seria resumido.” Conselheiro Adenor:  
632 “eu fico preocupado com parte de sua fala Marcelo, porque eu entendo que ata ela é  
633 documento, principalmente, depois de aprovada. Nós acabamos de aprovar a ata aqui  
634 hoje e ela virou documento público daqui a 10 anos, 20anos, 30 anos ela é  
635 documento. A opção (...) não entendi) é interessante, mas eu defendo que esta ata  
636 deve ser na sua totalidade até porque assim que eu cheguei no conselho lembro que  
637 no segundo ou terceiro mês eu cheguei perto da Consolação e falei com ela: olha eu  
638 recebi a ata lá e não estava a minha fala não estava garantida na ata, ai ela falou  
639 assim: isso é resumida. A completa a sua fala está garantida lá. Então, eu defendo  
640 que ela seja na totalidade. Agora para repassar eu até acho que deveria passar como  
641 o Marcelo está colocando. Que passe o que foi, os tópicos que foram deliberados para  
642 que a gente tome conhecimento. Eu penso assim.” Conselheiro Márcio: “ eu também  
643 gostaria de me manifestar sobre esta situação. Até pegando como exemplo um pouco  
644 da fala do Geraldo trouxe do informe relacionado a constituição de um GT em Brasília.  
645 Eu o oportunidade, evidente, de acessar a ata a qual este grupo foi formado e fazendo a  
646 leitura da ata a gente pode perceber o posicionamento, o direcionamento que tá sendo  
647 dado. Então acho que é muito importante que a gente não deixe de pensar nesta  
648 situação. Bom, como nossa ata é publica e todos nós aqui temos um papel de  
649 transparência dos nossos posicionamentos aqui e o acesso que toda a comunidade  
650 deve ter. Então, acho que neste sentido é muito importante que a gente fique muito  
651 atento a este aspecto. Essa publicização dos nossos atos.” Conselheiro Marcelo: “tá  
652 havendo duas situações. Uma coisa é a literalidade daquilo que é posto que eu  
653 concordo com você Márcio. Se nós estamos propondo que vai ter o CD com a  
654 gravação então nós vamos transcrever tudo aquilo que foi colocado na plenária. Tudo  
655 inclusive este debate que nós estamos fazendo aqui, tá certo? Aí é uma outra  
656 situação. Agora, ata em si lá no CNAS tá constando como ata, mas uma ata literal. O  
657 que não ocorre aqui porque aqui também não é literal. Aqui são colocados os pontos  
658 mais importantes só que com uma amplitude daquilo que foi discutido. Correto? Se  
659 nós vamos ter o CD que neste CD vai constar, inclusive, este debate que nós estamos  
660 colocando aqui. Literal. Nós temos que ter este entendimento se vai ser desse jeito,

661 então, vai ser literal constando inclusive que Marcelo está fazendo está defesa que  
662 Adenor tá fazendo para que possa ter uma compreensão da forma de quem fez a  
663 defesa do que, tá certo? Agora, se nós entendermos que vai ser uma ata objetiva dos  
664 pontos que são deliberados também são essas duas situações. Que teríamos a  
665 literalidade e teríamos uma só daquilo que foi deliberado ou não. Porque se  
666 entendermos que vai ser essa literal eu retiro minha proposta de fazer com essa só de  
667 pontos deliberados.” Conselheiro Volney: “eu acho que é questão de nomenclatura. Eu  
668 confesso a vocês que muitas vezes eu falto uma plenária, na próxima as vezes eu não  
669 tenho tempo para ler tudo que foi detalhado na plenária anterior. Eu sugiro em questão  
670 de semântica poderá ser oferecido uma resenha dessa ata é porque você pode  
671 acessar a resenha ou a ata por inteiro. E você ler uma resenha alguma coisa que  
672 queira esclarecer você vai na ata como um todo. Então, ao invés de uma ata resumida  
673 será oferecida uma resenha para os conselheiros opcionalmente. É uma questão de  
674 nomenclatura.” Conselheiro José Fernando: “ bom. Se a gente tem o entendimento de  
675 que o CD ele vai tá realmente tendo toda a discussão, inclusive, o que a gente esta  
676 fazendo aqui agora. Eu acho que como foi colocado com propriedade por quem tá  
677 secretariando se coloca os pontos positivos é obvio que está gravação, este CD ele é  
678 um documento do conselho. Então, eu não sei se colocar se o secretário ficar pegando  
679 as vírgulas, cada termo, cada palavra é este o objetivo em si de uma ata em nosso  
680 conselho. Eu acho que para isso qualquer dúvida, acréscimo, em qualquer ... o CD tá  
681 lá. Meu ponto de vista, eu acho que ela em pontos é ... importante deliberado que é o  
682 que realmente importantes para nós na leitura e na compreensão importante. Eu faço  
683 essa defesa.” Conselheira Cristiane: “só em principio. Eu to aqui fazendo uma análise.  
684 A ata se ela for detalhada, extremamente detalhada e estiver a cópia exata daquilo  
685 que foi falado e deliberado, eu tenho o entendimento e Marcelo gostaria que você me  
686 ajudasse, em tese ela não precisa ser aprovada. Porque se ela é a cópia exata do que  
687 está sendo falado em tese ela trás neste sentido. Porque a ata ela precisa ser  
688 aprovada, porque ela é uma interpretação daquilo que foi discutido aí é o cuidado dos  
689 conselheiros para ver se ela realmente esta constando aquilo que foi falado,  
690 deliberado fazendo este caminho, esta análise eu estou entendendo que o que a gente  
691 tem que realmente aprovar é a ata que não é detalhadinha. Ela é a ata resumida.  
692 Então, é isso que ... se a gente fazendo isso ... (conversas fora do microfone) Eu to  
693 perguntando na verdade. Se esse entendimento esta correto. Porque se é a integra, tá  
694 tudo lá escrito, exatamente como foi falado, né? Não sei. Aí eu fiquei aqui... qual que é  
695 de fato o princípio da aprovação de ata?” Conselheiro Márcio: “é uma pergunta. O CD  
696 que tá sendo proposto vai ser a integra de todas as discussões ele vai ser colocado  
697 público, o acesso público ou ele vai ficar restrito ao conselho? É o acesso total ao  
698 conteúdo que está no CD. Como a nossa ata ele vai ser publicizado? ” Conselheiro  
699 Marcelo: “o CD ele é um instrumento, penso que o CD ele vai ser utilizado como  
700 instrumento para ter a segurança aqui do que foi dado. Até mesmo para outros ...  
701 como documento. Mas, toda ata, ela deve ser degravada, ela tem de ser transcrita  
702 porque nós temos que assinar não é? O CD não exige que a ata seja transcrita pelo  
703 princípio da publicidade, não é? A publicidade nós dá o direito administrativo, não é?  
704 Nós temos que transcrever que a gente tem que assinar e por isso que, ela tem de ser  
705 aprovada. Mesmo dentro da literalidade. Vou citar um exemplo quando ... (conversas  
706 fora do microfone) sim eu já respondi, só para completar. Quando eu era conselheiro  
707 nacional e transformava na literalidade como eu participava de todas as discussões eu  
708 só ficava atento na hora da ata quando eu via o nome Marcelo Armando, porque tinha  
709 Marcelo Garcia. Então, deixa eu ver aqui Marcelo Armando. Aí eu ia vendo para ver se  
710 aquilo que tava escrito lá foi o que eu falei. Por isso, que é muito importante, então,  
711 que a gente fique atento nas atas que a gente realmente leia. (conversas fora do  
712 microfone) só para completar se vai ser literal com os nomes de quem vai estar  
713 manifestando todas as vezes que o conselheiro Marcelo ou qualquer outro conselheiro  
714 for falar conselheiro Marcelo ai eu ... porque para ela saber que é o conselheiro  
715 Marcelo que esta falando.” Presidente: “normalmente o encaminhamento da

716 coordenação da plenária a gente coloca – conselheiro e tal – que a fala é feita por  
717 inscrição. Então, penso que não existe a necessidade de repetição. Na omissão ou no  
718 esquecimento de quem coordena ai sim.” Conselheira Sônia: “ eu to pensando o  
719 seguinte, quando a gente diz assim é ... vai colocar literal ou as deliberações. Por  
720 exemplo, essa nossa discussão aqui vai depois ter que ser gerada alguma  
721 deliberação, não é assim? Dessa discussão, não é? (conversas fora do microfone)  
722 sim, por exemplo, quando José Fernandes (?) naquela outra parte que ele colocou que  
723 ele falou: eu retiro. Penso, tipo assim foi uma deliberação que se deu então tem que  
724 constar. Se a gente for pensar bem não precisaria ser os detalhes Sônia falou,  
725 Marcelo falou, ou ele falou. Mas, discutiu-se sobre a ata. Exemplo. Resumidamente  
726 falando. Eu penso sem necessariamente por a fala de cada um. E deliberou-se que ...  
727 não seria melhor assim que ela ficaria condensada e constando tudo que se fez aqui.”  
728 (conversas fora do microfone) Presidente: “Olha eu com base na experiência minha  
729 dos vários conselhos que já ocupei e , principalmente, do nacional. Eu quero fazer  
730 uma colocação aqui o seguinte. Nem sempre a gente sabe que nem sempre o que a  
731 gente fala tem a interpretação com a intenção que a gente fala. Nós temos a tradução  
732 literal das palavras e a intenção de quem escreveu as palavras. Então, a intenção de  
733 quem legisla é outra. Aí o que me perdoe os advogados que eles conhecem muito  
734 bem o corporativismo dentro da legislação brasileira. Porque quando a gente chega no  
735 Parlamento hoje, principalmente, estou dando exemplo do legislativo nosso, o que a  
736 gente vê é as leis sendo criadas em função de uso e costume elas carregam em si  
737 alguma coisa atrás das cortinas ai o que a gente vê é os buracos de lei e é ai que  
738 entre a expertise (conversa fora do microfone) ai que entra a dualidade de  
739 interpretação. Então o que eu quero com isso colocar para os senhores é o seguinte:  
740 nós já assistimos muitas maldades nas normativas em atas do conselho nacional. Não  
741 quero denegrir a imagem, quero colocar e aquilo que é ruim eu preciso falar para  
742 consertar, eu preciso socializar para mim tentar pelo menos colocar, porque quando  
743 querem carrear alguma coisa, quando querem encaminhar alguma coisa até alteração  
744 de ata eles fazem, até alteração de palavras eles colocam. E no nosso Português, que  
745 todos nós aqui somos alfabetizados sabemos que uma vírgula muda o sentido da  
746 frase. O contrário é verdadeiro. Então, esses cuidados eu penso, quando a gente falou  
747 da votação secreta é a mesma coisa. Nós temos que acabar, isso é coisa do  
748 parlamentarismo. Isso é coisa do legislativo que querem se esconder de quem os  
749 elegeu e ai vota secretamente. Aqui não existe essa necessidade. Aqui nós temos que  
750 nos desvencilhar de nossas vaidades pessoais e pensar mais coletivamente. E ai eu  
751 penso neste quesito eu seu que dá muito trabalho para a secretaria executiva,  
752 tradução literal da ata, pronto nominada. Para mim é isso. Agora nós e eu quero me  
753 inserir no contexto, somos preguiçosos ou as vezes não temos tempo ou as vezes não  
754 dedicamos o tempo necessário para fazer uma leitura de uma ata. E, principalmente,  
755 Volney quando a gente não vem porque é ai que a gente deveria insistir. Minha  
756 preocupação é ao fazer um resumo, ao fazer uma tradução que não seja literal que  
757 exista intenções nas palavras que resumem, no sentido de carrear até uma votação. E  
758 a gente sabe que muitos conselheiros mesmo presente em uma plenária, as vezes,  
759 num descuido que ele dá passa alguma coisa que ele teria o voto contrário. Depois  
760 não dá para voltar atrás. Então, é para evitar esses percalços. É para evitar essas  
761 supostas maldades, é para evitar talvez até para conservar uma lisura uma  
762 transparência é que eu penso que deva ser uma tradução literal e eu penso até que os  
763 conselheiros quando vão ler a ata, se você pegar no detalhe. Se dispuser a gastar  
764 o tempo para fazer a leitura por completo você vai lembrar de tudo que foi dito e ai  
765 sim você pode pegar coisa que não. E neste caso não precisa nem da aprovação. A  
766 não ser que a gente comece a duvidar ... de não gravação ou de não transcrição  
767 daquilo que foi gravado em ata. Mas, de qualquer maneira o meu pensamento é este e  
768 eu gostaria deixar aberto para quem quiser manifestar ainda. Secretária Executiva: “  
769 do ponto de vista da secretaria executiva realmente a ata não é degravada mesmo. A  
770 gente não tem essa condição, aparelho e tudo. Porque para você escutar, tem uma

771 serie de diferenças que a gente tem falar do próprio conselho nacional, né? Cada um  
772 tem um microfone, há uma diferença nisso de qualidade, de gravação, depois para  
773 degravar é uma empresa que assim o faz é ... então, nós não temos essa condição. A  
774 Erika fica dois dias fora do conselho, porque aqui dentro não tem condição nenhuma  
775 de escutar uma ata, então ela fica em casa fazendo o trabalho que ela leva, então, ela  
776 escuta em casa o CD e vai fazendo essa ata. Muitas vezes a gente fala assim ... as  
777 vezes dá algum problema que entre uma fala e outra se perdem palavras também, né?  
778 Isso também, isso as vezes e a forma como a gravação não é aquela de (...) não é a  
779 melhor. As vezes a diquição da pessoa também leva a um entendimento que não foi  
780 bem aquilo. E nós mineiros também nós também como muito as palavras no final.  
781 Então, tem hora que a gente acha que termino e não termino. Então, é muito  
782 importante a leitura realmente da ata. É importante a meu ver seria essa ata da qual  
783 ela tá sendo encaminhada hoje para vocês e a importância da aprovação dessa ata.  
784 Agora a resumida foi introduzida muito em sentido de um conselheiro, na época  
785 mesmo que trouxe isso e que se dispôs assim a fazer, mas eu acho que é rico,  
786 inclusive, as pessoas lerem a ata sim depois porque como o presidente falou vão  
787 lembrar e elas vão poder contribuir, inclusive, \_\_\_\_ Não. Eu não entendi dessa forma. E  
788 quando a gente lê a gente relembra aquilo que a gente mesmo deliberou e discutiu e  
789 que não chegue talvez plenárias a frente a gente não sabe o que tá sendo definido.”  
790 Conselheiro Marcelo: “é só para completar o que o José Fernando falou. Qual que é o  
791 papel do secretário ao analisar a ata? E você tá corretíssimo porque quando eu estou  
792 analisando a ata, eu posa até estar equivocado, mas quem sou eu para dizer que foi  
793 debatido aqui e o que foi transcrito pela Erika que tem fé pública naquilo que ela faz,  
794 né? Quem sou eu para dizer assim: não. Eu to olhando é que por uma questão de  
795 semântica, às vezes, uma mudança, uma vírgula que não ficou ali. Não é isso, Erika?  
796 Acho que o secretário não tem como, eu pelo menos, de falar assim: não, o Geraldo  
797 não falou isso que está constando na ata. Porque é o Geraldo que tem que vê se ela  
798 falou ou não falou determinada coisa. Então, é nesse sentido que o papel do  
799 secretário, pelo menos é o papel que eu tenho feito é de fazer uma leitura completa.  
800 Verificar se tem alguma questão que poderá dar uma dupla interpretação. Mas, dada a  
801 competência da Erika e que muito bem faz seu trabalho de transcrição é de concisão  
802 daquilo que é discutido, então, fica muito fácil para a gente que é secretário.”  
803 Conselheira Juanita: “eu sou da opinião de que a ata deve ser na integra de acordo  
804 com o CD que ela seja encaminhada para a gente e que cada um analise a sua fala,  
805 valide e aprove essa ata na forma que está sendo colocado. Não tem que ter alteração  
806 não.” Presidente: “ok, pessoal. Sem outras manifestações...” Conselheiro Marcelo: “ a  
807 secretária executiva, Consolação, ela colocou uma dificuldade funcional, não é? Para  
808 poder fazer este tipo de trabalho. Aí a gente vai votar algo que vai colocar em  
809 dificuldade a secretaria executiva. Primeiro penso presidente que nós temos que ver  
810 se a SE ela vai dar conta de resolver primeiro esta questão que nós estamos  
811 deliberando. Porque se nós deliberarmos que será literal, talvez tenhamos que  
812 contratar uma empresa para fazer este tipo de trabalho.” Presidente: “bom. Eu quero  
813 entender o que você coloca, mas quero dizer o seguinte: primeiro, a demanda deste  
814 conselho é uma demanda real se o quadro atual atende ou não atende nós temos que  
815 buscar. Uma coisa é buscar uma ampliação do quadro, do recurso humano. Mas, eu  
816 penso que terceirizar acho que não é o caso nós temos pessoas competente aqui  
817 dentro para fazer. Alias vamos fugir o máximo possível da fragmentação que a gente  
818 tem hoje, principalmente, no serviço público. Então meu pensamento é que a gente  
819 deve ampliar o quadro se houver necessidade e nós estamos com essa demanda e o  
820 Estado esta mostrando não só neste quesito, mas eu penso que a tradução literal é o  
821 melhor forma, é o meu pensamento. Mas, nós temos alternativa, então eu tenho  
822 colocado aqui. A tradução literal como um todo. Dá mais trabalho, a gente sabe que  
823 pode haver demanda de mais tempo e etc. é uma coisa. A outra é permanecer como  
824 está retira esse processo faz a resumida da maneira que está hoje. E isso que nós  
825 temos entendimento? São essas duas situações? E ai eu pergunto: precisamos ir para

826 voto individual?” (conversa fora do microfone) Conselheiro Marcelo: “eu levantei essa  
827 preocupação. Eu só gostaria de saber como a secretaria executiva vai resolver essa  
828 deliberação? De repente ela já tem alguma idéia, alguma coisa.” Consolação: “nós  
829 vamos organizar, talvez de mais tempo para a pessoa fazer a degravação. Não tenho  
830 outra, mas que fique registrado do que eu disse anteriormente que muitas vezes não  
831 existe uma degravação perfeita por qualidade, pela forma que às vezes as pessoas  
832 falam, né? A gente fala fora do microfone isso tudo tem demais nessa plenária. As  
833 vezes quando a gente esta discutindo o conselheiro não espera o microfone chegar  
834 até ele ou não fala no microfone da forma devida quer dizer ai fala assim degrava mas,  
835 ela não esta escutando na hora que a gente tá. Então, tudo isso que eu falei. No  
836 conselho nacional nós temos o microfone na frente de cada pessoa, quer dizer a  
837 pessoa já vai naquele ímpeto e fala, mas já tá ali para gravar. Então, a gente vai fazer  
838 daquilo que for gravado. Então, o que tiver gravado vai ser degradado o que não foi  
839 gravado cabe a pessoa falar, faltou. Faltou mais não tá na gravação.” Conselheiro  
840 Marcelo: “eu to dizendo que eu enquanto secretário eu vou orientar, então, a Erika  
841 caso esta situação passe e seja deliberado naquilo que não consiga põe pontinhos,  
842 pontinhos. Depois vê como é que fica. Por que você não pode imaginar coisas, né? E  
843 ... (conversa fora do microfone) e ... pontinhos, pontinhos.” Presidente: “precisamos  
844 fazer a votação ou existe o entendimento para uma ou outra? Continuamos como esta  
845 hoje? Essa é a pergunta ou vamos para literalmente produzir ela inteira e passar com  
846 alguns (???) pontinhos, pontinhos que o Marcelo acabou de levantar. O entendimento  
847 da degravação que não temos os equipamentos perfeitos. Vai gastar mão de obra. Ok.  
848 Conselheira Marta: “ pensando em mim que cheguei e não tive acesso as reuniões  
849 anteriores, então, foi muito interessante essa ata bem completa porque é uma forma  
850 da gente se interar e para mim foi muito importante isso. Eu fico pensando também  
851 que essa dificuldade que existe com a degravação é ... na medida que os conselheiros  
852 vão ler a ata é a oportunidade de estar vendo o que precisa ser acrescentado, então,  
853 pode estar complementando.” Conselheira Edma: “gente, olha! Eu faço as atas das  
854 reuniões da CIB, 90% e eu sei o que que é isso. Conselheiros os componentes da CIB  
855 falam juntos, você demora porque é complicado até você vê quem é que está falando.  
856 Aqui ainda é melhor porque fala conselheiro fulano vai falar. Lá tem isso não. Você  
857 tem que conhecer a voz da pessoa e decifrar. Então, eu penso que nem o Marcelo,  
858 sabe. Eu acho que a gente já discutiu e tal e lendo aquilo você lembra das coisas. Eu  
859 acho que não precisa ser neste detalhe. Vai e Volta. Vai e volta. Porque cansa  
860 também, sabe? Você fica aqui discutindo varias horas para chegar a uma conclusão X.  
861 Ai, você já põe lá , houve uma discussão e chegou-se a isso.” Presidente: “ok; Duas  
862 posições. Da maneira que está e a gente não tem problema da maneira que esta hoje  
863 aqui, salvo essas colocações que foram feitas aqui varias. E a outra é a tradução literal  
864 por inteiro. Nós temos aqui uma maioria que tem uma posição ou outra ou vamos por  
865 voto literal? (conversas fora do microfone) voto nominal? (conversas fora do  
866 microfone) ok, pode ser. Ok, então tá bom. Quem for favorável que permaneça como  
867 está, e como é que está hoje? Vocês recebem, existe a tradução literal, mas vocês  
868 recebem a resumida, não é isso? (conversas fora do microfone) Não tem a tradução  
869 dela por inteiro. Tem?” (conversas fora do microfone) Consolação: “hoje está  
870 recebendo só a interpretada, vamos falar assim.” Presidente: “é só para ficar claro.  
871 Não recebe na integra tudo que tá. Recebe a maneira como foi colocado, tá? E o que  
872 eu já reforcei, não existe problema, mas de qualquer maneira tem a outra posição que  
873 a integralidade. Então, pergunto quem for favorável de que continue como está hoje?  
874 Por favor, levante o crachá. 5 votos. Quem é a favor de fazer a tradução literal e  
875 encaminhar ela por completo? Por favor, levante o crachá. 6 votos. Ok. Então,  
876 mudasse. Sacrifício maior para nossa companheira, para a SE e compreensão maior  
877 para os conselheiros que deverão fazer a leitura por completo e acabar com os  
878 pontinhos que o Marcelo falou aqui e que vai acontecer com certeza. Quando a fala da  
879 Edma, eu quero só fazer uma consideração aqui nós estamos falando de um  
880 conselho, um colegiado paritário. Então, a gente deve primar, deliberativo, nós

881 devemos primar pela fala através de inscrição e devemos primar pela não discussão  
882 fora do microfone. Então, se em outras reuniões acontece de falar ao mesmo tempo é  
883 falta de coordenação sob pena de perdoar, pedi perdão para aqueles que estão aqui e  
884 procedem dessa forma. Eu acho que isso não deve haver. Tem que haver uma  
885 coordenação efetiva. Conselheiro Marcelo: “considerando que foi aprovada a ata desta  
886 forma, então, eu gostaria de solicitar deste conselho que nós possamos deliberar aqui  
887 agora que seja feita, então, uma contratação de uma empresa para que ela possa  
888 fazer este tipo de serviço. Outro ponto que eu gostaria de solicitar, também seu  
889 presidente que a partir de hoje, então, as votações sejam nominais porque a votação  
890 da forma como é feita desse jeito na hora de colocar, de fazer a transcrição literal não  
891 vai saber quem votou favorável e quem votou contra. Então, para efeito até mesmo já  
892 que é literal que seja literal também o voto para a gente saber quem votou e quem não  
893 votou, para que possa constar na ata.” Presidente: “deixa eu fazer duas  
894 contraposições. Primeiro, quanto a nominar os votos não há necessidade. Quando for  
895 nominativo o regimento aí nós vamos nominar as pessoas. Quando o voto for (...)   
896 vamos falar quantos votos foram e não precisa haver nomeação. Segundo, quero  
897 contradizer e segunda posição, quanto a contratar uma empresa Marcelo eu acho que  
898 não. Precisamos fazer uma averiguação, pode até ser que sim, mas vamos fazer uma  
899 averiguação. Penso que a gente tem condições de fazer e se não tiver nós vamos  
900 buscar meio de contratação, mas penso que não é a empresa que vai trazer uma  
901 eficiência que nós estamos querendo, pode ser internamente. Nós temos pessoas  
902 competentes aqui para isso fazer Agora faltou equipamento, não temos hoje. Vamos  
903 buscar equipamento. Nós estamos sem um micro aqui, um laptop pequeno, estamos  
904 sem equipamento de gravação. Esse conselho é estável e está estruturado como tal, é  
905 isso. (conversa fora do microfone) Então, nós vamos buscar e teremos que buscar.  
906 Então, o caminho é esse que a gente busque as alternativas, a infra-instrutora  
907 operacional mínima e básica necessária para fazer cumprir essa deliberação. É  
908 diferente. OK? Isso a gente vai buscar. A Consolação, por favor! Nós vamos buscar  
909 isso junto ao gestor de imediato. Tudo bem? Pode ser assim? (conversa fora do  
910 microfone) Eu disse que nós vamos buscar a infra-estrutura mínima operacional e  
911 básica para atender a deliberação deste conselho que acabou de ser feita. E aí,  
912 envolve degravação, envolve pessoas, recurso humano, envolve tempo, envolve uma  
913 serie de coisas. Recurso material e humano. É isso que envolve. Vamos buscar no  
914 gestor. Tá deliberado, cara. (conversa fora do microfone) Não estamos pedindo não.  
915 Estamos deliberando. Ok? Podemos passar o ponto de pauta? (conversa fora do  
916 microfone) Não. Tá, ok.” Conselheira (...) “não gostaria de entrar em contradição.  
917 Porque eu votei como está hoje, mas como está eu recebi bem completa. Então, eu  
918 não sei se essa que é (...) (conversa fora do microfone) mais completa ainda. Porque  
919 achei que essa daqui tá ok. (Risos)” Presidente: “não. Pode ficar tranqüila. O Marcelo  
920 faz uma (...) Veja bem. O Marcelo fez uma colocação e não está satisfeito com a  
921 minha contraposição que é: toda votação precisa haver (...) ser nominativa. Eu disse  
922 que regimentalmente não precisa. Tem votações aqui que a gente faz e aí não precisa  
923 ser nominal. Nominar qual é o conselheiro que está votando a favor ou contra.  
924 Precisamos contar o número de votos, se é maioria. Então, quando a votação haver  
925 necessidade de ser nominativa é só quantitativo. Então, (...) têm 6 votos a favor, 4  
926 contrario, 3 abstenções e etc, né!? É esse o meu entendimento.” Conselheiro  
927 Marcelo: “eu penso de forma (...). Eu tenho outro ponto de vista presidente. Porque é  
928 ... se nós estamos querendo tratar da literalidade daquilo que é decidido aqui. Então,  
929 nós também temos que ter a literalidade dos votos é ... se nós entendemos que não  
930 será nominal. Então, nós podemos também, como uma outra opção, votos favoráveis,  
931 então, votos contrários. Marcelo votou contrario, então, pelo o menos o voto contrario  
932 constasse lá. Para saber amanhã quem votou favorável e que votou contrario. Porque  
933 se ela é literal, eu preciso saber o que to lendo, saber o que \_\_ Uai, espera ai quem  
934 votou favorável? Quem votou contrario? Porque se ela ficando assim dessa forma ela  
935 continua sendo secreta para quem lê. (conversa fora do microfone) Ela continua

936 secreta para quem lê.” Presidente: “e eu vou continuar insistindo que não. Porque nós  
937 vamos gerar um burocracia desnecessária um desgaste de tempo desnecessário. Não  
938 existe essa necessidade. Você conhece melhor que ninguém. Já teve nas três esferas  
939 de governo nos conselho. Isso vai emperrar o processo. O que nós queremos aqui é  
940 uma transparência maior e não emperrar o processo, Marcelo. Desculpe, mas é isso.  
941 (conversa fora do microfone) Se quiser nós vamos por em votação. Aí em boto em  
942 votação. (conversa fora do microfone) ok.” Secretária Executiva: acho que pode  
943 contemplar o Marcelo e também o Presidente. Em vez de cada uma na hora que for  
944 votar que o presidente leia só para a gente, assim: fulano, fulano, fulano votou. Para  
945 que não tenha de passar o microfone. Porque é, não eu até vou concordar porque na  
946 hora que a gente abre a plenária eu tenho X conselheiros assinados. A plenária até o  
947 final não fica com esses X conselheiros. E quando eu vou falar assim cinco votaram e  
948 cadê os outros que estavam presentes que constam na relação inicial. Então, a gente  
949 não tem como tá fazendo isso, tá!?” Presidente: “ok. Quero concordar com a  
950 observação que a Consolação trouxe e que não tinha sido trazida na sua fala, mas  
951 que é muito pertinente. Pode ser assim, então? Ok. Fica assim. Todo e qualquer  
952 votação quem tiver na coordenação da plenária deve nominar as pessoas que votaram  
953 favoráveis, contra ou abstenções. Para evitar de ter que passar em um por um e haver  
954 uma perda de tempo desnecessário. Ok pessoal? Obrigado conselheiros isso daqui é  
955 bom por causa disso que existe divergências e que trata de forma construtiva. Terceiro  
956 ponto Conferência Estadual.” Secretária Executiva: não terminou ainda, falta dois  
957 coisas ainda: têm ainda no art. 33 que fala da competência da secretaria executiva é  
958 só uma inclusão pertinente aqui do conselheiro Volney. Ele falou: operar o  
959 sistema de informação e **de comunicação** para a área da assistência social. É uma  
960 inclusão. Temos ainda, uma outra contribuição do conselheiro José Ismar que no art.  
961 42 da composição do CEAS ele pede a inclusão de um parágrafo com a seguinte  
962 redação: o processo de escolha dos representantes do setor da sociedade civil que  
963 trata o Cap. (?) deste artigo será constituído de usuários, movimentos sociais, fóruns,  
964 conselhos e entidades sindicais profissionais, sindicato de entidades beneficentes,  
965 filantrópicas e de assistência social, entidade trabalhadores da área, Fundações,  
966 entidades de organizações ai repetiu é ... ai vem ... Entidades organizações  
967 beneficentes: saúde e de educação que deverão desenvolver atividade de  
968 atendimento de defesa e garantia de direito a assessoramento.” Conselheira Juanita:  
969 “bom. Este ...” Presidente: “desculpa conselheira Juanita, mas ele quer fazer a defesa  
970 com propriedade, tem a palavra.” Conselheiro José Ismar: “Presidente, a colocação  
971 ela inclusive ela nasceu de um debate que este conselheiro teve é... aqui no conselho  
972 com a nossa coordenação, secretária executiva Consolação. Em que nós dois  
973 tivemos ai um tempo razoável de debate, né! Sobre esta questão da  
974 representatividade. E depois eu pedi encaminhei a alguns conselheiros um e-mail para  
975 que a gente depois se reunisse e também aprofundasse sobre essa questão. Porque  
976 me preocupa muito presidente, plenária e conselheiros, a questão que vem  
977 ultimamente acontecendo no nosso país. Que é sobre tudo a limitação de direitos, que  
978 é sobre tudo é... dificultar e minorar a participação da sociedade civil. Aliás, nós temos  
979 na nossa constituição o art.204 que ele é bem claro para nós. Foi o ... e dá  
980 transparecer na época a articulação que aconteceu no meio social. Articulação essa  
981 que através de assinaturas solicitou a inclusão desse artigo na nossa constituição  
982 federal. Então, ausência ai ela nasceu, sobretudo do que mais importante principio  
983 trouxe a nossa constituição que é o principio da participação. Nesse olhar, do principio  
984 da participação o art. 204 ele PE bem gênero, bem genérico e penso que deve ser  
985 interpretado pelo conselho. Deve ser interpretado sem restrições. Solicito a atenção  
986 dos companheiros para a leitura do artigo. Art.204 da Constituição Federal – ‘as ações  
987 governamentais na área da assistência social serão realizadas com o recurso do  
988 orçamento da seguridade social previsto no art.195. Além de outras fontes e  
989 organizadas com base nas seguintes diretrizes: inciso II – participação da população  
990 por meio das organizações representativas na formação das políticas e no controle

991 das ações em todos os níveis.’ Então, participação da população por meio de  
992 organizações representativas. Então, quando ele fala aqui organizações  
993 representativas cabe o entendimento que seria os movimentos sociais, aqui entraria  
994 todos os movimentos sociais no sentido em que a Lei ela não restringe. Não  
995 restringindo a Lei o entendimento é que deve ser contemplado o gênero. Quando eu  
996 faço essa indagação veja a composição deste conselho. O conselho ele tem a  
997 participação das áreas da parte governamental, da saúde, da educação, do  
998 orçamento, da gestão da SEPLAG, entre outras. E a sociedade civil? É bem claro aqui  
999 de se ter essa compreensão estendida a sociedade civil, desta amplitude né? Na  
1000 literalidade do inciso II. Acho que foi muito feliz o legislador nessa hora de entender  
1001 um clamor, um grito social da sociedade civil organizada que construiu a nossa  
1002 constituição e aqui presidente eu vejo que está os princípios maiores da essência da  
1003 nossa constituição federal. Que vem o principio da participação, da descentralização  
1004 da política e do dizer as diretrizes sobre essas políticas. Então, é de fundamental  
1005 importância e compreensão que esse artigo seja entendido de uma forma genérica e  
1006 paremos de formas ... e paremos com esse olhar restritivo da participação da  
1007 sociedade civil. Então, quando fala de entidades beneficentes ele fala que entidades  
1008 beneficentes e de assistência social. Então, este conselho cabe sim, as entidades da  
1009 sociedade civil, beneficente de saúde e também beneficente de educação. E quando  
1010 ele fala das organizações representativas (...) caberia sim também os movimentos  
1011 sociais, os fóruns, em fim toda a organização representativa caberia sim a este  
1012 conselho. Obrigado” Conselheira Juanita: “eu gostaria de contrapor o colega  
1013 conselheiro considerando que eu penso que essa discussão ela poderia ser feita  
1014 anterior a regulamentação do art.3 da LOAS, né! Não cabe aqui neste momento no  
1015 meu entendimento trazer para essa discussão do Regimento Interno de que forma vai  
1016 se da a representatividade da sociedade civil. No meu entendimento, nós vamos estar  
1017 aferindo a nossa Lei Orgânica maior e ainda, o art. 172 da Lei Delegada 180 que já foi  
1018 adequada a representatividade da sociedade civil na Lei Delegada já atendendo o art.  
1019 3 da LOAS e o Decreto 6.308 então, assim, eu não concordo com essa colocação.”  
1020 Secretária Executiva: “só somando ao que a Juanita disse, né! O Regimento segue a  
1021 lei estadual 12 mil que foi alterada pela Lei Delegada, mas a Lei Delegada. A lei 12 mil  
1022 já tá posto isso a Lei Orgânica, a NOB, a todas as normativas que a gente tem para  
1023 composição. Eu acho que a discussão ela é válida, já falei isso até com o conselheiro  
1024 só que eu acho que o encaminhamento é que tá equivocado. Eu acredito que a gente  
1025 possa encaminhar essa discussão com o conselho nacional quem sabe até com os  
1026 parlamentares de desvincular a composição do conselho. Porque a discussão que ele  
1027 está colocando aqui e eu to entendendo bem é de desvincular a composição de um  
1028 conselho com a relação do vínculo SUAS, da definição de entidades beneficentes e  
1029 abrir que é a política inclusive a questão da intersectorialidade. Então, a discussão ela  
1030 é válida, tá?! Mais eu acho que não é ... eu acredito que não é essa a forma de colocar  
1031 aqui no Regimento e que poderia sair encaminhamento, inclusive, quem sabe um GT  
1032 do conselho para aprofundar isso e até para dar respostas as entidades, aos  
1033 conselhos municipais e começar a discutir, aprofundar isso, sabe Presidente?! E quem  
1034 sabe a gente até faça um documento e encaminhe ao conselho nacional e aos  
1035 parlamentares e a gente tem vários parlamentares de Minas mesmo que pode estar  
1036 levando isso como uma alteração.” Presidente: “ok. Eu tô falando fazendo a inscrição  
1037 aqui. O meu entendimento é o seguinte a pouco eu fiz um comentário a respeito dos  
1038 juristas e ai o que a gente observa mais uma vez é o seguinte: a constituição federal  
1039 nossa é a carta magna ela é a Lei maior, fruto da cidadania, fruto do exercício de  
1040 direito, das nossas caminhadas na época da Ditadura, pró - Ditadura e a Assembléia  
1041 constituiu. E esse art. 204 chama a sociedade civil organizada para contribuir no  
1042 processo de construção e deliberação das políticas públicas e sociais básicas, mais  
1043 especificamente, saúde, educação e assistência social tá muito claro. José Ismar deu  
1044 uma aula disso daqui e colocou. Tá claro. Concordo em tudo. O que isso que ele  
1045 acabou de fazer eu penso que o momento certo de fazer e certamente nós iremos

1046 fazer foi antes até da edição da própria regulamentação do art.204 que a Lei Orgânica  
1047 da Assistência Social que é a 8742 lá de dezembro de 1993 mesmo assim porque o  
1048 Fernando Collor não quis deixar a gente adiantar dois anos. Então, aqui eles vão  
1049 lembrar da história. O problema é que a lei orgânica de assistência social ela vem  
1050 regulamentar este artigo da constituição. E na regulamentação ela atropelou, ela de  
1051 forma equivocada ela excluiu e isso no meu entendimento é que ela feriu, extinguiu,  
1052 quando ela preconceituó quando ela determinou uma coisa que era abrangente. E o  
1053 José Ismar têm razão quando ele faz a tradução dele dizendo que o gênero é maior  
1054 que a espécie e é; então, a gente vai observar isso. A Lei Orgânica expurgo e por  
1055 quê? Porque tá claro no art.3 e depois redefinido na lei 6.308 nós vamos lembrar que  
1056 eles vão chamar literalmente lá de entidades de assistência social e a gente sabe  
1057 que muitos entendidos do assunto que já define hoje que a beneficência que é o  
1058 gênero a assistência social e filantropia é espécie do gênero e mais do que isto, a  
1059 assistência social é até uma filantropia qualificada. Isso é definição dos entendedores  
1060 e aí José Ismar, nós perdemos essa batalha quando da edição da LOAS , porque  
1061 houve uma discriminação, houve sim uma retirada de quem mais brigou no  
1062 movimento social foram os sindicatos. É só lembrar disso desde 61 para cá quando  
1063 nós somos tidos, eu sou sindicalista para quem não sabe, então nós somos tido como  
1064 comunistas na época e porque? Simplesmente contradizia aquilo que os  
1065 conservadores e a elite brasileira sempre quis ser dona desse país e continua  
1066 querendo ser. E o pior que a esquerda naquele momento, hoje assumiu o poder e se  
1067 sente no direito de fazer a mesma coisa que a direita fazia. Então, quando a agente vê  
1068 isso aí é um governo emperrando é na verdade é um governo impondo para a  
1069 sociedade brasileira através de uma regulamentação da lei e fazendo valer isso  
1070 porque passou no Congresso né. E passou porque são comprados a maioria dos  
1071 parlamentares. São comprados, inclusive nós sabemos disso que o parlamento  
1072 municipal é assim que funciona. Hoje são (...) de presépio do poder executivo, salvo  
1073 raríssimas exceções. Então, meu entendimento é esse e por quê? Porque, se não,  
1074 não passaria isso aqui. Isso é uma discrecência legal. Agora, meu caro colega José  
1075 Ismar, eu quero fazer penitencia e dizer o seguinte; que teve a LOAS regulamentando,  
1076 a 6.308 redefiniu o terceiro, agora tá lá outro GT para fazer a definição de entidade,  
1077 mas tá escrito inclusive na lei delegada que entidade de assistência social e aí  
1078 expurga, exclui sim a entidade patronal sindical. Aí fica uma bananosa para nós vamos  
1079 seguir a constituição federal e ferir a lei maior que é a LOAS, ferir uma lei delegada  
1080 que é do nosso Estado. E aí eu penso que o caminho é o da justiça é um (...). E aí o  
1081 supremo tribunal federal vai ter que manifestar, aí o supremo tem de manifestar;  
1082 escuta aqui nós vamos ter de cumprir a Lei orgânica que feriu e excluiu. Ela extrapolou  
1083 a constituição federal quando regulamentou o art.204 e 203. Aí o supremo vai ter que  
1084 definir. Agora o supremo hoje a gente sabe como ele funciona, também tá na  
1085 politicagem. Então, é o meu desabafo quero concordar com tudo que o José Ismar fala  
1086 e a minha contrariedade em ter de seguir uma Lei Orgânica hoje, né. Porque ela  
1087 exclui. Mas o que nós vamos fazer. Agora fica uma bananosa para nós. A gente  
1088 contrariar uma lei orgânica, contrariar uma lei delegada para seguir um art. da  
1089 constituição que foi regulamentada de forma regulamentada para nós é muito  
1090 complicado.” Conselheiro Marcelo: “eu quando na primeira leitura desse art.7 que o  
1091 José Ismar esta apresentando eu pensei que ele estaria ali é ... exemplificando. Seria  
1092 um artigo exemplificativo, ou seja, para dizer quais são as entidades, mais parece que  
1093 é isso mesmo. Quais são as entidades dentro do que prevê o art.12 inciso 2 quando  
1094 trata das dez entidades não governamentais disse que são: duas entidades de  
1095 usuários, quatro entidades de assistência social de âmbito estadual, duas entidades  
1096 representativas de trabalhadores. Eu pensei que ali naquela leitura, porque já que a  
1097 constituição como diz o Geraldo a LOAS regulamenta a constituição aí vem a lei  
1098 estadual que também vai fazer sua regulamentação dentro da autonomia e  
1099 competência do Estado. Mais, sem ferir a LOAS e a constituição. Aí vem agora o  
1100 nosso regimento para regulamentar aquilo que prevê o art.12 da lei que já que nós

1101 temos o poder mediante resolução de regulamentar para artigos da lei. Pensei ali que  
1102 nós estaríamos e parece que é o que é quais são as entidades que poderão disputar  
1103 dentro desse art. 2 inciso 2 as entidades que poderiam participar e ai eu fui analisando  
1104 uma por uma. Entidades de usuários ok. Movimentos sociais é entidades então não é  
1105 entidade, porque a lei só fala representante de entidades. Então, nós teríamos, talvez  
1106 de tirar movimentos sociais, tirar fóruns, constituir de usuários se não estamos  
1107 regulamentando o que a Lei fala representantes de entidades de usuários, então,  
1108 usuários não sairia porque compreendendo que usuários são entidades. Ou então,  
1109 colocar entidade de usuários, né! e ai quando vai tratar dos sindicatos de entidades  
1110 beneficentes, filantrópicas e de assistência social e entidades de trabalhadores na  
1111 área então, especificamente a entidade que compõe hoje aqui de defesa de direitos da  
1112 que o José Ismar representa porque o sindicato de entidades beneficentes,  
1113 filantrópicas e de assistência social ela é uma entidade de defesa de direitos das  
1114 entidades, não é não? É isso? Ora se ela é uma entidade se aqui para compor o  
1115 conselho tem de ser uma entidade de defesa de direitos e se ela é a entidade que o  
1116 conselheiro José Ismar representa é uma entidade que representa as entidades ela  
1117 deixa de ser de assistência social por isso?” Consolidação –SE: “entidade de defesa de  
1118 direitos é uma entidade de assistência social. Entidade de assistência social não entra  
1119 nenhum sindicato patronal. Entidade de defesa de direito ela é uma categoria dentro  
1120 de entidades de assistência social. E ai a gente não pode considerar; primeiro que  
1121 para ser entidade de assistência social de assessoramento tem inscrição em  
1122 conselho” (conversas fora do microfone) Presidente: “bom pessoal é uma questão  
1123 seguinte, é igual eu falei tá muito clara a constituição federal. Tá muito clara a LOAS  
1124 que nós conhecemos de cor e salteado. Tá claro a nossa lei delegada o art.12 tá  
1125 colocando aqui, né! Eu penso que até nós precisamos rever os nossos conceitos  
1126 agora até nas nossas conferências para rever o que está na Lei Delegada quando ela  
1127 fala no que diz respeito ao usuário então, a Cristiane levantou até bem ali. Precisamos  
1128 rever para não fazer inclusão ali ferindo a própria lei delegada. Se a gente quer  
1129 cumprir a lei delegada que do nosso estado. A lei orgânica que a lei da nossa política  
1130 e ai é um caso de (...) José Ismar, eu penso que é um caso judiciário. Era uma  
1131 situação que nós teríamos que assumir contrariando a lei orgânica, o Estado teria que  
1132 assumir com toda a certeza, contrariando a nossa lei delegada, né! E partindo do  
1133 principio que estamos fundamentados na constituição federal talvez nós compraríamos  
1134 uma briga maior, um desgaste político muito maior do que a própria situação de fazer  
1135 a defesa. Porque a constituição abarca mas a leis e no sistema hierárquico judiciário a  
1136 lei delegada é a lei é a mesma lei que regulamenta não pode sobrepor a constituição  
1137 federal. Não pode sobrepor por pena disso é por isso que eu coloco aqui com muita  
1138 clareza para que a gente possa deliberar isso daqui.” (conversas fora do microfone)  
1139 Conselheiro José Ismar: “eu estou colocando a questão gente não como particular  
1140 vocês viram que eu tratei até a questão de uma forma gênero. Eu não estou trazendo  
1141 aqui, meu umbigo que seja o sindicato em si. Agora, o que se faz aqui, o que tem sido  
1142 feito é isso, a restrição de direito, o desobedecer a constituição federal. Porque jamais  
1143 a lei infraconstitucional pode restringir um principio constitucional jamais. Infelizmente,  
1144 governos que vem , não só este, mas o anterior também fez esse “para casa” ai com  
1145 muita propriedade. Dias passam e a cada vez mais vem restringindo os direitos da  
1146 sociedade civil. Quiseram restringir o direito social, direito dos trabalhadores. Agora  
1147 esse governo vem a todo custo restringir o direito a participação da sociedade civil.  
1148 Então, eu não compreendo a colocação da conselheira no sentido em que um debate ,  
1149 esse debate tem que ser levado a publico a hora a qualquer momento a todo o  
1150 momento porque a todo momento vem a mão pesada do Estado restringindo os  
1151 direitos sociais ou querendo restringir os direitos sociais, os direitos individuais e os  
1152 direitos da sociedade civil. Então, se nós sociedade civil não comungarmos uma  
1153 articulação nesse sentido contrário a essas imposições vai acontecer o que está  
1154 acontecendo. Poucas entidades ou nenhuma entidade virá participar dos conselhos.  
1155 Haja visto que as próprias legislações ultimamente ao olhar da assistência social elas

1156 estão fechando. Porque o governo deveria financiar e não financia a política. A política  
1157 até então as entidades assumiam com o recurso financeiro com o recurso da  
1158 educação. Hoje não pode mais. Não se pode financiar programas projetos serviço da  
1159 assistência social hoje com recurso da educação. Conseqüência: fecham-se as  
1160 entidades de assistência social. É isso que nós queremos para os conselhos? Até  
1161 quando e onde essa mão pesada vai prevalecer. Até quando? E nós sociedade civil,  
1162 até quando vamos suportar isso?” Presidente: “Pessoal, o poder demanda do povo.  
1163 Está na constituição federal. Nós é que elegemos nossos parlamentares. E a  
1164 representação que ele faz da sociedade civil é essa. E o que adianta, nós estamos  
1165 num conselho que é paritário, tem conselheiros governamentais o que não quer dizer  
1166 que deixam de ter a sociedade civil organizada. (conversas fora do microfone) Isso.  
1167 Então o que a gente vê é essa situação. Primeiro, temos a sociedade civil. Agora,  
1168 vemos um Estado. Estado de direito em que cumpram-se as leis. Então, tá ai posta  
1169 uma situação muito difícil. Eu penso que a gente deve tirar um encaminhamento e  
1170 levar isso para o nacional, levar para a Conferência Estadual, convocar de repente  
1171 chamar, criar uma oficina única para os parlamentares desse Estado nosso. Para  
1172 fazermos esse debate, eles tem obrigação, eles são os nossos empregados, recebem  
1173 salários nossos, dinheiro público que sai do nosso bolso. Eu acho que está na hora da  
1174 gente cobrar e mais uma vez Minas será pioneira não vamos ser rebelde não. Nós  
1175 vamos colocar uma situação esdrúxula, situação de excrescência no mundo jurídico  
1176 para fazer acordar o MDS. E principalmente, o CNAS. Se o CNAS ficar baixando, não  
1177 fazer essa discussão rica que nós estamos fazendo aqui e é difícil fazer porque lá o  
1178 peso é maior, a mão do Estado. Quando o Zé falou assim e é bom entender gente que  
1179 ele falou assim estado de direito nós estamos falando dos três entes federados. Não é  
1180 só o estado de Minas não. Falando do município, estado e união. Tomara que o  
1181 entendimento seja esse porque senão fica incompleto. Não é o nosso Estado de  
1182 Minas, o nosso avança é muito mais. Nós somos exemplo hoje na esfera federal. Não  
1183 é só de conselho não, gestão também. A SEDESE também têm. Então, nós temos um  
1184 peso lá dentro, então, eu acho que é hora de levar. Agora, nós temos duas situações:  
1185 a situação que José Ismar propõe é de fazer a inclusão isso frontalmente contraria a  
1186 Lei Orgânica, e a nossa Lei Delegada. Agora, literalmente, condiz com o que está na  
1187 constituição federal e ai é processo judiciário. Eu não tenho dúvida nenhuma. Então,  
1188 eu penso ou fazemos essa inclusão sob pena que vamos sofrer com essa  
1189 conseqüência política, pode ter certeza. Ou simplesmente vamos cumprir o que está  
1190 na Lei Orgânica e na Lei Delegada. Ai pode está certo que o sindicato profissional,  
1191 não o que o Zé representa. Desculpa. O sindicato patronal não o que ele representa,  
1192 mas qualquer outro não vai poder compor conselho. Agora, eu quero também chamar  
1193 a atenção para uma situação, concomitantemente em paralelo a este alinhamento nós  
1194 vamos ter essa mesma situação nos conselhos municipais, nós vamos ter porque se  
1195 você pega município de pequeno e médio porte de até 20 mil habitantes,  
1196 principalmente, o de pequeno 1 , né!? Se pegar no município você tem três ou quatro  
1197 entidades. Como que você vai fazer uma composição de conselho com a entidade de  
1198 assistência social. Você vai ter 50% dos municípios mineiros não tem nenhuma. Eu  
1199 desafio a lei agora a fazer composição de conselho. Aqui, por favor, vocês dois (?) são  
1200 juristas, né! E a colocação que eu estou fazendo é estendendo, fazendo em paralelo a  
1201 está situação que você acabou de colocar que é a situação dos municípios a maioria  
1202 dos nosso municípios no Estado não terão condição de compor conselho com  
1203 entidade de assistência social. Agora, se a nossa Lei Delegada falar que ... repete  
1204 para mim, por favor o artigo da lei delegada! (conversas fora do microfone)  
1205 Representante de entidade do usuário. Usuário não é representante de entidade. E ai?  
1206 Isso não foi o que eles sonharam , não foi o que quiseram. Foram alguns que querem  
1207 realmente escolher a sociedade civil. E eu vivi isso de uma forma muito triste dentro do  
1208 conselho nacional, estava como conselheiro nacional até o ano passado e vivi isto  
1209 tristemente. Quando fizeram a operação Farizeu, entendeu? Para excomungar a  
1210 sociedade civil lá dentro, porque na verdade o que o governo queria era tirar

1211 certificação do poder da sociedade civil, ainda que de forma paritária a posição do  
1212 CNAS. Isso é triste para a sociedade civil e ai de sacanagem , desculpa a expressão  
1213 chula perseguiram uns dois ou três conselheiros e puseram a policia federal em cima.  
1214 Então, nós temos que fazer a leitura da nossa caminhada para saber realmente aonde  
1215 a gente tá alinhando. Se nós temos uma política pública de assistência social de  
1216 Estado ou se é uma política pública de assistência social de governo. Isso nós  
1217 precisamos repensar. Desculpa, mas eu preciso fazer isso. No 12, por favor  
1218 Consolação repete. Literalmente o que está na nossa Lei Delegada. Todo mundo aqui,  
1219 porque daqui a pouco nós vamos está fazendo ai palestras nas conferências  
1220 municipais e regionais. Eu tô chamando à atenção dos conselheiros para isso.”  
1221 Consolação: “Inciso 2 do art.12: dez representantes de entidades não governamentais  
1222 eleito durante a conferência estadual de assistência social sendo; Línea A) dois de  
1223 entidade de usuários da assistência social de âmbito estadual; B) quatro de entidade  
1224 de assistência social de âmbito estadual; dois de entidades representativas de  
1225 trabalhadores da área da assistência social de âmbito estadual e dois representantes  
1226 não governamentais de conselhos municipais de assistência social.” Presidente: “ai eu  
1227 pergunto aos Srs. dentro da tradução literal que está no art.12, o usuário pode  
1228 participar? (conversas fora do microfone) Então, vamos lá Consolação, por favor.”  
1229 Secretária Executiva: “pode. A entidade para ser reconhecida como de usuário ela têm  
1230 que ter na sua diretoria o usuário. Então, para representar dentro do conselho tem de  
1231 ser usuário isso na lei tá posto só para o conselho estadual. A lei orgânica de  
1232 assistência social ela fala no geral que é representação de usuários e de entidades de  
1233 usuários no conselho municipal a possibilidade da representação do próprio usuário  
1234 inclusive aquele atendido pelo Bolsa Família, pelo CRAS e tudo no Estado porque  
1235 para ter uma representação precisa vim através de uma entidade.” Presidente: “está  
1236 claro isso? Então na composição deste conselho estadual é representatividade do  
1237 usuário com o usuário representando. Agora, vamos por paralelismo eu quero aqui  
1238 fazer um comentário se isso extrapolar para o município qual a razão do município  
1239 poder ser usuário? Será que existe a intenção de um governo em querer dá Bolsa  
1240 Família, querer dar projeto de ratificação do trabalho infantil? Quer seja um outro  
1241 projeto do governo Federal na tentativa de desmitificar ou de não contribuir no  
1242 processo de formação política do usuário, do beneficiário? Porque eu literalmente  
1243 quero falar para vocês o usuário é o cara que mais tem a propriedade de falar dessa  
1244 política pública, porque ele é o beneficiário. Ele fala com propriedade. Mais eu te  
1245 pergunto: qual é a representatividade que ele tem? Ainda, que no município. Ele não  
1246 tem representatividade; não tem. Porque nem os CRAS conseguem articular o  
1247 usuário. Então, o que nós queremos com a política? Ou nós queremos realmente  
1248 contribuições do usuário para a política ou nós queremos fazer deste usuário um  
1249 votante no meu partido. Ai, eu quero pensar, quero extrapolar meus pensamentos.  
1250 Assim, com o debate pronto, mas nós precisamos fazer este debate, porque no  
1251 município pode e no estado não pode? A nossa lei delegada falou, certo que a  
1252 abrangência é maior, mas porque no município pode? É um colegiado. Ai você chega  
1253 num município hoje e eles querem você não tem entidade de assistência social? Ai,  
1254 você coloca 5 usuários. Faz a composição de cinco conselheiros. Não tem entidade?  
1255 Não. Não tem. Aqui não tem representante do trabalhador? Não. Então é de usuário.  
1256 Ai eu te pergunto: o que terá com a compreensão e leitura que o usuário tem hoje.  
1257 Olha pobreza não é sinônimo de violência, de falta de cultura, mas é um excelente fio  
1258 condutor. As pessoas hoje neste país enquadradas como usuário e beneficiário da  
1259 assistência não tem leitura para compor um conselho salvo raríssimas exceções.  
1260 Isso, nós precisamos fazer. Sair pelos municípios então nós precisamos alinhar. Eu  
1261 posso ser um voto vencido na minha fala e quero ser senão vou provocar uma  
1262 revolução enorme. Mais ai nós precisamos sair daqui alinhados para fazer a leitura.  
1263 Por favor!” Conselheira Cristiane: “é lamentável quando a gente percebe, né! Que a  
1264 gente realmente perdeu o bonde da historia e perdeu ai a oportunidade de fazer outras  
1265 discussões. Ai, José Ismar, eu fico um pouco incomodada né! Percebendo aonde nós

1266 chegamos. E ai, acredito que um encaminhamento pertinente é de fato a gente fazer  
1267 está discussão. A gente já conversou um pouco na mesa diretora e até a Consolação  
1268 chamou a atenção da gente. Porque as vezes a gente discute muita coisa, mas não  
1269 encaminha de uma maneira mais político de mobilização, de discussão. Então, a gente  
1270 de fato, fazer essa discussão e os encaminhamentos necessários e colocando um  
1271 pouco mais de lenha nessa fogueira quando o José Ismar chama à atenção para a  
1272 questão da participação. Não sei se o que tá posto hoje a gente tem o entendimento  
1273 que as entidades beneficentes de saúde e educação, elas podem desenvolver  
1274 serviços de assistência social. Mais ai fica a dúvida, elas vão desenvolver o que o  
1275 José Ismar trás que é esse direito de participação. Então, é mais nesse sentido”  
1276 Conselheiro Marcelo: “é ... todas essas discussões aqui são super pertinentes, a gente  
1277 sabe o que se propõe para as entidades nesse país. Mais eu para além de assistente  
1278 social, talvez alguns não saibam, mas eu também sou advogado. E ai, é... vem as  
1279 questões legais que permeiam todo ai ... e sou advogado público com especialização  
1280 em direito público, então, me preocupa as questões legais. E a gente parte de um  
1281 principio de direito administrativo que a administração deve pautar nos princípios da  
1282 legalidade e só aquilo que a lei determina. Se nós temos uma discussão política aqui  
1283 que é super pertinente de que a uma proposta de desmantelamento da sociedade civil,  
1284 mas nem por isso, nós podemos utilizar de um instrumento normativo nosso para fazer  
1285 defesas políticas. Eu penso que a defesa política ela está para além das questões  
1286 normativas. Então, se nós pudermos fazer e acho que devemos sim fazer uma  
1287 discussão política, muito grande, e este é o momento oportuno que são os momentos  
1288 das Conferências, mas no nosso Regimento Interno me preocupa de colocarmos algo  
1289 que vai para contrario ao que a lei que nos criou. Me preocupa sabe presidente é nós  
1290 colocarmos no Regimento algo que contraria a lei que nos criou.” Conselheiro José  
1291 Ismar: “entendo muito bem a colocação do conselheiro Marcelo. Entendo e assim  
1292 como o conselheiro tem a sua especialização em direito público este conselheiro tem  
1293 a sua especialização na Associação Nacional dos Magistrados e o entendimento deste  
1294 conselheiro na especialização no Direito Social ele deixa claro aqui para vocês que  
1295 devemos obedecer dentro do principio hierárquico das Leis a constituição federal. E já  
1296 disse aqui um principio que está intuito na constituição federal, na lei máxima, na  
1297 nossa carta magna, não cabe lei infra-constitucional ou normas no sentido de querer  
1298 ferir a constituição federal. Então, dentro do direito social dentro do direito social é  
1299 pertinente, cabível a defesa no sentido de que nós manifestamos em obediências a lei  
1300 maior. Se veio alguma lei infra-constitucional que afere, que fere a constituição, então,  
1301 ela é inconstitucional. E este conselheiro vai não seguir a lei infra, mas sim a  
1302 constituição federal. Por isso, eu acho interessante e muito bom o direito, Marcelo.  
1303 Porque a gente se fosse um estado realmente democrático de direito nós não estaria  
1304 sofrendo discutindo o que nós estamos discutindo agora. Não haveria necessidade de  
1305 discutir. Na realidade, o que tem sido feito é pegar a constituição todo o momento e  
1306 rasgá-la, desobedecê-la, ferir o principio hierárquico das leis, da lei maior que é a  
1307 constituição federal. E é muito propriedade isso do direito público de ferir a  
1308 constituição federal. Agora, este pobre mortal aqui, ele vai lutar e vai continuar lutando  
1309 pelo direito social custe o pesar da mão do Estado.” Presidente: “ok, conselheiro. Eu  
1310 acho que foi riquíssima aqui o conhecimento jurídico da ordenação jurídica do nosso  
1311 país. Está muito claro, se alguém não entendeu, a minha sugestão não é só daqui  
1312 agora, nós temos um GT constituído, mas nós precisamos criar um grupo aqui que  
1313 quando for participar das conferências nós vamos falar disso daqui a pouco e vamos  
1314 aprofundar nessa discussão. Nós temos que ter a serenidade de levar as conferências  
1315 municipais situações que não vão gerar mais confusão do que já estão. Os conselhos  
1316 municipais não têm a compreensão ainda, se quer da normativa atual: inscrição de  
1317 entidade, vinculo SUAS, tipificação de serviço não se sentem contemplados. Inscrição  
1318 de entidades vão participar dos conselhos, as entidades que não são mais da  
1319 assistência sem pode fazer convênio porque não tem mais possibilidade de utilizar a  
1320 inscrição no conselho municipal. Tudo isso, é problema que eles vão trazer para a

1321 gente. Mais eu penso que vamos ter de enriquecer essa discussão nossa e gastar um  
1322 tempo, olha bem, gastar não perder e de repente até investir num tempo maior para a  
1323 gente levar com serenidade para os municípios. Este tipo de discussão tão politizada  
1324 que nós não podemos levar aos municípios. E aqui eu preciso encaminhar agora. Nós  
1325 temos duas situações: vocês ouviram bastante aqui o cumprimento da constituição  
1326 federal que o José Ismar pede e ele tem total razão na compreensão jurídica que uma  
1327 lei ainda que regulamente um artigo da constituição não pode sobrepor, extrapolar.  
1328 Porque a nossa constituição federal é cidadã mas não é auto-aplicável. Ela depende  
1329 de regulamentação. Está aí o Estatuto da Criança e do Adolescente com 265 artigos  
1330 que veio para regulamentar um único artigo da constituição federal que é o art. 227.  
1331 Ao modelo da Lei orgânica e da assistência social que veio com os vários artigos dela  
1332 para regulamentar o art. 203 e 204 da constituição federal. Assim sendo, ainda assim  
1333 eu acho que este conselho precisa deliberar, né! E temos outra situação que é cumprir  
1334 literalmente a lei LOAS que é a lei que regulamenta a política pública de assistência  
1335 social. Então, nós já ouvimos aqui com coincidência para nos dois juristas com  
1336 posições diferenciadas. E aí então, eu vou começar a fazer o voto nominal. Ok? Pode  
1337 ser assim? Então, vamos lá. Eu vou começar pelos dois, porque os votos são contrário  
1338 e aí a gente dá sequência (conversas fora do microfone) o encaminhamento é o  
1339 seguinte: olha! Se fizer essa inclusão a gente feriu a Lei Orgânica de Assistência Social,  
1340 a gente feriu a Lei Delegada do Estado e a gente cumpriu constitucionalmente,  
1341 literalmente o que está no art. 204 da Constituição Federal. E pode ter certeza é uma  
1342 briga política grande com o CNAS e o MDS também. E vamos gerar um tumulto  
1343 grande também com os conselhos municipais, aí é comentário meu, mas pode ter  
1344 certeza. Pela experiência que tenho. A outra situação é, a gente não fazer essa  
1345 inclusão, tá, e a gente cumpre a Lei Delegada, a Lei Orgânica de Assistência e damos  
1346 sequência ao nosso trabalho. E, aí, quero fazer coro com o José Ismar. Eu defendo o  
1347 que você tá trazendo e mais do que isso eu tenho três representações de entidades  
1348 uma estadual e duas nacionais e eu posso te garantir aqui têm procuração para isso.  
1349 Eu vou somar com você se você quiser entrar no mundo jurídico para defender essa  
1350 situação no (...). E quero mais, compartilhar com você o custo desse processo. Eu  
1351 assumo com você que as minhas entidades que eu represento nacionalmente nós vamos  
1352 assumir isso, mas num processo. Mais aqui, enquanto conselheiro deste conselho,  
1353 enquanto presidente dele, eu tenho que ter a serenidade. Eu tenho que ter a  
1354 responsabilidade de não gerar mais tumulto do que está. O que não quer dizer que  
1355 nós estamos omitindo a discussão. Então, eu passo a votação. Ok? Tá claro a  
1356 votação? (conversas fora do microfone) Não! (conversas fora do microfone) A inclusão  
1357 ou a supressão. Aí eu já disse bem. A inclusão cumpre a Constituição Federal e lei  
1358 delegada e a LOAS. Se suprime vamos cumprir a LOAS e a lei delegada. E, aí, se está  
1359 ferindo a constituição federal para isso existe o mundo jurídico. Vai lá insurgir, mas não  
1360 aqui no caso. Tá? E sem personificar. E sem querer personificar e dizer que é questão  
1361 de uma entidade que compor conselho. Não. É de forma generalizada, porque a gente  
1362 viu que tem outras (...), por favor Conselheira Sônia:” “eu penso o seguinte: se nós  
1363 estamos tendo muitas dificuldades, né, com relação a essas inscrições. Eu tenho  
1364 certeza que muitos municípios, muitos CMAs vão estar fazendo inscrição sim mesmo  
1365 se eles não tiverem registrado, certificado, serviços, programas, projetos de  
1366 assistência social. Eu não tenho dúvida que isso vai acontecer, porque senão não vai  
1367 ter um conselho. Então, os municípios vão fazer sim. Agora, o que eu gostaria de  
1368 saber, principalmente para os juristas. Se a gente incluir é possível de uma cassação,  
1369 alguma coisa assim? (conversas fora do microfone) Não, não não... esse termo que eu  
1370 tô falando cassação eu não sei falar as coisas direito não. O MDS pode ...” Presidente:  
1371 “deixa eu extrapolar. A gente faz uma composição e de repente a gente reelege uma  
1372 entidade patronal sindical, pronto. Nós estamos ferindo a lei orgânica de assistência  
1373 social e estamos ferindo a lei delegada do Estado. Aí, nós vamos responder  
1374 juridicamente. Agora, vai ter defesa? Vai ter defesa, porque nós vamos defender até o  
1375 Supremo Tribunal. Pode ter certeza que vai até o Supremo Tribunal” conselheira

1376 Sônia: “então, com essa inclusão a gente vai esta provocando, então, que eles  
1377 venham e ... pra gente seria até melhor.” Presidente: “pode ter certeza que vai. E a  
1378 outra situação é a gente deixar como está, não compramos essa briga e ai, fica a  
1379 entidade que o José Ismar representa ou outras que podem aderir ao processo de  
1380 fazer essa discussão e levar isso de forma... é... ainda que minorada, mas coletiva ao  
1381 mundo judiciário para fazer a defesa. Tá claro gente?” Conselheira Sônia: “ e agora,  
1382 todos os municípios ter... não...” Presidente: “depois que a gente defender aqui que  
1383 então a gente vai nesse grupo de trabalho discutir o que nós vamos levar. Nós não  
1384 podemos levar esse barulho para os municípios. (conversas fora do microfone) ok.  
1385 Vamos lá! Quem...pode falar Cristiane, (conversas fora do microfone) podemos  
1386 esgotar, estamos aqui para isso.” Conselheira Cristiane: “ quando a Sônia  
1387 levanta essa questão ai, remete a não tá claro ainda, para votar. Não me sinto ainda,  
1388 claro é ... completamente esclarecida, considerando exatamente as implicações. Acho  
1389 que a gente não pode aqui é... até a gente pensa assim, a gente for pensar assim, não  
1390 vale a pena a discussão! Vale a pena a briga! Vale a pena a discussão política! Sim,  
1391 mas eu não sei. Acho que a gente precisa esgotar melhor essa discussão relacionada  
1392 a essa inclusão, porque não to me sentido bem nessa votação. E não gostaria de me  
1393 abster em função dessa questão.” Presidente: “ok.” Conselheiro Marcelo: “é... a gente  
1394 quando vai nos municípios a gente tem oportunidade de dizer para todos é.. que nós  
1395 como conselheiros somos agentes públicos. E, enquanto agentes públicos nos somos  
1396 responsáveis pelos nossos atos, pelas nossas deliberações aqui no conselho. E é por  
1397 isso que, eu fiz aquela intervenção de que a gente deve pautar no que está na lei.  
1398 Politicamente concordo e defendo tudo isso que está sendo posto que foi apresentado  
1399 pelo conselheiro José Ismar inclusive da mesma forma como ele coloca a disposição  
1400 eu também me coloco a disposição como advogado para poder contribuir nesse  
1401 processo assinando inclusive se for necessário, mas me preocupa se nós enquanto  
1402 conselheiro sabendo que somos agentes públicos conscientes porque nós sabemos  
1403 de nossas responsabilidades. Nós votarmos algo que pela própria fala da Sônia e das  
1404 respostas que foram postas nós estamos ferindo algo na lei.” Conselheiro José Ismar:  
1405 “acho que está claro, bem posto, né. Talvez aqui e agora não seja mais importante,  
1406 talvez o que fira, mas eu mantenho o que eu falei, né, porque dá mesma coisa que o  
1407 colega Marcelo falou que não se deve ferir a lei eu acho que sim que não se deve ferir,  
1408 mas quando se diz na questão da hierarquia das leis ai, prevalece para este  
1409 conselheiro a constituição federal, custe o que custar eu vou defender e defendo. Eu  
1410 utilizo a constituição federal para todas as minhas defesas. Tá sempre do meu lado a  
1411 constituição federal porque para mim é o de mais importante no direito existe. Então,  
1412 eu vou sempre segui-la, embora tenha lei que diz contra, mas eu vou seguir e sempre  
1413 seguir.” Presidente: “ok, pessoal. Nós precisamos terminar o encaminhamento. É um  
1414 ponto que nós vamos discutir mais com toda certeza. Eu quero compartilhar dessa  
1415 posição do Zé. Penso que no momento assim com a voz do equilíbrio a gente precisa  
1416 ter certeza do que a gente que. E o que a gente que e o que a gente pode provocar. O  
1417 particularmente, o meu entendimento é que a gente desgaste e uma perda maior para  
1418 nós se ferir a lei orgânica e a lei delegada sob pena de isso incorrer na não habilitação  
1419 da entidade que ele representa para a próxima gestão desse conselho. Mais eu quero  
1420 fazer coro, mas eu penso que o prejuízo é maior. E aqui nesse órgão publico de  
1421 formação paritária nós temos que ter uma responsabilidade muito grande, né, do  
1422 nosso papel enquanto defesa do usuário e do beneficiário da política. E com toda  
1423 certeza eu sei que a votação independente do que ela acontecer aqui ganhando ou  
1424 não José Ismar tem a nobreza de entender que não quer dizer que a gente expurga  
1425 uma entidade ou fica coma entidade. Quer dizer ele sempre teve o mesmo e fora do  
1426 conselho essa mesma luta e essa defesa. E assim eu vou estar, independente de  
1427 conselheiro minha luta é a mesma no espaço institucional. Então, a gente tem que ter  
1428 essa clareza, mas nós precisamos votar.” Conselheira Sônia: “tem jeito de se provocar  
1429 uma modificação? É possível, né, provocar alguma coisa? Ter acesso ao MDS, eu não  
1430 sei, antes de Minas...” Presidente: “não. Nós podemos encaminhar nesse conselho.

1431 Independente da votação aqui, nós podemos encaminhar, por exemplo, vamos tirar  
1432 uma fundamentação bem discutida com grupos e levar isso ao MDS e ao CNAS  
1433 (vozes justapostas) Se a gente conseguir uma única oficina com parlamentares, ai lá é  
1434 o momento. Ai lá a gente pode levar e forçar o parlamentar a levar isso para cima.”  
1435 Conselheira Juanita: “quando a gente regula o que tá na lei no regimento interno  
1436 significa de que forma que o conselho vai caminhar. O regimento interno é para  
1437 mostrar de que forma este conselho vai caminhar se a gente colocar, no meu  
1438 entendimento, se a gente colocar esse inciso VII no regimento interno, nós vamos está  
1439 ferindo duas legislações uma estadual e uma federal, nós não vamos estar infringindo  
1440 uma constituição federal, porém nesse momento no meu entendimento seguindo a  
1441 lógica do presidente a gente tem de ser sereno na interpretação da colocação desse  
1442 inciso no nosso regimento que nós vamos, o conselho estadual ele é referencia para  
1443 conselho municipal. Se o conselho estadual tá abrindo para essa concessão nesse  
1444 conselho significa que os conselho municipais vão seguir o exemplo do conselho  
1445 estadual e vai seguir essa mesma lógica. Concordo na integra com a colocação do  
1446 conselheiro José Ismar, não discordo em hipótese nenhuma desse inciso, mas não do  
1447 regimento e concordo que esse é o momento da gente fazer essa discussão e essa  
1448 deliberação na nossa conferência porque é lá que vai chamar a atenção do MDS do  
1449 conselho nacional para essa realidade não só mineira, mas é uma realidade nacional.  
1450 Mais aqui no nosso regimento nós vamos criar uma situação que não vai nos trazer  
1451 um resultado. Então, é o momento da gente fazer essa discussão, mas na conferência  
1452 estadual e eu acho que é nos grupos de trabalho com os municípios para que saia  
1453 uma deliberação estadual para isso, ok?” Presidente: “ok. Essa perspectiva que nos  
1454 obriga a constituir um grupo de trabalho fazer uma discussão politizada, bem  
1455 fundamentada, mas pode ter certeza nós vamos fazer barulho no MDS e no CNAS.  
1456 Por deliberação desse conselho, parece que já existe a compreensão que tá  
1457 acontecendo. Mas existe também a consciência de que não é o momento da gente  
1458 pegar essa batalha, mas que nas conferências a gente precisa tirar encaminhamento e  
1459 da estadual levar para lá e fazer barulho nós vamos, porque nós temos representação  
1460 lá também no conselho nacional. E é isso que a gente faz valer quando tá nos três  
1461 entes federados. Ok, pessoal? Então, vamos passar a votação? Eu vou começar para  
1462 os dois, propositalmente depois ... eu começo votando eu sou favorável da supressão  
1463 do artigo, por essas razões que eu disse. Quero compactuar com meu amigo José  
1464 Ismar, estou na luta, já ofereci o meu companheirismo em todos os quesitos, tá, mais  
1465 como presidente deste conselho eu carrego querendo ou não, por vontade ou não, a  
1466 responsabilidade de não gerar mais tumulto nos municípios e o meu entendimento  
1467 nesse momento é pela supressão.” Conselheira Juanita: “ como o presidente, eu  
1468 gostaria de justificar a minha defesa porque esse órgão colegiado ele tem a missão de  
1469 fazer o controle social da política e a política está regulamentada na lei orgânica.  
1470 (conversas fora do microfone)” Conselheiro Márcio: “pela supressão”; Conselheira  
1471 Sônia: “pela supressão, mas não vamos deixar barato não.”; Conselheira Fátima: “pela  
1472 supressão, por tudo que já foi falado pela Juanita e pelo presidente Geraldo”;  
1473 conselheiro Mário Roberto: “pela supressão, com o presidente”; Conselheira Edma:  
1474 “com o presidente, pela supressão”; Conselheira Marta: “com o presidente, pela  
1475 supressão”; Conselheiro José Fernando: “pela supressão e com um encaminhamento  
1476 de provocar os demais conselhos estaduais, porque isso não pode ser só mais uma  
1477 discussão da conferência de Minas Gerais, mas de presidente a presidente fazer essa  
1478 contactação com os demais presidentes dos outros estados.” Conselheira Cristiane:  
1479 “pela supressão e pelos encaminhamentos que já foram colocados aqui de criação de  
1480 um GT dentro do conselho para discussão. Agora, esse encaminhamento colocado  
1481 pelo José Fernando de discussão com os outros conselhos estaduais e também com a  
1482 discussão na conferência estadual.”; Conselheiro Adenor: “pela supressão, mas quero  
1483 parabenizar o José Ismar e o Marcelo e é bom que nos tenhamos os dois aqui neste  
1484 conselho, porque são os nosso olhos, ouvidos, braços e pernas dentro da área  
1485 jurídica. É interessantíssimo que realmente tragamos essas informações para o

1486 conselho até para que nós possamos estar votando com mais coerência, com mais  
1487 tranqüilidade. A sua fala ela é importantíssima, porque eu também (vozes justaposta)  
1488 da constituição, supressão.” Conselheiro José Ismar: “presidente, o conselheiro é voto  
1489 vencido, mas registra-se aqui a sua satisfação no empenho dessa plenária em estar  
1490 em consonância, né, não majoritária na sua totalidade em buscar o resgate do nosso  
1491 direito maior, que é o direito constitucional.”; Conselheiro Marcelo: “pela supressão e  
1492 também justificando que concordo plenamente com todas as posições colocadas pelo  
1493 companheiro e conselheiro José Ismar.” Presidente: “ok, pessoal. Só tivemos um voto  
1494 contrário e os demais favoráveis a supressão. O entendimento está claro, o  
1495 conselheiro José Fernando acabou de me dá um nova incumbência é... esse  
1496 conselheiro que vos fala é o vice-presidente do fórum nacional dos conselhos  
1497 estaduais de assistência social e obviamente eu vou estar levando esse  
1498 encaminhamento dessa plenária já de imediato to fórum nacional via eletronicamente,  
1499 né, nos estados que eu estarei agora fazendo representação nas conferências vou  
1500 levar isso com muita propriedade, mas com a responsabilidade que cabe a minha  
1501 representação do estado de Minas junto aos outros estados. Ok? Eu gostaria de pedir  
1502 aos conselheiros e demais mais 10 minutos para que a gente pudesse sair para o  
1503 horário de almoço porque a conselheira Juanita El precisa e ai, fazer aquela inversão  
1504 de pauta já aprovada ela precisa fazer... só um minuto... (conversas fora do microfone)  
1505 tem mais ainda? Por favor! Ok. Então o regimento interno ... pessoal! Eu pergunto: o  
1506 Regimento interno tem alguém contrario a aprovação? Aqueles que forem favoráveis  
1507 permaneçam como estão. (conversas fora do microfone) ok. Marcelo você me chamou  
1508 à atenção. Então, tá considerado aprovado o Regimento Interno com as alterações já  
1509 discutidas por aprovação do conselheiro: Márcio, Sônia, Mario Roberto, Fátima, Edma,  
1510 Marta, José Fernando, Cristiane, Adenor, José Ismar, Marcelo, Geraldo e conselheira  
1511 Juanita. Com a ressalva do conselheiro José Ismar no art.42 pelas razões já  
1512 explicitadas. Ok. Obrigado, conselheiro Márcio, pela lembrança. Acho que foi rica e  
1513 calorosa essa discussão e é por isso, que este conselho é pioneiro nas inovações, na  
1514 criatividade do conselho nacional, né, e a gente não tá, não teve forçação de barra  
1515 nenhuma para o conselho do Estado de Minas está na vice-presidência do Fórum  
1516 Nacional, não. Ao contrário, foram eleito por competência desse conselho. Eu queria  
1517 passar, então, para a Juanita fazer a apresentação dela que está lá na nossa pauta  
1518 item 5 especificamente o terceiro ponto da letra B, porque ela terá outros  
1519 compromissos com o nosso secretário de Estado a tarde e não poderá estar presente  
1520 e logo em seguida nos retomamos o item 3.” Conselheira Juanita: “Bom. Eu agradeço  
1521 a este plenário aqui, por atendimento a minha demanda lembrando presidente que eu  
1522 vou lá, mas volto, tá!?” **Termo de Relatoria:** I – Identificação do processo: Nome do  
1523 conselheiro-relator: MARIA JUANITA GODINHO PIMENTA Identificação do  
1524 processo: Nome do empreendimento: PCH COURO DO CERVO; Nome do  
1525 empreendedor: LUZBOA S/A; Município envolvido: Nepomuceno/ MG; Tipo do  
1526 processo (Apreciação do PAS/BARRAGEM / comprovação de implementação /  
1527 denúncia): Aprovação do Plano de Assistência Social – PAS da PCH Couro do  
1528 Cervo II – Diligências: Solicitação de diligências: ( ) SIM ( X )NÃO; III –  
1529 Fundamentação do parecer: Contexto do PAS/BARRAGEM - **Embasamento legal:**  
1530 Lei de Barragem – 12.812 de 28/04/1998, Lei de Barragem – 15.012, de 15 de Janeiro  
1531 de 2004; Resoluções CEAS 317/2010 e 318/2010; Lei Orgânica da Assistência Social  
1532 – Lei 8.742, de 7/12/1993; Lei 12.262, de 23/07/1996; Política Nacional de Assistência  
1533 Social – PNAS/2004 e Decálogo dos Direitos Socioassistencias. O PAS da PCH Couro  
1534 do Cervo foi protocolado no CEAS em 30/11/2010. Tal documento foi analisado pela  
1535 técnica da Secretária Executiva do CEAS, Sra. Leila Mara cujo parecer social é  
1536 favorável à aprovação do mesmo. Trata-se de uma reativação de usina, ou seja, já  
1537 existem as estruturas no local onde funcionará a PCH Couro do Cervo.  
1538 Pessoas/famílias diretamente afetadas: Para construção do referido empreendimento  
1539 serão afetadas 02 propriedades rurais, que perfaz o montante de 06 famílias  
1540 diretamente atingidas (considerando categorias de proprietários, trabalhadores e

1541 familiares). Mão de obra prevista: Consta no PAS a previsão para contratação de  
1542 aproximadamente 25 pessoas. Cabe salientar que o tempo de obra previsto é de 12  
1543 meses e que após a fase de construção da usina, está previsto que 05 trabalhadores  
1544 permanecerão trabalhando (serão trabalhadores permanentes da PCH em toda a sua  
1545 fase de operação). Gestão do SUAS no município de Nepomuceno/MG: há 2 CRAS  
1546 em funcionamento e 1 CREAS sendo implantado. Programas, projetos e ações  
1547 previstos no PAS da PCH Couro do Cervo: - Constaram no PAS os 03 projetos  
1548 obrigatórios, conforme artigo 4º da Resolução CEAS 317/2010 (Comunicação, Posto  
1549 de Atendimento Social e Negociação de terras), cabendo salientar: Programa de  
1550 Negociação de Terras: 1 propriedade já foi negociada em julho/2009 e a outra se  
1551 encontra em fase de negociação. Não haverá relocação de casas nem de benfeitorias.  
1552 Em relação ao Posto de Atendimento Social: houve alteração na implantação desse  
1553 equipamento, sendo considerado a priori melhor potencialização da política de  
1554 assistência social existente no município. Sendo assim, no PAS da PCH Couro do  
1555 Cervo, constou que ao invés de se instalar o Posto de Atendimento Social, irá ocorrer  
1556 as seguintes ações por parte do empreendimento: doação para a Prefeitura de  
1557 Nepomuceno/MG/Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS de 1  
1558 computador, 1 impressora, 1 mesa para computador, 1 armário, 1 arquivo, 1 mesa  
1559 com 6 cadeiras, 1 telefone e 1 fax. Estes equipamentos ficarão alocados em uma sala  
1560 da SMAS, para atuação de um técnico graduado em Serviço Social (assistente social),  
1561 que será contratado pelo empreendedor, para atuar a partir de 01/07/2011 nesse local;  
1562 mesmo tendo como local de trabalho a SMAS, o vínculo trabalhista do técnico será  
1563 com a empresa LUZBOA S.A ; a prioridade é de atendimento nos casos referentes a  
1564 PCH Couro do Cervo e quando não houver incidência de situações que demandam  
1565 ações referentes ao PAS da PCH Couro do Cervo, este técnico, atuará em  
1566 consonância com as ações realizadas pela SMAS. Além da doação dos equipamentos  
1567 e da contratação do técnico, o empreendimento deverá disponibilizar uma vez por  
1568 semana, no horário de trabalho do técnico, carro com motorista, para realização de  
1569 visita técnica a área atingida ou em outros locais que fizerem parte de suas atuações  
1570 profissionais no município. No relatório técnico constou que esta proposta foi  
1571 apreciada pelo CMAS de Nepomuceno e que tal órgão de controle social aprovou por  
1572 unanimidade tal projeto. Considerando: - que o PAS da PCH Couro do Cervo foi  
1573 elaborado em conformidade com a legislação do CEAS; - que nenhum dos direitos  
1574 socioassistenciais a priori foi violado;- que o CMAS de Nepomuceno é instância de  
1575 controle social local e que tal órgão emitiu parecer favorável ao PAS; - que o PAS não  
1576 é um documento engessado e inflexível e ainda, que ações podem ser incluídas a  
1577 qualquer momento, desde que seja para garantia dos direitos socioassistenciais; - que  
1578 a técnica do CEAS que analisou o processo é favorável a aprovação do documento,  
1579 Eu, Maria Juanita Godinho Pimenta, sou favorável pela aprovação do PAS da PCH  
1580 Couro do Cervo. IV – Parecer conclusivo: Diante do exposto, cumprido os  
1581 pressupostos legais, as normativas deste CEAS, o relator emite parecer favorável à  
1582 aprovação do referido PAS. Em discussão: Conselheira Cristiane: “ tá bem claro viu  
1583 Juanita a relatoria e sem dúvida nenhuma a gente tá percebendo que todos os  
1584 cuidados foram tomados na discussão é... só estou com uma dúvida e em função de  
1585 eu ter feito uma discussão na URMAS de Curvelo com três municípios que já  
1586 passaram, essa relatoria vai ser a tarde e talvez você não esteja aqui em função do  
1587 seu compromisso lá com o secretário lá na AMM. Primeiro vou fazer a pergunta e  
1588 depois fazer o comentário em relação a essa discussão que eu tive com Curvelo,  
1589 Felixlândia e Pompeu, tá?! A dúvida é, em relação a contratação do assistente social  
1590 tá colocado ali o prazo inicial o prazo final fica estabelecido a partir do  
1591 monitoramento?” Conselheira Juanita: “na verdade, eu até conversei isso com a  
1592 técnica Leila, porque no PAS fica claro que a contratação do profissional vai ser por 12  
1593 meses, mas nada impede que no monitoramento deste conselho, havendo  
1594 necessidade o empreendimento já disponibilizou e já clareou a possibilidade de  
1595 prorrogação.” Conselheira Cristiane: “ok, obrigada! Eu faço essas perguntas gente e a

1596 tarde vou detalhar mais porque exatamente por essa experiência que eu tive  
1597 conversando com esses municípios a primeira questão que os municípios colocaram  
1598 foi exatamente que muito PAS, as vezes, o plano e o próprio posto de atendimento de  
1599 fato não atende a população de fato atingida pelo empreendimento. Desenvolve  
1600 atividades, varias atividades, mas essas atividades não são feitas diretamente com  
1601 aqueles que são atingidos e uma outra preocupação que essa discussão com a  
1602 URCMAS de Curvelo me chamou à atenção é essa questão da desmobilização dos  
1603 profissionais, quer dizer, são contratados 25 trabalhadores e aqui é até um número  
1604 pequeno, mas são contratados os trabalhadores e apesar de muitas vezes no PAS  
1605 colocar que serão trabalhadores da região, a gente sabe que vem trabalhadores de  
1606 outras regiões e por ser um atendimento, um órgão CRAS que está distante da área  
1607 de abrangência, não é feito, na verdade, nenhuma ação de desmobilização. Isso  
1608 aconteceu lá e acho que é uma atenção que precisamos dá nessas análises. Qual  
1609 Plano de fato, que ação de desmobilização de fato será realizada nos processos de  
1610 termino da obra. São só esses comentários que você não vai está aqui. Não estou  
1611 questionando o seu parecer, mas só chamando à atenção dos conselheiros para  
1612 essas duas questões. Principalmente, quando é os planos eles privilegiam a questão  
1613 da política pública local e a gente sabe que este é um encaminhamento que este  
1614 conselho vem sendo adotado de fortalecer a política pública, o CRAS e outros. A  
1615 gente tem que tá atento se de fato o público atendido será de fato envolvido nestes  
1616 planos.” Presidente: “na falta de outra inscrição, eu já me inscrevi aqui com o Marcelo  
1617 e gostaria de fazer minhas considerações junto com as da Cristiane. É chamar à  
1618 atenção dos Srs. quando vocês viram ali que a profissional técnica terá o vínculo com  
1619 o empreendedor, estará locada fisicamente dentro da secretaria municipal e eu quero  
1620 chamar à atenção para uma coisa, nós precisamos enquanto conselho estadual inferir  
1621 mais nesse processo a gente tem sem nenhuma prepotência de querer ditar, avaliar  
1622 ou questionar a competência ou a formação da pessoa que vai está lá como técnica  
1623 de assistência social, mas é preciso saber que existe uma distorção do desempenho  
1624 da função. Uma coisa é ela está graduada, formada o que a gente vê é desvio de  
1625 função enquanto do exercício da função, principalmente, o que a Cristiane levanta nos  
1626 pontos relacionados aos atingidos. E ai, por quê? Porque fica um vínculo trabalhista e  
1627 hierárquico a empreendedor, mais de função o vínculo teria de ser nosso via conselho  
1628 municipal. Por quê? Porque eles não cumprem o papel de estar na proteção social aos  
1629 atingidos. Às vezes cumpre um papel que é do empreendedor e o empreendedor quer  
1630 satisfazer legalmente o que nós impomos por resolução e não levar ao atingido  
1631 ressarcimento de direitos violados. Só chamar à atenção para isso para a gente inferir  
1632 mais nesse processo, para termos essa compreensão e levando isso para os  
1633 municípios atingidos. Mais devolvo para você Juanita o comentário.” Conselheira  
1634 Juanita: “mais algum esclarecimento? Não. Bom. Eu não vi no processo com relação  
1635 como vai se dá ou se está lá passou despercebido por mim se tem um processo de  
1636 desmobilização de mão-de-obra. Se tem eu queria pedi que a técnica Leila para  
1637 clarear para a gente.” Leila: “bem, porque aqui foi citado somente os três projetos  
1638 obrigatórios, mas tem os outros três projetos que é de mobilização e desmobilização  
1639 da mão-de-obra.” Conselheira Juanita: “esse processo de desmobilização ele vai ser  
1640 feito por essa técnica contratada ou pelo equipe do CRAS?” Leila: “vai ser feito pela  
1641 técnica contratada. As contratações vão ocorrer todas, porque o município de  
1642 Nepomuceno tem uma BR que corta e a obra vai ser do outro lado então a contratação  
1643 ficou compactuada com a secretaria municipal. Vai ser lá que vai ter um posto de  
1644 atendimento para fazer o cadastro e as contratações.” Conselheira Juanita:  
1645 “esclarecido?” Presidente: “ok. Pessoal! Vamos colocar em votação. eu voto com a  
1646 relatora.” Conselheiros (as): Marcelo, José Ismar, Adenor, Cristiane, José Fernando,  
1647 Marta, Edma, Mário Roberto, Fátima, Volney, Sônia e Márcio, todos votaram com a  
1648 relatora. Presidente: “ok, pessoal! Vamos fazer a apresentação desse próximo ponto  
1649 de pauta pela Consolação, por uma razão plausível e justificável. Consolação não está  
1650 passando bem, vocês já observaram. Então ela vai fazer uma apresentação sobre o

1651 processo de conferência.” Consolação: “a primeira proposta que vai ser apresentada é  
1652 a questão da nossa tiragem de delegados para a conferência estadual. (conversas  
1653 fora do microfone) a proposta é a seguinte: nós estamos trabalhando para a  
1654 conferência com o universo de 1000 delegados vindo dos municípios para a  
1655 conferência estadual. Então, a distribuição foi pensando em uma proposta pensando  
1656 em avançar um pouco, ouvindo já tudo o que nós recebemos de algumas (...) da  
1657 conferência passada. Fiz varias contas e se a gente fosse direto para a conferência  
1658 todos os municípios participando diretamente do estado iriam dar aproximadamente  
1659 2000 pessoas. Isso considerando o nº mínimo de representação que seriam dois  
1660 delegados. Então, a proposta já que isso seria inviável, é que metrópole, grande porte  
1661 e médio porte pudessem vim diretamente para a conferência estadual, ou seja, eles  
1662 vão realizar a conferência municipal e vem para a estadual. Cada um deles, médio e  
1663 grande porte, com 6 delegados e a metrópole com 12 e ai a gente considerando o  
1664 número de habitantes também. Em relação ao porte 1 e porte 2 a gente teria uma  
1665 etapa regional via União de Conselhos Regionais. (conversas fora do microfone) É  
1666 porte 1 até 20 mil habitantes e porte 2 até 50 mil habitantes. Ai, os outros seriam  
1667 médio ai, estaria acima. E o grande está acima de 100 mil habitantes. Então, por isso,  
1668 eu estava pensando em fazer ... to trazendo essa proposta. E ai, eu acho que já seria  
1669 um avanço. Pelas criticas que nos recebemos sempre o grande e médio porte fala; ah,  
1670 a gente tem muito mais habitantes e não é considerado, retira, a gente vem com  
1671 representação e muitas vezes os municípios não chegam. Eu dividir  
1672 proporcionalmente o número de vagas que sobrou. A gente teria 382 vagas estariam  
1673 para médio, grande e metrópole e as outras case 600 vagas estariam com porte 1 e  
1674 porte 2. Então, ficou uma distribuição boa, respeitando a paridade como é aqui no  
1675 nosso estado. E ai, só para vocês terem uma noção quando a gente fala das  
1676 conferências estaria ai, os portes ... (Apresentação de uma planilha) Aqui vocês vão  
1677 ver 24 URCMAS, considerando que tem duas que ainda tem municípios que estão em  
1678 duas regionais e não constituíram Uniões. Mais todas as URCMAS foram respeitadas  
1679 e respeitado o número de municípios, então, eu fiz o cálculo daquela vagas que a  
1680 gente destinou ao porte 1 e porte 2 eu distribui de acordo com o número de municípios  
1681 em cada um desses portes. Então, vocês vão pegar lá Juiz de Fora, como exemplo,  
1682 Juiz de Fora tem 85 municípios eles vão entrar na conferência com uma  
1683 representação de 56 representantes na conferência estadual. Juiz de Fora Regional,  
1684 pequeno e 2. Então, é uma representação significativa. Então, foi uma tentativa de ...  
1685 uma melhor maneira de distribuição dessas vagas e a gente tá trazendo aqui. Lógico  
1686 que tendo essa proposta se a gente fala que vai ter 24 reuniões para tiragem de  
1687 delegados e aonde tem muitos municípios, a gente vai precisar de fazer até duas  
1688 reuniões, por exemplo, como é o caso próprio de Juiz de Fora, Monte Claros, a gente  
1689 vai precisar fazer mais de uma reunião regional , por eles se apresentarem ai mais de  
1690 81. Cada município traria para a regional 6 também, né, respeitando a paridade das  
1691 representações que a gente sempre faz o cálculo pela sociedade civil, um usuário, um  
1692 trabalhador e uma entidade. Então, a gente teria, por exemplo, em Juiz de Fora mais  
1693 de 500 pessoas. Seria essa a proposta. Depois tem todo um detalhamento, mas são  
1694 muitas planilhas detalhando o quê que é ... a proposta da conferência seria a ser  
1695 deliberado aqui para sair o regulamento é que médio, grande porte e metrópole iria  
1696 direto para a conferência e teríamos ai encontros regionalizados para os municípios de  
1697 pequeno porte 1 e 2. Esses encontros se dariam nas uniões de conselhos em 24  
1698 encontros e esses encontros alguns de dois dias no mínimo para a gente dar conta  
1699 (...). Então, assim o conselho tem de ter fôlego para isso, para participar e inclusive a  
1700 gente fez uma ... a gente pensou de ter uma ... dois conselheiros e uma pessoa da  
1701 secretaria executiva em cada uma desses. Então, é quase uma conferência atrás da  
1702 outra se vocês forem imaginar isso ai, no período que a gente tem que é inicio de  
1703 agosto, depois do dia 10 até setembro para ter isso para a conferência de outubro.”  
1704 Presidente: “perceberam a importância e a grandiosidade disso ai. Primeiro, o número  
1705 de vagas que nós vamos ter, era impossível fazer com 2000 mil pessoas. Segundo, a

1706 gente reforça o que está fundamentado na resolução nossa que prestigia as uniões de  
1707 conselhos porque nos vamos levar para as uniões de conselhos 24 delas aos  
1708 municípios de 1 e 2, e lá poder tirar as representações na estadual. E ai, nos temos  
1709 uma situação que, a Consolação já disse e eu volto a repetir. Precisamos saber  
1710 depois, quais são os conselheiros que estarão nas conferências, porque nos termos  
1711 24 necessariamente de estar presente que serão as 24 URCMAS, né, nós vamos  
1712 estar de forma paritária, um conselheiro governamental e um da sociedade civil e uma  
1713 técnica do conselho. E para, além disso, já começou a demanda de conferências  
1714 municipais. Já temos um pedido para pré-conferência, a minha sugestão é que os  
1715 conselheiros estaduais não participem de pré-conferência porque se vocês  
1716 concordarem a gente já vai negar o primeiro, porque a gente não vai ter pernas para  
1717 alcançar pré-conferência. Se é conferência, nós estaremos, né, nessas URCMAS tudo  
1718 bem. Nas municipais nós vamos, a consolação já fez um trabalho e ontem nós  
1719 discutimos isso para apresentar a vocês de que forma nós vamos atender as  
1720 municipais que tamanha vai ser os pedidos que nós não vamos dar conta. Então,  
1721 priorizamos aqueles que nossas pernas alcançar e de acordo com a demanda que  
1722 chegar aqui por data de agenda de cada um dos conselheiros. Por favor, queria falar  
1723 algum critério?” Consolação: “não. Só queria... vamos deliberar por partes? (vozes  
1724 justapostas) porque isso daqui entra um regulamento e depois teria, ainda, a proposta  
1725 de uma programação, depois tem a normativa de um processo de escolha e o critério  
1726 de participação.” Conselheiro Márcio: “é fato, pela minha participação neste conselho  
1727 que se iniciou no ano passado a inexperiência de contribuir neste processo das  
1728 conferências. Eu coloco-me a disposição, mas é importante que os conselheiros, como  
1729 no meu caso, novato para este tipo de atividade, certo?! É importante que a gente  
1730 tenha fundamentação e uma orientação vem clara do nosso papel que a gente poderia  
1731 está executando nessas conferências.” Conselheiro Adenor: “quero parabenizar você  
1732 mais uma vez (...) sei que não é fácil fazer aquilo ali e sei que você fez e acho que  
1733 está bacana. Quero chamar à atenção para um detalhe aqueles conselheiros no qual  
1734 eu me enquadro que vai fazer o curso para não haver encavalamento de agendas em  
1735 relação ao curso e em relação à participação. E quero deixar meu nome à disposição  
1736 aqui neste conselho, dentro dessa agenda e a minha de trabalho, pode contar comigo  
1737 sempre para estar auxiliando se for possível.” Conselheira Cristiane: “de fato nós  
1738 temos que reconhecer o trabalho da Consolação, né, na perspectiva de fazer esse  
1739 material e essas contas e procurando equidade e em todos os aspectos para  
1740 participação. Então, parabéns! Só para clarear também para os conselheiros eu sei  
1741 que você vai discutir o cronograma, mas só ... seria interessante colocar qual o  
1742 período que vai acontecer esses encontros regionais, essas conferências regionais,  
1743 vai ser chamado Encontros Regionais. Seria já interessantes os conselheiros estarem  
1744 atentos ao período que esses encontros serão realizados e ai conselheiro Márcio que  
1745 não tem questão de inexperiência. Eu acho que assim como em outros anos, a  
1746 secretaria executiva ela sempre nos prepara muito bem para participar desses  
1747 momentos. Inclusive o material que vai ser apresentado nas conferências ele é único,  
1748 todos os conselheiros vão com a mesma pasta, a mesma apresentação, inclusive o  
1749 PowerPoint é o mesmo. Então, assim, acho que é... não se preocupe que esse apoio a  
1750 gente tem para estar participando.” Consolação: “estou esperando a deliberação para  
1751 fazer um cronograma desses encontros regionalizados, o período é de 10/08 a 30/09 a  
1752 gente poderia estender um pouquinho já que a nossa conferência está prevista ai para  
1753 o período de 20 a 22 de outubro. E só porque... e o Marcelo me perguntou se todos os  
1754 municípios estão aqui incluídos. Estão. E aqui eu achei a outra planilha que queria  
1755 mostrar (apresentação da planilha). Vocês vão ver que todas as uniões estão aqui. Eu  
1756 respeitei a união de conselhos e não é a regional sedese. E todos os municípios estão  
1757 ai. Lá no final vocês vão ver todos os municípios do estado.” Presidente: “tá claro  
1758 pessoal? Data, Cronograma. Ok. Tem alguém que discorda do que está ai? Podemos  
1759 considerar aprovado então, por unanimidade? Então a aprovação está feita pelos  
1760 conselheiros(as): Geraldo, Juanita, Márcio, Sônia, Fátima, Mário Roberto, Edma,

1761 Marta, José Fernando, Cristiane, Adenor, José Ismar e Marcelo. Frisando mais uma  
1762 vez que nos estamos com dois conselheiros suplentes que é o Volney e o Miguel.”  
1763 Consolação: “proposta para a programação. (apresentação de planilha) para a etapa  
1764 regional através das URCMAS seria um palestra e uma tiragem delegada e essa  
1765 metodologia ou se vai continuar assim a própria comissão organizadora vai, até em  
1766 virtude das deliberações hoje aqui, isso pode ser revisto. Mais da estadual a gente  
1767 estava pensando porque tem que incluir o processo de escolha, lógico que o tema e  
1768 tudo vai ser trabalhado depois, só para a gente ter uma noção de como nós vamos  
1769 distribuir este tempo. Na parte da manhã: 1ª Abertura, Painel temático, e ai, poderia  
1770 ser um ou dois. A gente também levou para discussão na Mesa Diretora, ontem, de  
1771 que seria super importante que o conselho fizesse isso junto com o gestor. Porque  
1772 sempre a gente convida um monte de gente e a conferência não é para isso. É para  
1773 avaliação. Então, vamos se é para avaliar o sistema, o Estado então quem que tem  
1774 que está lá fazendo está avaliação, prestando contas e tudo. É o Estado e o conselho.  
1775 E o conselho também do controle social como é que está isso, então, seria importante.  
1776 E se a gente fosse convidar alguém, temos o processo de oficina que deixaria para  
1777 esses convites. Após o painel temático na parte da manhã, na parte da tarde seria  
1778 destinado ao processo de escolha. Então, seria dentro da conferência vai estar  
1779 acontecendo o processo de escolha. Na noite, ainda, do dia 20 que é o primeiro dia da  
1780 conferência teríamos 5 ou 6 oficinas temática que teríamos ai também a definir tema.  
1781 Dia 21, manhã e tarde, trabalho em grupo. Dia 22, manhã, grupo e a tarde a plenária  
1782 com a escolha de delegados para a conferência nacional. Então, tem um peso maior  
1783 para o trabalho em grupo que é o que todo mundo sempre também solicitou das  
1784 conferências. Então, eu acho que esse ano a proposta a gente está atendendo todo o  
1785 que os municípios pediram. Pelo menos tentando.” Presidente: “você haverão de  
1786 lembrar que nossa ampliada nós fizemos isso. Estamos fazendo uma inversão de  
1787 papel, as falas com um tempo menor e um tempo duplo ou triplo, triplamente maior do  
1788 que o tempo de fala. Porque quem vai, vai com problema, com questionamento e quer  
1789 sair com respostas. Então, isso foi muito bom na ampliada que mostrou este caráter e  
1790 nós estamos fazendo isso agora para privilegiar ao debate, ao trabalho em grupo, a  
1791 manifestação e já estamos fazendo isso fora. Quando eu estive em Vitoria com 53  
1792 municípios do Espírito Santo, nós fizemos 1hs 30min de explanação e depois, 2h 30  
1793 min de debate. Então, foi muito bacana, porque acho que só saiu quem não quis  
1794 perguntar. Mais as perguntas que foram colocadas deu tempo de responder. Tudo de  
1795 acordo com isso ai? Alguém tem sugestão de diferença, de abertura... vocês  
1796 observaram que a abertura de manhã...” Conselheiro Marcelo: “não é nem  
1797 especificamente quanto a programação, mas é um ponto que me veio a cabeça para a  
1798 gente não esquecer. Me veio sobre a escolha de delegado para a conferencia  
1799 nacional. Na escolha tem aquele momento dos conselheiros estaduais em definir  
1800 quem irão para a conferência nacional. O processo de escolha da sociedade civil, vai  
1801 ocorrer na tarde do dia 20 e no dia 22 a escolha dos delegados a conferência nacional.  
1802 Então como que, se, por exemplo, o Marcelo não vai mais participar como conselheiro  
1803 estadual como que o Marcelo vai participar da escolha para delegados a conferência  
1804 nacional? Entendeu a dificuldade? (conversas fora do microfone) Mais eu não vou  
1805 poder participas. Marcelo é conselheiro estadual até o dia 20, no dia 22 ele não é mais  
1806 conselheiro estadual. De que forma ele vai participar do processo para a conferência  
1807 nacional?” Presidente: “como conselheiro estadual, ele não vai mais.” (conversas fora  
1808 do microfone) Marcelo: “mais em que local. Nós precisamos pensar isso. (conversas  
1809 fora do microfone) em que local ele vai participar. Na de porte 1, porte 2 etc...”  
1810 Consolação: “ eu posso trazer uma proposta na próxima plenária para propor alguma  
1811 coisa nisso porque? Se a gente definir, eu ainda tenho que ver o prazo. Dentro disso  
1812 ai, vai ter que sair a posse do delegado. Se o conselheiro foi eleito, não tomou posse  
1813 ainda. Tanto é que quando a gente faz processo de escolha demora um período para  
1814 o conselheiro tomar posse. Então, assim ele foi eleito, a gente vai dar o que o prazo?  
1815 Um mês. Tudo isso a gente vai ter que vê. Como que vai ser a nomeação e ai, eu

1816 posso está trazendo isso depois. Realmente eu ainda não ... como ainda não foi  
1817 aprovado aquela questão do processo eu também não...” Presidente: “independente  
1818 da sua consideração, só quero lembrar uma coisa. Não terá vaga para todos os  
1819 conselheiros estaduais participarem da nacional. Isso quer dizer que, todos nós na  
1820 certeza de não sabermos se vamos ser escolhidos ou não lá na conferência devemos  
1821 está inseridos nos nossos municípios, inscritos nos nossos municípios. Então,  
1822 automaticamente, se lá no momento eu deixei de ser conselheiro estadual. No dia 20,  
1823 eu estou conselheiro, dia 22, não estou mais. Então, eu não participo mais do  
1824 processo como conselheiro estadual, mas participo do processo na minha inscrição no  
1825 meu município. Então, automaticamente, eu falei não to vendo problema.  
1826 Perceberam? Lembraram disso? (conversas fora do microfone) E todos nós devemos  
1827 nos inscrever de repente eu não vou ser eleito na conferencia como conselheiro  
1828 estadual. Ai, tenho que tentar me garantir, se é que quero ir e tenho o  
1829 comprometimento de ir, lá no meu município.” Marcelo: “ eu levantei essa  
1830 preocupação, mas você já deu a resposta. E mesmo porque também a exemplo da  
1831 última conferência, por exemplo, a categoria dos trabalhadores nos sentamos antes,  
1832 nos posicionamos e definimos quem seria o conselheiro que iria representar o  
1833 conselho estadual e o outro que não entrou foi para a discussão lá na base.”  
1834 Presidente: “ok? Pronto, Consolação. Tem mais dúvidas sobre isso? Tem alguém que  
1835 discorda? Podemos considerar aprovado por unanimidade? Conselheiros (as): Márcio,  
1836 Sônia, Volney (suplente - sem direito ao voto), Fátima, Mário, Edma, José Fernando,  
1837 Miguel (suplente- sem direito ao voto), Cristiane, Adenor, José Ismar, Marta, Marcelo,  
1838 Geraldo e Juanita.” Consolação: “a normativa sobre o processo de escolha não teve  
1839 nenhum destaque. Ela foi encaminhada e pedido, inclusive, que enviasse para a mesa  
1840 diretora. Então, eu peço ao presidente que encaminhe pela aprovação. Porque a gente  
1841 falou se tem destaque foi igual ao regimento. Se tem destaque a gente passa aqui e  
1842 discute. Não teve destaque, vai ser considerado, então, aprovado. Perfeito?”  
1843 Presidente: “se lembram disso? Se não se lembram é porque não viram e se não  
1844 viram é porque não quiseram ou não tiveram tempo. Considera-se aprovado. Isso já  
1845 foi definido antes nessa plenária.” Consolação: “proposta de critérios para o conselho  
1846 estadual participar da conferencia municipal: pedidos que chegarem aqui no conselho  
1847 até 10 de junho, porque o período de conferencias começou agora mais ou menos no  
1848 meio desse processo que é 10 de junho para saber se vai fazer ou não. Municípios  
1849 com plano de providências do CEAS, então aqueles que a gente sabe que é ... tem  
1850 algum problema, estaria assim. Municípios atingidos por barragens – usinas. Também  
1851 seria outro critério. Municípios prioritários gestão inicial, apesar no CNAS não ter  
1852 considerado até levantamos isso ontem na mesa diretora, mas vamos priorizar esses  
1853 municípios. E municípios sede de encontros regionais até para a gente tentar começar  
1854 a organizar o encontro regionalizado. Uma meta que está sendo proposta da gente  
1855 atingir no mínimo 10% dos municípios mineiros que seria 85 e ai, dividindo pelo menos  
1856 56 de porte 1 , 13 porte 2, 9 médio e 6 grandes e metrópole.” Presidente: “entenderam,  
1857 pessoal? Lembrando que e fazendo um adendo o gestor já está atendendo vários  
1858 municípios grandes. Então, tentamos trazer para cá uma sugestão de tentarmos  
1859 privilegiar os pequenos e de repente naquela escala vê aqueles que estão em  
1860 processo do plano de previdências que os mais fragmentados que precisam da nossa  
1861 presença. Foi uma compreensão que teve mais está aberto a discussão.” Conselheira  
1862 Cristiane: “na verdade já estamos recebendo convite desde agora para participar das  
1863 conferências municipais, principalmente, quem já rodou união regional de conselho. Já  
1864 tem ai um certo laço estabelecido com alguns municípios e acaba já recebendo os  
1865 convites, inclusive, nominais. A minha dúvida, Consolação, o critério está bastante  
1866 claro e sabemos que tem de seguir, mas o quê que... são duas questões, passou  
1867 batido na reunião da mesa, peço desculpas: o financiamento da participação do gasto  
1868 da participação. Eu estou entendendo que estes ai são aqueles que terá gastos pelo  
1869 conselho estadual. E pode acontecer de municípios que solicitam e já colocam a  
1870 disposição inclusive o carro para buscar ao conselheiro, a despesa e tal. Então, esses

1871 municípios serão atendidos para além desses que estão estabelecidos, de acordo com  
1872 a disponibilidade do conselheiro?” Presidente: “atender a esses não que dizer que  
1873 necessariamente nós vamos estar gastando o orçamento do estado, porque tem  
1874 municípios que podem está inseridos naquele contexto e que são ricos. Então tem  
1875 municípios que vão custear com certeza. Pode ter municípios que vi bancar isso e é  
1876 obvio que a gente deve até fazer nossa incursão para isso para preservar o nosso  
1877 orçamento que tem outras prioridades. Não que isso seja menos importante. A outra  
1878 situação é, atender para, além disso, ai é com certeza só se for nessas condições dele  
1879 estar bancando todos os gastos e, além disso, nós temos que lembrar sempre: nós  
1880 aqui somos conselho um órgão paritário, um órgão que tem uma deliberação. Então,  
1881 individualmente nós somos muito queridos pelos municípios que nós vamos, pelo  
1882 comprometimento da nossa caminhada, mas o que não quer dizer que eles vão fazer  
1883 convite individual para a gente participar. Então, enquanto conselheiro e estamos  
1884 representando o conselho estadual o convite deve vim para cá e deliberado aqui.  
1885 (conversa fora do microfone)” Conselheiro Adenor: “ Fui contemplado com a fala da  
1886 Cris, mas eu quero também fazer um pedido e trazer e deixar isso registrado que a  
1887 união de conselhos da região metropolitana através de sua diretoria já está recebendo  
1888 esses convites para estar participando dessas conferencias. E eu coloquei da seguinte  
1889 forma, não que a gente não vá atender, mas gostaria que todos aqueles municípios  
1890 que chamassem a união de conselhos para falar na conferencia que leve ao  
1891 conhecimento do CEAS para que saiba que naquele município dia e hora tem uma  
1892 conferencia e até para não encavalhar agendas.” Conselheira Cristiane: “somente uma  
1893 reafirmação quando eu me referir aos custos da participação do conselheiro  
1894 logicamente esta conselheira entende que os custos são de transporte, alimentação,  
1895 hospedagem se for o caso. Não há nenhum entendimento por parte dessa conselheira  
1896 que há outros custos envolvidos.” (...) Presidente: “podemos encaminhar? Alguma  
1897 posição contrária? Ok, aprovado. Pode prosseguir Consolação”. “Agora, os pedidos  
1898 que já chegaram ao CEAS. (conversa fora do microfone) (apresentação de planilha)  
1899 Contagem convidou para a pré-conferencia, então, já sai. Bicas convidou o conselho  
1900 para a palestra ele é porte 1 não tem usina e nem plano de providencia pelo menos  
1901 dentro do conselho e é 07 de junho. 17 de junho Gouveia regional Curvelo, porte 1,  
1902 tem PCH Quartel I,II e III. 30 de junho Claudio e Divinópolis porte 2 também não foi  
1903 identificado. 1 de julho Santo Antonio do Rio Abaixo – Curvelo – porte 1 – PCH  
1904 Quimquim. 13 de agosto São João Evangelista – Governador Valadares – porte 1 –  
1905 PCH Canastra. (conversa fora do microfone) ou aqui preferencialmente, (conversa fora  
1906 do microfone)” Presidente: “só lembrando que essa situação, e lembrar mais uma vez  
1907 que os conselheiros estão disponíveis como nós vamos estar de forma paritária esses  
1908 municípios onde tem os empreendimentos é importante estarmos com essa trajetória,  
1909 essa caminhada das barragens. (conversa fora do microfone)” Sônia: “estou  
1910 perguntado que para a conferencia será apenas um conselheiro?” (conversa fora do  
1911 microfone) Conselheira Juanita: “ seguindo a lógica da pergunta do conselheiro Márcio  
1912 e entendendo que foi colocado por ele, nós não teríamos um momento neste conselho  
1913 para fazer uma discussão conjunta com os conselheiros disponíveis para viagem no  
1914 sentido de nivelamento de conceitos e apoio aos municípios no processo de escolha e  
1915 da condução do processo das mesas temáticas porque a gente sabe que quando a  
1916 gente vai ao município a gente não é só o palestrante, você está num processo de  
1917 ajuda no momento inteiro, inclusive na tiragem de delegado, então, levando em  
1918 consideração a fala do Márcio, eu penso que seria importante um momento de ver as  
1919 pessoas com disponibilidade chamá-las aqui nesse conselho para fazer um  
1920 nivelamento de conceitos. Conversas fora do microfone. Presidente: ontem  
1921 conversando isso com a Consolação, nós pensamos que teríamos que ter um tempo  
1922 aqui para investir nisso. E, principalmente, gente que vocês vão ver muita situação em  
1923 município, nas regionais de assim, quase “rasgam a saia” mesmo para estarem na  
1924 conferência estadual e nacional. Alguns aqui já conhecem essa situação. Então, nos  
1925 temos que está bem afinadinho no critério de escolha no processo eleitoral, porque lá

1926 na hora, vocês podem ter certeza, vai sobrar para a gente decidir. Nós é que somos o  
1927 fiel da balança. Então, isso nos vamos discutir num dia. Precisamos tirar hoje aqui  
1928 ainda, que dia será esse que vamos fazer essa autocapacitação e esse aprendizado  
1929 para podermos ir. Inclusive ver aqueles que estarão disponíveis para isso.  
1930 Dependendo da agenda. Ok!? Já querem encaminhar a representação dos três?  
1931 Temos a prioridade de três municípios nas datas 17 de junho ...conversa fora do  
1932 microfone... isso muito bem. Então, nos temos esses três e os conselheiros que  
1933 podem estar presente, eu só quero aqui lembrar que São João Evangelista é aquele  
1934 que tem o plano e que ...ok. Eu tive na URCAMA da Zona da Mata e o secretário  
1935 municipal de assistência social e o presidente do conselho me pediu muito  
1936 encarecidamente que fosse lá ao município dele e é esse aí que a Consolação está  
1937 falando. Então, esse aí eu quero me colocar a disposição, os demais gostaria que  
1938 outros se manifestassem. Conversas fora do microfone. Ok. Aí fica aberto para os  
1939 outros conselheiros que podem estar atendendo. Santo Antonio do Rio Abaixo quem  
1940 pode? A Consolação já observou que as datas gente vão atender sempre fora da data  
1941 do curso de especialização sobre Mediação. Conselheiro José Fernando: quero só me  
1942 colocar a disposição para as regionais de Juiz de Fora e Muriaé dentro claro, da prévia  
1943 comunicação desse conselho para que não havendo transtorno com a minha agenda  
1944 que eu me coloco a disposição para atender essas duas regionais que são próximas  
1945 de mim. Dentro dessa conciliação. Conselheira Maria de Fátima: eu também me  
1946 disponibilizo para estar trabalhando com os municípios que compõe lá a URCMA de  
1947 Governador Valadares que é o pessoal que a gente já tem mais contato, lembrando  
1948 que Caratinga não está na URCMA de Governador Valadares que migraram para  
1949 Timóteo mais pediram que eu fosse lá e eu pedi para fazerem o ofício direto para o  
1950 CEAS. Então, assim, os municípios que são mais próximos da gente ali, porque eu  
1951 tenho muito município perto de 5km, 10km, 15 km que as vezes não justifica um  
1952 conselheiro sair daqui de Belo Horizonte para ir lá no Simonésia a 26km de mim.  
1953 Presidente: o indicativo é este e é bom que muitos se manifestem dessa forma mesmo  
1954 porque as representações que nós temos regionais elas são municipais aqui, mas  
1955 vocês tem de lembrar que o processo eleitoral agora vai ser tirado nas URMAS da  
1956 regional. Então, é uma representação por regional, tal qual, o modelo que o José  
1957 Fernando trás e Fátima trás. Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima: fica mais fácil para a gente  
1958 que tá próximo porque um conselheiro. Ainda mais agora que caiu a ponte para  
1959 chegar na minha divisa tá mais complicado. Presidente: será observado. Conselheiro  
1960 Adenor: em São Sebastião é 1º de junho? Se não tiver outro conselheiro pode estar  
1961 colocando o meu nome se for assim entendido por este conselho. Presidente:  
1962 lembrando que Gouveia está batendo a data com o curso, então, nós podíamos contar  
1963 com um conselheiro que não esteja fazendo o curso. Conversas fora do microfone.  
1964 Presidente: Gouveia esta batendo. Conselho Marcelo Armando: vai ser proposto que  
1965 eles mudem. Presidente: ok, já tem o Adenor. Quem é o outro? Tem algum  
1966 conselheiro que não vai fazer o curso e pode atender Gouveia em 17 de julho?  
1967 Conversas fora do microfone. Aqui pessoal, quem não vai fazer o curso pode atender.  
1968 Se não houver quem se predisponha atender que não esteja fazendo o curso nos  
1969 vamos ter que pedir ao conselho para ver se eles podem mudar a data. Não temos?  
1970 Ok. Então, Consolação está feito o encaminhamento. Conselheiro Marcelo Armando:  
1971 eu, também, me coloco a disposição, priorizando a regional de São João Del Rei que  
1972 é próximo da minha cidade e como eu não vou fazer este curso sexta e sábado para  
1973 mim é o ideal. Presidente: então, fica encaminhado dessa forma. Podemos  
1974 prosseguir? Retorno após o almoço. Presidente: alterar as datas das plenárias a partir  
1975 de então para as segundas e terças-feiras pós o encontro de especialização. O que eu  
1976 quero trazer para a plenária e discutir é o seguinte: quem vai fazer e, principalmente,  
1977 aqueles que vem de outras cidades fora da nossa capital preferem assim porque  
1978 emendam o final de semana em Belo Horizonte ou não. São duas situações que nos  
1979 temos. Que quem vai fazer o curso e vem do interior, vem para ficar sexta-feira e  
1980 sábado e aí surgiu a ideia de fazer as nossas plenárias segunda e terça-feira, para que

1981 as pessoas já aproveitem o momento e de repente já fiquem aqui instalado para a  
1982 segunda e a terça-feira. Então, eu penso que precisamos perguntar mais para os  
1983 conselheiros que estão no interior do estado e que farão o curso. Alguma  
1984 manifestação, alguém quer ... Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima: eu prefiro que continue do  
1985 jeito que está, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira e sábado porque sábado uma hora  
1986 eu vou para casa e pronto, porque o que eu vou fazer aqui um domingo inteiro.  
1987 Conselheiro José Fernando: quero justificar que tanto na segunda-feira como na  
1988 quarta-feira não pelo executivo ao qual eu como gestor represento, mas por trabalhar  
1989 em uma outra entidade privada não tem jeito de estar. Por isso, eu justifiquei a não  
1990 participação no curso. Porque antecipando a plenária para quarta-feira vai prejudicar  
1991 porque não pelo executivo não liberar, mas porque nesses dias dou aula numa  
1992 instituição privada à noite e isso me impossibilita de chegar e retornar em tempo na  
1993 entidade. Presidente: conselheira Sônia não está fazendo. Conversa fora do  
1994 microfone. Adenor como você prefere? Conselheiro Adenor: para mim é bem  
1995 confortável não faz diferença o dia que for. Presidente: em dar continuidade as nossas  
1996 plenárias são quinta-feira e sexta-feira essa semana não aconteceu, mas é bem  
1997 lembrar que nos já tínhamos deliberado que teríamos uma antecipação para quarta-  
1998 feira devido à reunião de capacitação. Então, vemos que os problemas de horários e  
1999 dias apertam mais tem de apertar mesmo. Acho que é o nosso papel, só lembrar-se  
2000 dessa situação. E excepcionalmente a plenária desse mês não só em função de estar  
2001 ocorrendo a de abril atrasada que foi postergado mais a gente teria que fazer dias 22 e  
2002 23 e não 18 e 19 em função também de agenda. Ai para as outras a gente dá  
2003 prosseguimento as mesmas datas. É isso, a vontade dos conselheiros? É 23 e 24  
2004 segunda-feira e terça-feira, né? Conversas fora do microfone. A de maio, 23 e 24,  
2005 segunda-feira e terça-feira, ok? Tá, para não ficar muito encavalado porque a gente já  
2006 tem mesa diretora agora na terça-feira tudo bem pessoal? Conversa fora do  
2007 microfone. Combinado? Ok. Seguindo, então, a nossa pauta nos vamos passar para a  
2008 nossa companheira de mesa diretora do conselho Elizabeth Leitão que vai trazer para  
2009 a gente aqui uma experiência muito interessante que foi solicitado por este conselho  
2010 quando da fala dela aqui na mesa diretora. Conselheira Elizabeth Leitão: Boa tarde a  
2011 todos! Estou aqui acompanhada da Arlene que esta conosco na proteção básica e ela  
2012 fica direcionada ao projeto cuidador, principalmente, porque ela tem um acento no  
2013 nosso projeto sustentador da política para o idoso. Primeiro, quero agradecer essa  
2014 oportunidade acho que foi assim, que falei demais na mesa diretora e alias não nesse  
2015 dia não falei não. Eu falei e as pessoas tinham visto no jornal o lançamento do projeto  
2016 cuidador e veio eu já nem estava lembrando afinal porque é tanta correria. Ai venho  
2017 me felicitar e a gente começa a conversar. Hoje em Belo Horizonte nos temos 40  
2018 projetos sustentadores em doze linhas e a maioria das nossas ações na assistência  
2019 social e na secretaria de direitos a cidadania e políticas sociais estão na área de  
2020 resultado que chamamos de "Cidade de Todos". Ai, temos o programa de atendimento  
2021 ao Idoso que é um plano de ação a política municipal onde se constrói  
2022 intersetorialmente com todos setores e faz uma linha. O Projeto Cuidador está dentro  
2023 do projeto sustentador de programa de atendimento ao idoso em Belo Horizonte. É um  
2024 projeto coordenado pela Secretaria Municipal de Políticas Sociais e com a co-gestão  
2025 da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) e Secretaria  
2026 Municipal de Saúde (SMSA). O projeto foi muito bem-vindo porque foi justamente  
2027 quando estávamos discutindo o serviço da básica. Então, a gente tem hoje dois  
2028 grandes eixos no serviço da básica que está em formulação que é o cuidado domiciliar  
2029 a pessoa com deficiência e esse que é ao idoso. Os eixos desse projeto seria a  
2030 integração entre comunicação e visibilidade, promoção da saúde, autonomia e  
2031 participação, auto-estima e segurança e acessibilidade. Por outro lado esse projeto  
2032 vem atuar naquilo que a saúde chama de cuidado que é o enfretamento a diminuição  
2033 da violência, do cuidado ao idoso frágil, promover o cuidado do idoso e também  
2034 prevenir o acolhimento institucional quer dizer, quando você tem uma ação você  
2035 retarda muito esse acolhimento institucional e até evita de que o idoso seja acolhido

2036 numa entidade de longa permanência e outras. **Conceito:** Consiste no cuidado  
2037 domiciliar de rotina por um cuidador de idosos à idosos semi-dependentes e  
2038 dependentes, residentes nos territórios dos CRAS, que vivenciam situações de  
2039 vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e/ou sociais e pela  
2040 ausência de acesso a possibilidades de inserção comunitária, *sempre com*  
2041 *insuficiência familiar, prevenindo assim situações de risco, a exclusão e o*  
2042 **isolamento**. Porque na pratica hoje você tem mais idosos e sozinhos em domicílios  
2043 que muitas as vezes não tem condições. Então, é para enfrentar este desafio na  
2044 verdade a prefeitura disponibiliza este cuidador, capacita e ele, então, vai para o  
2045 domicilio e atua com a família. Projeto lançado em 02 de abril em que já estávamos  
2046 trabalhando com ele desde o ano passado e hoje em 05 de maio já temos um impacto,  
2047 porque tem um grande impacto. Este projeto vem contribuir para a efetivação dos  
2048 direitos da pessoa idosa, conforme disposto no Estatuto do Idoso. **Objetivos:**  
2049 Prevenção de situações de risco e de agravos que levem ao rompimento de vínculos  
2050 familiares e sociais; Garantia de direitos; Inclusão social; Desenvolvimento da  
2051 autonomia do idoso; Prevenção da exclusão, do isolamento e da institucionalização;  
2052 Fortalecimento da função protetiva da família; Melhorar a qualidade de vida do idoso e  
2053 família; Evitar e minimizar agravos à saúde. Esses objetivos são muito concretos e  
2054 palpável. **Público alvo:** Pessoas a partir de 60 anos, dependentes e semi-dependentes  
2055 e suas famílias, residentes nos territórios dos Centros de Referência da Assistência  
2056 Social - CRAS, que estejam em situação de risco e/ou vulnerabilidade social e com  
2057 insuficiência familiar. Quando a gente fala insuficiência familiar é a incapacidade da  
2058 família de cuidar adequadamente daquele seu membro, no caso, o cidadão idoso.  
2059 Parceiros: **Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS** - Gestão  
2060 do projeto; Contratação dos cuidadores em parceria com a Associação dos  
2061 Cuidadores de Idosos de Minas Gerais - ACIMINAS; Responsabilidade na construção  
2062 e fortalecimento de vínculo idoso-família-cuidador e reinserção nos serviços e na  
2063 comunidade; Acompanhamento e avaliação do cuidado. **Secretaria Municipal de**  
2064 **Saúde – SMSA** - Co-gestão parceira e solidária; Cuidado em saúde do idoso (CS e  
2065 NASF, etc); Apoio ao cuidador no cuidado em saúde; Acompanhamento e avaliação  
2066 do cuidado. **Secretaria Municipal de Políticas Sociais – SMPS** - Coordenação da  
2067 implementação de todos os passos do projeto, Acompanhamento e avaliação,  
2068 **Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais – ACIMINAS** -  
2069 Contratação dos cuidadores, Seleção dos cuidadores em parceria com SMAAS,  
2070 SMSA, Acompanhamento do desempenho dos cuidadores. **Perfil dos Idosos: Tipo 1:**  
2071 semi-dependente, com quadro estável, com insuficiência familiar, sem  
2072 comprometimento cognitivo, dependente para realização de até três atividades de  
2073 auto-cuidado(alimentação,mobilidade,higiene e vestir); **Tipo 2:** semi-dependente, com  
2074 quadro crônico, com insuficiência familiar, sem comprometimento cognitivo,  
2075 dependente para realização de até três atividades de auto-cuidado; **Tipo 3:**  
2076 dependente, com quadro crônico, com insuficiência familiar, com comprometimento  
2077 cognitivo, dependente para realização de todas atividades de auto-cuidado. Isso é  
2078 importante que um cuidador que estará com um dependente com o quadro crônico  
2079 não poderá ter dois atendimentos. As horas de cuidado são maiores, então, ele não  
2080 pode estar responsabilizado porque em media cada cuidador ele pode ter até três  
2081 idosos sob o cuidado dele. Então, ele visita as famílias nos horários definidos. Bem!  
2082 Acho que até aqui tá entendido e não precisamos gastar tempo com toda essa leitura.  
2083 Atribuições do Cuidador – **Eixo Assistência Social:** Favorecer relações sócio-afetivas  
2084 no eixo da assistência social nos temos clareza, então, vamos passar para frente.  
2085 **Eixo Saúde:** Observar e adaptar o meio ambiente em que vive o idoso, para melhorar  
2086 o conforto e a segurança, conforme as orientações dos profissionais da saúde;  
2087 Oferecer líquidos regularmente, exceto se houver contra-indicação médica; Estar  
2088 atento às alterações físicas e emocionais para, se necessário, dirigir-se a quem de  
2089 direito; Cuidar da medicação do idoso, ministrando somente os medicamentos  
2090 prescritos pelo médico e de uso acordado com a enfermagem: não aplicar injeções,

2091 não indicar medicamentos incluindo os considerados naturais, não aferir pressão  
2092 arterial, pois estas são funções da enfermagem. Caso necessário, recorrer a um  
2093 profissional da área de enfermagem; Estimular a comunicação com o idoso: conversar,  
2094 ouvir, valorizar sua linguagem e suas habilidades; Registrar, em caderno ou livro, as  
2095 ocorrências diárias: aparência, comunicação, humor, apetite, sono, comportamento;  
2096 Realizar mudança de decúbito (se houver necessidade); Auxiliar, estimular e executar  
2097 (somente quando necessário) as atividades básicas da vida cotidiana do idoso, tais  
2098 como higiene, locomoção, alimentação (inclusive preparo de alimentos em caso de  
2099 necessidade); Estimular o idoso a participar de atividades lúdicas e criativas Auxiliar a  
2100 organizar o ambiente onde o idoso permanece, mantendo-o sempre limpo e arejado.  
2101 **Crêterios de desligamento:** Família reassume o cuidado do idoso; Reabilitação do  
2102 idoso; Mudança de município; Transferência para Instituições de Longa de  
2103 Permanência para Idosos - ILPI; Óbito. Temos hoje 127 cuidadores, investimento de  
2104 R\$ 181.984,00 mensais, por ano este projeto significa um investimento de R\$  
2105 2.183.808,00. Em 2001 de fevereiro a dezembro temos 11 meses com investimento de  
2106 R\$ 2.001.824,00. O Salário do cuidador: R\$ 800,00 (Bruto) e R\$ 688,00 (Líquido) e o  
2107 salário com encargos: R\$ 1.289,92, esses são os dados financeiros. Fizemos a  
2108 seleção a partir de visita domiciliar dos Centros de Saúde, CRAS e NASF, sempre  
2109 recorremos a Censo BH Social, CAD-ÚNICO. O censo BH não sei se vocês sabem  
2110 Belo Horizonte hoje, principalmente, com a saúde nos temos cerca de 80 por cento da  
2111 população está no censo BH social que [e para os cartões da saúde. Ai, temos um  
2112 super foco que [e o CAD-ÚNICO. Começamos em 25 áreas e hoje estamos com 33  
2113 CRAS entre os 31 em funcionamento pleno e mais 2 que estamos ainda, com algumas  
2114 pendências. O projeto está em 25 CRAS. O levantamento que temos da regionais por  
2115 idosos: 754 foram os idosos identificados e divididos por regional administrativa. Veja,  
2116 Venda Nova tem um maior numero populacional ai se comparece com menos, porque  
2117 a base [e CRAS, neste caso, tem menos CRAS. O desafio hoje nosso [e ampliar  
2118 nossos CRAS em Venda Nova. A partir do estudo de casos sobre a insuficiencia  
2119 familiar e funcional do idoso, então, fizemos ai um levantamento, uma escolha de  
2120 quem seria os primeiros a serem atendidos. Conversas fora do microfone.  
2121 Começamos agora e vamos ampliar. Entao, já dimensionamos 754 [e esse o  
2122 levantamento, obviamente, isso tem uma progressão e precisaríamos de ter 321  
2123 cuidadores, temos 127 cuidadores. Começamos com mais ou menos 50 por cento da  
2124 demanda e que atende a cerca de 300 idosos. Esse [e o projeto cuidador e como ele  
2125 esta dentro de uma linha de atendimento nos temos dois junto com este projeto dois  
2126 braços que consideramos importante e que vai fortalecer uma espécie de retaguarda  
2127 para o projeto cuidador. Um deles [e o kit cada segura porque a medida que você  
2128 chega no domicilio você não tem a acessibilidade para o idoso, então, a gente lançou  
2129 junto este kit casa segura. E deveremos até o final da gestão ... O que [e o kit casa  
2130 segura; Barras de segurança, Piso antiderrapante, Cadeira de banho, Elevação de  
2131 bacia sanitária, Maçaneta especial e Luz de vigília. Entao, fizemos um custo disso.  
2132 Isso evita as quedas, melhora a desenvoltura do idoso na sua residência e vai prevenir  
2133 uma serie de situações que vão cair no cuidador e depois vão cair nas ILPIs  
2134 afastamento desse idoso do seu convívio familiar. [e muito interessante que este kit  
2135 casa segura ele já aciona a Urbel para a contratação de uma empresa para instalação,  
2136 então, assim já vamos ampliando os nossos laços de todos trabalhando para o mesmo  
2137 objetivo. Então, neste kit temos o investimento... são 750 residências que terão este  
2138 kit. O custo do kit é de R\$ 600,00 (a média). A previsão de instalação ainda em 2011  
2139 é de 519 kits, portanto, 519 residências e em 2012 serão instalados 231 kit somando  
2140 os 750 kit's investimento da PBH de R\$450.000,00 só para o kit. O kit está o projeto  
2141 sustentador ligado a secretaria de Direitos a Cidadania. **Seleção dos Idosos e**  
2142 **Domicílios:** Levantamento dos idosos dependentes e Semi-dependentes feito pelos  
2143 técnicos dos CRAS e Centros de Saúde. Visita dos engenheiros e NASF para vistoria  
2144 do domicilio dos idosos – No mínimo 90 por regional, Verificação após visita da  
2145 viabilidade da instalação. **Plano de promoção do envelhecimento ativo:** Plano de

2146 Ações Intersetoriais com participação da SMSA, SMED, SMPS, SMAAB, SMAAS,  
2147 SMAES, SMADC, FMC. Público alvo: População idosa (pessoas com mais de 60  
2148 anos) residente em Belo Horizonte, priorizando os idosos dos Grupos de Convivência,  
2149 ILPI's e áreas vulneráveis. 42 ações de promoção do envelhecimento ativo: Oficinas  
2150 de saúde (Uso Correto de medicamentos, Prevenção de quedas, Importância da  
2151 Ocupação e Lazer ), alimentação Saudável, Direitos do Idoso; Práticas Esportivas;  
2152 EJA dentro e fora das ILPIs; Cinema; City Tour; Lian Gong; Vida Ativa; Academia da  
2153 cidade; eventos culturais; cartão BH BUS; kit Casa Segura/banheiro etc. Garantir a  
2154 descentralização da implementação e monitoramento pelas regionais; Ampliar  
2155 recursos para a otimização das ações do plano que hoje é praticamente bancado  
2156 pelas ações nas temáticas dentro do orçamento geral de cada secretaria; Dar  
2157 visibilidade às ações do Plano. Então, é isso aí. Presidente: aberto para discussão.  
2158 Conselheiro Mario Roberto: primeiramente, parabenizar a Elizabeth pelo projeto, a  
2159 prefeitura. Eu até tinha conversado com a Cristiane se existe um conselho do idoso  
2160 porque não vemos muito ativo. Tem o estadual? Conselheira Elizabeth: tem o  
2161 municipal e o estadual. Conselheiro Mario Roberto: não vemos ele assim.. tá ativo?  
2162 Como sugestão aqui no conselho seria bom termos uma troca, uma parceria para  
2163 conhecermos um pouco mais sobre o conselho do idoso. Mais eu queria se possível  
2164 contribuir com você, lá no MDC estamos abertos também a palestra a idosos com  
2165 respeito do consumo consciente e nos colocamos a disposição de vocês também. E,  
2166 também, o kit banheiro interessante se colocar as peças brancas porque ainda, existe  
2167 aquelas peças laranjas, marrons. O idoso em casa é necessariamente para identificar  
2168 alguma irregularidade a respeito do idoso. Mas, é mais como contribuição e nos  
2169 colocamos a disposição para palestras. Conselheira Elizabeth: a Arlene já anotou aí  
2170 vamos... Conselheira Edma: primeiro quero parabenizar a prefeitura e duas perguntas  
2171 aqui. Primeiro, qual é o perfil desse cuidador e que tempo médio que o cuidador visita  
2172 o idoso? Conselheiro Adenor: na realidade eu queria saber, primeiro, se pode copiar  
2173 no pen drive a maioria de vocês não sabem mais eu sou coordenador dos conselhos  
2174 da cidade de Ribeirão das Neves lá nos temos diversos conselhos entre eles o  
2175 conselho do idoso, viu Mario, e quando temos alguma dúvida recorremos ao estadual  
2176 e ao nacional e eu fico muito feliz quando vejo a prefeitura de Belo Horizonte sair a  
2177 frente mais uma vez com um projeto desse porque veja bem em nossos municípios as  
2178 casa de longa permanência hoje elas estão a beira de fechar as portas em função da  
2179 tipificação de serviços esse é um fato. O segundo fato em função das pessoas não  
2180 quererem se adequar e achar que idoso tem que morrer, tem que ficar amontoado  
2181 como se fosse objetos e a gente tem essa preocupação. E eu falava ante ontem com o  
2182 presidente do conselho do idoso de Ribeirão das Neves que é um rapaz jovem, mas  
2183 que com uma cabeça fantástica, no sentido de que nos precisamos fazer algo urgente,  
2184 urgentíssimo frente à política do idoso, não só em nosso município, mas acredito que  
2185 em nível de estado até porque é fato que neste conselho de que nos não fomos  
2186 agraciados assim, dentro do nosso plano com um valor significativo a política do idoso  
2187 que para mim me preocupa muito. Primeiro parabenizar e depois pedir autorização  
2188 para copiar até para levar isso para o presidente do conselho, secretaria de  
2189 assistência, chamar o nosso gestor da pasta da assistência e da saúde, eu também  
2190 milito na área da saúde no município para dizer a eles: Olha! Olha o exemplo e vamos  
2191 copiar. Porque o que é bom a gente tem que copiar. Conselheira Sônia: quero  
2192 parabenizar a prefeitura. Um dos pontos que mais me chamaram a atenção, além de  
2193 tudo que já foi comentado, vou me enquadrar na questão da acessibilidade, porque  
2194 nosso país é muito carente e estamos atrasado com relação a essa situação. Então,  
2195 barra de segurança, piso antiderrapante, elevação de bacia sanitária e a luz de vigília  
2196 penso que é muito avançado. Até porque para se tratar disso a pessoa com  
2197 necessidades especiais o que mais me achou atenção foi este ponto que achei muito  
2198 avançado. Conselheiro José Fernando: queria mesmo era externar minhas  
2199 felicitações. Parabéns por este avanço e a alegria da gente acho que hoje esta sendo  
2200 um dia muito promissor aqui neste conselho desde pela manhã com tantas discussões

2201 calorosas mais também a gente crescendo dentro dessa política social e vemos que  
2202 dentro deste conselho desse estado maravilhoso, temos equipe competente e muitos  
2203 exemplos para serem seguidos. E o mais importante o desprendimento que a gente  
2204 percebe que as pessoas tem que constrói com o bem de compartilhar com outras  
2205 pessoas. Externo meus parabéns a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte através da  
2206 secretária Elizabeth e a toda equipe que nesta tarde vem trazer esses ensinamentos.  
2207 Visitante Arlene: a primeira pergunta foi em relação ao perfil do cuidador. Bom, o  
2208 cuidador é um profissional que passou por um curso de cuidador de idosos. Exigimos  
2209 para a contratação desse cuidador que o curso pelo qual ele passou tivesse no  
2210 mínimo 100 horas e na verdade essa profissão ela ainda, não está regulamentada,  
2211 mas está no código brasileiro de preocupações. Foi realizado uma seleção criteriosa  
2212 desses cuidadores exigindo que tivessem Ensino Fundamental porque a maioria dos  
2213 cuidadores de idosos hoje o nível de educação é o ensino fundamental. Então, se  
2214 exigíssemos um nível de ensino médio iria ser difícil conseguirmos os 127. Ensino  
2215 fundamental, curso de 100 horas e que já tivesse uma experiência com o cuidado do  
2216 idoso, não era necessário a experiência reconhecida na carteira, mas a experiência  
2217 mesmo de estágio. Nos aproveitamos, também, o pessoal que passou pelo curso de  
2218 qualificação profissional oferecido pela secretaria. Porque no curso de qualificação  
2219 profissional um deles é o curso de cuidador de idosos, então, aproveitamos o pessoal  
2220 que se inscreveu e fez o curso também. E a outra pergunta é sobre o tempo de  
2221 permanência do cuidador na residência do idoso. O tempo de permanência é  
2222 relacionado com o tipo do idoso, daqueles três tipos apresentados. Então, o idoso tipo  
2223 1 que é semi-dependente, quadro clínico estável, o cuidador permanece duas horas. O  
2224 tipo 2 que é o semi-dependente com quadro crônico é quatro horas ou se dependente  
2225 oito horas. Então, o tipo do idoso com o grau de dependência do idoso esse cuidador  
2226 permanece na residência duas, quatro ou oito horas diárias. Presidente: eu queria  
2227 Elizabeth realmente manifestar satisfação do conselho estadual em receber esse tipo  
2228 de informação. Para você ver que foi nossa angústia porque isso é para irradiar  
2229 mesmo para os nossos municípios. Programa bacana. É só para lembrarmos que hoje  
2230 o idoso ele requer cuidado especial, tem um estatuto próprio, então, ele assume uma  
2231 das duas pontas que temos na condição de prioridade absoluta. E ai é só chamar a  
2232 atenção a gente avança na idade do brasileiro como um todo, a população idosa  
2233 cresce nesse país. Ai a minha curiosidade é saber o seguinte, depois da pergunta de  
2234 Edma sobre o tempo de permanência e a periodicidade, que precisamos saber o  
2235 tempo, mas qual é a periodicidade das visitas e qual o tamanho da demanda? Com  
2236 certeza, vamos ter uma demanda crescente e é importante saber como estamos  
2237 convivendo hoje com a demanda. Quem é que está recebendo a demanda hoje por  
2238 parte da base? São os CRAS, os postos, ... Conselheira ?????: completando a  
2239 pergunta do Geraldo, então, eu queria saber como é que é a relação cuidador/CRAS  
2240 na medida que vocês falaram que os idosos atendidos são da área do CRAS e se tem  
2241 foco na vulnerabilidade na questão social do ponto de vista socioeconômico para o  
2242 atendimento? E se está com foco no CAD-ÚNICO os idosos em questão de  
2243 vulnerabilidade e se isso vocês consideram como serviço de proteção social básica no  
2244 domicílio para pessoas idosas, que é co-financiado pelo PVD 2 que o município  
2245 recebe? Conselheira Elizabeth: no caso do financiamento, esse é um financiamento do  
2246 ROT (Recursos Ordinários do Tesouro), tem uma discussão sobre isso. Mas na minha  
2247 avaliação e vieram do terceiro serviço da básica. É do terceiro serviço e a diferencia é  
2248 que tem de ser idoso e pessoa com deficiência. Em Belo Horizonte temos o Muriqui  
2249 que já atendo no domicílio com o brincante, principalmente, porque foi um projeto que  
2250 começou com o atendimento de crianças. Mais evoluiu para adultos também. Então, já  
2251 temos essa ação no domicílio. Estamos perfilando o terceiro serviço da base. Então,  
2252 estamos chamando de projeto, porque ainda não foi reconhecido. A gente não tem  
2253 esse financiamento, mas é uma contribuição construir o terceiro serviço da básica.  
2254 Visitante Arlene: o cuidador pode cuidar do idoso durante os cinco dias da semana ou  
2255 dois ou três dias, de acordo com a necessidade que ele tem de cuidado. A outra

2256 pergunta ... conversa fora do microfone. A outra é a questão do cuidador em relação  
2257 ao CRAS. O cuidador é gerenciado pelo CRAS, está referenciado pelo CRAS,  
2258 participa das reuniões de equipe, estudo de caso, reuniões locais junto com a saúde, o  
2259 cuidador e o técnico do CRAS. Em relação a avaliação socioeconômica para a  
2260 identificação dos idosos foi aplicado um questionário que avaliou o idoso as condições  
2261 clínicas e funcionais e sociais desse idoso. Mais não foi feito o recorte de renda não.  
2262 Presidente: gostei da resposta e me preocupou porque haveremos de lembrar que  
2263 como prioridade absoluta com o estatuto do idoso e lembrar concomitantemente com o  
2264 Art. 1 da LOAS quem dela necessita. Então, no que diz respeito a atender a questão  
2265 socioeconômica eu penso que pode se tornar uma prioridade em função da demanda  
2266 reprimida, mas deixar de atender não. Temos hoje a desfragmentação de  
2267 vulnerabilidade social independente da questão socioeconômica. Arlene parabéns  
2268 pelo trabalho acho muito legal sabermos como conselheiro estadual. Elizabeth  
2269 parabéns pelo seu desempenho pela secretaria porque eu particularmente vivo em  
2270 Belo Horizonte apesar de conhecer o Estado inteiro, mas é importante termos isso  
2271 para irradiar isso para os outros municípios e colocar essa vulnerabilidade que a gente  
2272 vive, principalmente, com as pessoas que fizeram esse país acontecer até então.  
2273 Esses idosos de hoje são as pessoas que construíram esse país para chegar onde  
2274 está. Então, temos de ter cuidado especial com eles mesmos. Um dever até. Mais  
2275 alguma colocação? Conselheiro Mario Roberto: gostaria só para título de  
2276 esclarecimento além desse projeto maravilhoso se é um trabalho para o idoso  
2277 saudável? Há a preocupação em reencaminhá-lo a uma unidade de trabalho?  
2278 Conselheira Elizabeth: quando eu apresentei aqui foi o cuidador em dois braços. Um é  
2279 esse a promoção do envelhecimento ativo. Essa colocação que você coloca acaba  
2280 nos dando uma contribuição valiosa porque você tem que planejar a cidade para este  
2281 idoso. E se estamos planejando BH para 2030 tem este planejamento estratégicos que  
2282 temos trabalhado em cima. Nas próximas reuniões podemos até convidá-lo porque é  
2283 um debate amplo com a cidade para se a gente faça vê este planejamento. Quero  
2284 agradecer o espaço que estamos tendo para partilhar com muita clareza de que  
2285 fazemos isso juntos. Presidente: este conselho agradece penso que como  
2286 conselheiros nos temos uma missão que é estabelecer a vigilância social 24 hs por  
2287 dia. Gostaria de sugerir a todos nos que levássemos isso em todas as palestras que  
2288 formos para irradiar esse programa e mostrar a necessidade que ele tem.  
2289 Concomitantemente eu acho que ele anda muito em paralelo ou no mínimo alinhado  
2290 com a situação de atendimento a domicilio da pessoa com deficiência que está  
2291 tipificado hoje. E raríssimos são os municípios que têm esse serviço hoje. Então,  
2292 gostaríamos muito de ter este aprendizado no momento de levar e fazer isso  
2293 acontecer é tirar o estatuto do idoso do papel e ao mesmo tempo avançar na  
2294 concretização em algum tipo de tipificação que está sendo dada. Mais do que isso eu  
2295 diria que estes cuidadores de idosos com a expertise adquirida podem ser  
2296 palestrantes em nossas escolas. Estamos precisando um pouco mais de cultura de  
2297 educação para o fortalecimento do vínculo familiar, principalmente, como nossas  
2298 crianças e adolescentes de faixa etária até o ensino fundamental. O presidente dá  
2299 seqüência a pauta: **4) PAS/BARRAGEM** – b) Retorno da relatoria de Processo: PCH  
2300 Santa Helena - conselheira Cristiane: TERMO DE RELATORIA: I – Identificação do  
2301 processo: Nome do conselheiro-relator: Cristiane Nazareth da Silva, Identificação do  
2302 processo: Aprovação do PAS, Nome do empreendimento: PEQUENA CENTRAL  
2303 HIDRELÉTRICA SANTA HELENA, Nome do empreendedor: AEL – Atividade  
2304 Empresarial, Responsável pela elaboração do PAS/BARRAGEM Engenheiro Ozânio  
2305 Pimenta da Silveira, Municípios envolvidos: Lassance/MG, Tipo do processo  
2306 (Apreciação do PAS/BARRAGEM / comprovação de implementação / denúncia):  
2307 Apreciação do PAS/BARRAGEM – Solicitação de vistas ao processo na 157ª Plenária  
2308 Ordinária ocorrida em 18/03/2011, Data do recebimento do processo: 30/11/2010; II  
2309 – Diligências: 1) Solicitação de diligências: (X) SIM ( )NÃO, 2) Justificativa da  
2310 solicitação - Considerando que no PAS não constou a implantação do Posto de

2311 Atendimento Social e considerando que na a reunião com o CMAS de Lassance, no  
2312 dia 09/02/2011, conforme ata anexa ao processo, houve o entendimento de que o  
2313 empreendedor deverá contratar um assistente social e um psicólogo, que utilizarão o  
2314 espaço do CRAS. Ainda, com a garantia do empreendedor se responsabilizar pela  
2315 instalação de equipamentos (como computador), material de consumo e financiamento  
2316 das ações a serem desenvolvidas pela equipe interdisciplinar, durante e, conforme a  
2317 necessidade, após a instalação da usina. A Relatoria entende que tal compromisso  
2318 deve constar no PAS apresentado, com a devida assinatura do Empreendedor. Devem  
2319 constar ainda no PAS as ações que ficarão a cargo desses profissionais que dizem  
2320 respeito aos impactos sociais no município do empreendimento em questão.  
2321 Encaminhamento: Ofício ao Empreender para as providências cabíveis no sentido de  
2322 apresentar um novo PAS que conste a contratação dos profissionais, a compra e  
2323 instalação do equipamento e quais e as ações a serem desenvolvidas por essa  
2324 equipe. 3) Análise do resultado - No dia 01 de abril de 2011 foi protocolado no CEAS  
2325 novo Plano de Assistência Social, conforme solicitado pelo ofício 136/2010 CEAS.  
2326 Constata-se na página 35 do PAS que “em substituição a instalação do Posto de  
2327 Atendimento social deverá ser firmado um convênio em que o empreendedor  
2328 contratará um Assistente Social e um Psicólogo que utilizarão o espaço do Centro de  
2329 Referência de Assistência Social – CRAS para atendimento das demandas  
2330 procedentes da comunidade e da instalação do empreendimento. O empreendedor  
2331 também deverá disponibilizar e instalar os equipamentos que serão utilizados nas  
2332 ações a serem desenvolvidas por esta equipe. O prazo de contratação, compra dos  
2333 equipamentos e início das atividades da equipe se dará em até no máximo 30 dias  
2334 após a aprovação do Plano de Assistência Social, conforme Resolução CEAS nº  
2335 317/2010”. III – Fundamentação do parecer: Contexto do PAS/BARRAGEM Baseado  
2336 nas diretrizes estabelecidas pelas Leis 12.812/98-Barragem 15.012 – Res.CEAS  
2337 317/2010 e 318/2010 – Lei Orgânica da Ass.Social 8.742/93 – Lei 12.262/96 e  
2338 PNAS/2004 - Pequena Central Hidrelétrica – PCH SANTA HELENA, localizada no  
2339 município de Lassance, no Curso do Córrego Corrente. - Esta Hidrelétrica vai gerar 3,9  
2340 MW de energia. O empreendedor é a AEL – Atividade Empresarial. O prazo para  
2341 entrega da obra e de 15 meses. PAS em conformidade com o estabelecido pelas leis:  
2342 CEAS 12.812/98 – Barragem 15.012/05 – Res. CEAS 317 e 318/2010 e – Lei  
2343 Orgânica da Ass.Social 8.742/93 – 12.262/97 e PNAS - Esta prevista a contratação de  
2344 mão de obra total de 70 trabalhadores, que serão recrutados em sua maioria no  
2345 município de Lassance. Serão transportados diariamente para o local do  
2346 empreendimento. - A previsão de custo da obra é de aproximadamente de R\$  
2347 15.000.000,00, sendo que o valor destinado às ações da área de assistência social é  
2348 de R\$ 20.000,00. - O Município encontra-se na gestão básica do SUAS e possui um  
2349 CRAS. - No PAS não constou a implantação do Posto de Atendimento Social, porém  
2350 durante a reunião com o CMAS de Lassance, no dia 09/02/2011, conforme ata anexa  
2351 ao processo, chegou-se ao entendimento de que o empreendedor deverá contratar um  
2352 assistente social e um psicólogo, que poderão utilizar o espaço do CRAS. Ainda, com  
2353 a garantia do empreendedor se responsabilizar pela instalação de equipamentos  
2354 (como computador), material de consumo e financiamento das ações a serem  
2355 desenvolvidas pela equipe interdisciplinar, durante e, conforme a necessidade, após a  
2356 instalação da usina. - Na última versão apresentada ao CEAS em 01/04/2011 consta o  
2357 compromisso de contratação de profissionais e aquisição de equipamentos para o  
2358 atendimento no CRAS, conforme descrito no item 3) Análise do Resultado. IV –  
2359 Parecer conclusivo: Favorável a aprovação do Plano de Assistência Social  
2360 apresentado em 01/04/2011. Em discussão. Presidente: na falta de inscrição,  
2361 gostaria de fazer apenas um comentário que é mostrar mais uma vez que existe  
2362 atuação deste conselho através dos conselheiros que tem um comprometimento com  
2363 esta causa a gente vê que os resultados vêm. Vemos que existe ainda, uma má  
2364 compreensão ou um não querer em atender os atingidos no que diz respeito a  
2365 violação dos direitos e isso que traz a Cristiane através da diligência é ótimo para

2366 retratar e ratificar aquilo que vimos pela manhã quando tivemos os representantes lá  
2367 da situação de Barra de Braúna. Vimos que em um período curto de tempo, um mês  
2368 eles resolveram coisas que tinham 10 anos que não se resolvia por uma empreitada  
2369 maciça, veemente e forte deste conselho. Então, resolveram 80% dos casos e dos que  
2370 restam tem uma comissão para tratar disso e com o acompanhamento deste conselho.  
2371 Isso é só para mostrar que o nosso papel não está contra o progresso, muito menos  
2372 ao empreendedor, é estar a favor da proteção social dos atingidos. Então, coloco em  
2373 votação, a relatora já manifestou que é favorável após eles terem cumprido. Votos  
2374 favoráveis: Geraldo, Elizabeth, Adenor, Marta, Edma, M<sup>a</sup> de Fátima, Giovana, Sônia,  
2375 Márcio. Aprovado por todos os conselheiros. Passou-se para o processo apuração de  
2376 denúncia: UHE Baguari – conselheiro Márcio – considerações: visita realizada no  
2377 município de Periquito ocorreu no dia 28 e 29 de abril (quinta-feira e sexta-feira da  
2378 semana passada) tivemos pouco tempo para elaborar de forma bem ampliada o  
2379 relatório para ser apresentado nesta plenária, mas contudo, as informações que nós  
2380 levantamos são extremamente contundentes. TERMO DE RELATORIA: I –  
2381 Identificação do processo: Nome do conselheiro-relator: Marcio Caldeira, Identificação  
2382 do processo: Denúncia, Nome do empreendimento: UHE Baguari, Nome do  
2383 empreendedor: Consórcio UHE Baguari, Responsável pela elaboração do  
2384 PAS/BARRAGEM Redelvin Dumont Neto, Municípios envolvidos: Governador  
2385 Valadares, Periquito, Alpercata, Fernandes Tourinho, Sobrália e Iapú. Tipo do  
2386 processo (Apreciação do PAS/BARRAGEM / comprovação de implementação /  
2387 denúncia): Denúncia, Data do recebimento do processo: 18/02/2011, Data da entrega:  
2388 05/05/2011; II – Diligências: 1) Solicitação de diligências: ( X ) SIM ( )NÃO, 2)  
2389 Justificativa da solicitação - Descumprimento de condicionalidades relacionadas aos  
2390 direitos da população atingida pelo empreendimento UHE Baguari. 3) Análise do  
2391 resultado - O PAS Baguari foi aprovado em 31/10/2006 - Resolução 120/2006 e a  
2392 aprovação de sua execução em 16/04/2009 – Resolução 232/2009. Consta no  
2393 processo de análise do PAS com vista a LI a - Área Diretamente Afetada – ADA com  
2394 as seguintes informações: O espaço a sofrer intervenção direta pela implantação da  
2395 UHE Baguari, apresenta uso diversificado, abrangendo ocupações urbanas e rurais,  
2396 totalizando 213 estabelecimentos, de acordo com o seguinte perfil: - Quarenta  
2397 estabelecimentos rurais que têm na atividade pecuária sua principal forma de  
2398 exploração econômica. A estrutura fundiária é organizada em médios e grandes  
2399 estabelecimentos, com a área média da ordem de 370,0 ha; - Onze ilhas fluviais que  
2400 apresentam algum tipo de ocupação sejam produtivo em apoio aos estabelecimentos  
2401 ao qual se encontram vinculadas, seja como local de moradia, lazer e fonte de renda; -  
2402 Gleba lindeira ao rio Corrente Grande, com área de 1.000,0 ha, alvo de  
2403 reassentamento de 40 famílias de “sem-terra” Assentamento Liberdade; - Propriedade  
2404 da Acesita Energética, ao longo do rio Doce, com área de 601,30 ha, dos quais 552,30  
2405 ha ocupados com reflorestamento, 15,0 ha sem uso e 34,0 ha voltados para a  
2406 viabilização de parcerias agrícolas com vinte e oito moradores do distrito de Pedra  
2407 Corrida; - Rua Francisco Diniz, em Pedra Corrida, onde são encontrados 67 de uso  
2408 residencial/lazer; (MUNICÍPIO PERIQUITO) - Rua Beira Rio, onze lotes, com uso  
2409 residencial e institucional. (MUNICÍPIO PERIQUITO) – Pedra Corrida - Rua Beira  
2410 Linha, em Periquito, com vinte e um lotes de uso residencial, dos quais três lotes  
2411 vagos; (MUNICÍPIO PERIQUITO); Ainda de acordo com o processo de análise com  
2412 vistas a concessão da LO consta as mesmas informações, acrescentando que a Rua  
2413 Beira Rio é a continuidade da Rua Francisco Diniz, porém se encontra em nível  
2414 elevado sob formação rochosa e que as residências desta rua seriam parcialmente  
2415 atingidas. Consta ainda a SUPRAM realizou vistorias no local emitindo parecer que a  
2416 residência não seriam atingidas pelo reservatório. Em visita realizada nos dias 28 e 29  
2417 de abril de 2011, deliberadas na 157<sup>a</sup> plenária ordinária, no município de Periquito,  
2418 onde foi realizada reunião com CMAS local e representantes dos vários seguimentos  
2419 atingidos pelo empreendimento UHE Baguari. Foram detectados vários fatos  
2420 concretos que materializam a denuncia protocolada neste conselho. O Conselho

2421 Estadual de Assistência Social é o órgão estadual incumbido da análise e proposta de  
2422 solução dos problemas sociais gerados pela implantação de hidrelétricas no Estado. É  
2423 de sua competência a fiscalização para o cumprimento da Lei Estadual 12812/98.  
2424 Com base na denuncia protocolado neste Conselho, foram verificadas as seguintes  
2425 situações: Negociação individual para os proprietários da Rua Beira Linha ocorreu sob  
2426 pressão, destas residências, várias utilizavam o quintal para a subsistência. Outros  
2427 proprietários trabalhavam em ilhas como meeiros e não foram indenizados. Os  
2428 proprietários das ilhas foram indenizados. Hoje o acesso a ilha é negado. Várias  
2429 residências no distrito de Pedra Corrida na Rua Beira Rio apresentam rachaduras  
2430 provocadas pelo assoreamento causado pelo leito do lago do reservatório que em  
2431 vários casos esta a menos de 05 metros das residências. Esta proximidade tem  
2432 trazido dos morados vários problemas como o surgimento de animais silvestres e  
2433 repteis dentro de suas residências. Várias residências na Rua Beira Rio estão na área  
2434 de preservação permanente, menos de 30 metros do leito do lago. (consta no PAS  
2435 que a Rua Beira Rio seria atingida, o consórcio apresentou estudo onde a referida rua  
2436 não seria atingida, a SUPRAM acatou o estudo). Residências na Rua Beira Rio sem  
2437 energia elétrica. A concessionaria de Energia Elétrica não realiza ligações ou  
2438 religações sob a alegação de que a área de preservação e remete a questão para o  
2439 IEF que também não se posiciona. Rua Jose Rodrigues há 04 residências que tiveram  
2440 que realizar a remoção de fossas para dentro de seus terrenos (orientação do  
2441 empreendimento que assumiu compromisso de asfaltar e fazer uma rede de esgoto, o  
2442 que não foi realizado. Os pequenos produtores do distrito de Pedra Corrida que  
2443 cultivavam em áreas da Acesita, e reassentados em outra área tem dificuldades de  
2444 deslocamento, ponte de acesso em péssimo estado de conservação, estrada sob linha  
2445 férrea sem qualquer tipo de proteção ou passagem de nível. Em especial um dos  
2446 pequenos produtores tem sua área de cultivo alagada. Assentamento Liberdade, o  
2447 remanso do rio Corrente Grande provocou a inundação de áreas coletivas com  
2448 benfeitorias: cercas, cocheiras e outras. Cisternas do assentamento foram danificadas  
2449 e algumas se encontram em processo de desmoronamento ou já totalmente  
2450 soterradas. Áreas de cultivo coletivo foram perdidas em função de alagamento,  
2451 tornando o solo infecundo para qualquer tipo de cultura. Pescadores não foram  
2452 indenizados. Área de lazer foi inundada pelo remanso do Rio Corrente; III –  
2453 Fundamentação do parecer: Contexto do PAS/BARRAGEM; IV – Parecer conclusivo:  
2454 Conclusão: A situação detectada é uma flagrante violação e desrespeito aos direitos  
2455 dos atingidos. A população atingida vivencia em sua totalidade em determinadas áreas  
2456 afetadas pelo empreendimento uma situação de extrema preocupação quanto aos  
2457 seus direitos socioassistenciais, a sua qualidade de vida, sua segurança, saúde, ao  
2458 lazer, entre outros direitos. Solicitação ao CMAS de Periquito relação detalhada  
2459 contendo a situação de cada um conforme modelo apresentado pelo CEAS/MG em  
2460 conjunto com as demais instituições e associações de atingidos. Encaminhamento  
2461 para a SUPRAM de correspondência solicitando esclarecimentos relacionados à área  
2462 de preservação permanente bem como informações referentes às condicionantes  
2463 relatadas pelos atingidos. Agendamento de reunião com empreendimento.  
2464 Apresentação das fotos do local. O percebemos in locu que embora esteja relatado no  
2465 PAS até para a concessão da LO que os impactos sociais e ambientais não seriam de  
2466 grande amplitude, na verdade, o que a gente constata é que há sim impacto  
2467 relacionado ao empreendimento. A elevação do lençol freático na região provocou  
2468 uma serie de complicações que sabemos não é de minha competência evidentemente  
2469 questionar o laudo técnico com relação a isso, mas que nos causa estranheza esse  
2470 relato prematuro de que não teria nenhum impacto, por exemplo, na rua Beira Rio com  
2471 o enchimento do reservatório. Então, esta é a nossa situação e com certeza uma  
2472 situação grave que vai merecer deste conselho um empenho enorme para que a gente  
2473 possa estar buscando sanar os problemas dessas famílias, desses proprietários.  
2474 Conselheiro Mario Roberto: pelas fotos que estamos observando esse pessoal que  
2475 você mostrou as casas que não é nem residências, não sei o que aquilo a gente

2476 chama, é elas que vão ser atingidas? Então, eles vão sair dali? Ou, não? Conselheiro  
2477 Márcio. Não. O Consórcio considerou que aquela área não seria atingida. Conversas  
2478 fora do microfone. O primeiro PAS apresentado aqui constava que a rua Beira Rio  
2479 seria atingida, em um segundo momento não. Na apresentação de um parecer que o  
2480 impacto nessa rua seria muito baixo. Apenas uma pequena parte dos lotes é que seria  
2481 atingido sendo indenizado apenas essa parte. As pessoas não que continuam  
2482 residentes no mesmo local e estão dentro da área de preservação permanente.  
2483 Conselheira Cristiane: como a própria conselheira Elizabeth disse isso na verdade é  
2484 consequência das nossas aprovações, depois que nos aprovamos, monitoramos, as  
2485 famílias ficam lá vivenciando essas situações. Na verdade, tenho duas perguntas e eu  
2486 quero insistir mais uma vez em uma questão que eu já coloquei neste conselho que  
2487 precisamos ter os nomes dos empreendedores, as empresas. O Consórcio Baguari  
2488 quando foi fazer outro empreendimento usou esse mesmo nome, então, gostaria de  
2489 saber, de pedir a equipe técnica para nos informar quais são as empresas que estão  
2490 com esses e compõe este consórcio. E se eles estão com planos, solicitações aqui. A  
2491 outra questão é que pelo que eu entendi eles já têm a LO há um ano e meio. Além dos  
2492 encaminhamentos colocados eu também gostaria de uma informação se teria algum  
2493 efeito a suspensão da resolução. Porque aprovamos o PAS, dissemos que estava  
2494 tudo ok e agora não tem nada ok. Gostaria de uma orientação sobre a suspensão do  
2495 PAS. Conselheiro Márcio: pelo que eu li do plano a usina iria gerar 147 kwh/h,  
2496 evidentemente a região todas já está utilizando dessa energia. Me resgata também  
2497 uma situação que chegou a este conselho de outra usina que também já estava em  
2498 operação, onde a gente tentou também propor a cassação da LO. Não sei a questão  
2499 do encaminhamento dessa discussão, qual será a efetividade nesse aspecto em  
2500 relação a situação precária que encontramos no município neste momento. A Leila  
2501 está me lembrando aqui também que já foi protocolado no Ministério Público de  
2502 Ipatinga sobre esta situação da usina. O próprio Procurador já solicitou a SUPRAM  
2503 relatórios referente aos impactos ambientais, já solicitou a SUPRAM todas as atas das  
2504 negociações relacionadas ao assentamento Liberdade, como ocorreu. Então, já existe  
2505 um processo (nº e procurador) e já está neste conselho. Conselheiro Adenor: quando  
2506 chegou a denúncia no CEAS falava de todo esse relato ou era específico?  
2507 Conselheiro Márcio: essa denúncia foi protocolada e assinada pela assistente social  
2508 do município, pela Comissão da Pastoral da Terra e pelo Sindicato dos produtores de  
2509 agricultura familiar. Trouxe a denúncia de meeiros que não havia sido relacionados no  
2510 PAS, não foram indenizados. Situações relacionados ao próprio assentamento  
2511 Liberdade, então, parte das denúncias que foram apresentadas foram comprovadas e  
2512 outras foram levantadas nessa visita. Conselheiro Adenor: fico preocupado com isso, é  
2513 claro que tem muita coisa errada, mas que temos de ficar atentos porque é o mesmo  
2514 caso de Barra de Braúna e pergunto porque não foi feita essa denúncia, talvez, um  
2515 ano atrás? Não tinham o canal? Conselheiro Márcio: me parece que os  
2516 encaminhamentos de denúncias estão sendo tratados com os órgãos jurídicos, com o  
2517 Ministério Público, por isso, que não foram trazidos ao CEAS. Conselheiro José  
2518 Fernando: penso que nós como instancia, pessoas pensadores ai e com a  
2519 representatividade que tem hoje no Estado não estávamos preparados lá para  
2520 conceder essa licença, imagine esses usuários que estão isolados de um canal como  
2521 o nosso. Não é refletir se deveriam ou não, porque a um ano atrás estamos também  
2522 deliberando sem a propriedade que um ano depois se formaliza hoje nos vamos  
2523 amadurecendo e aprendendo. O fato está posto e mais uma vez tenho certeza que  
2524 nós imbuídos dessa visão que a cada encontro temos adquirido é intervir numa  
2525 situação que é crítica. Também como conselheiros erramos e estamos abertos, ainda,  
2526 a erros, porque o ser humano está posto a isso. Imagine o usuário. Conselheiro  
2527 Márcio: queria somente pontuar que o CEAS realizou no ano que foi feito a concessão  
2528 da LO as visitas técnicas o PAS foi avaliado positivamente porque estas questões que  
2529 foram trazidas à tona são impactos pós o enchimento do reservatório. Então, não  
2530 havia como mensurar esses impactos na época. Situações como essa poderão vim a

2531 ocorrer em outros empreendimentos. Temos que ter a clareza de como desenvolver  
2532 ações preventivas nesses aspectos porque esse é um exemplo claro de outros  
2533 problemas que poderemos enfrentar futuramente. Conselheira Elizabeth: estou muito  
2534 angustiada porque desde quando comecei a participar falar voto com a relatora me  
2535 deixava muito angustiada. Pelo seguinte, qual é o meu raciocínio, ai José Fernando  
2536 vou colocar o nosso papel você pensa o seguinte, como construir uma proteção às  
2537 populações ribeirinhas? A intenção legal é muito boa, você vai levar ao conselho de  
2538 assistência social, vai levar ao meio ambiente, exigir de órgãos específicos licenças e  
2539 que nos temos o dever e a missão de controle de proteção social e de defesa dessas  
2540 famílias que estão sujeitas a este ou aquele empreendimento. Será que um posto de  
2541 atendimento social garante a proteção? Há um desraizamento redical de alguém, de  
2542 uma família, de uma população que constrói uma historia naquele lugar é como pegar  
2543 uma planta e colocar em outro lugar sem saber se ela tem condição de se adaptar e  
2544 ao mesmo tempo dá continuidade da sua historia. É grave e forte quando eu fico  
2545 pensando nessa saída. Estou pensando, apreciar a sua disponibilidade, sua  
2546 competência, seu olhar que emprestou a nós uma visão mais clara da situação. O que  
2547 vamos fazer? Eu acho que você tem uma proposta, mas eu pelo menos fiquei  
2548 pensando acho que vou fazer uma denúncia para algum jornalista. Conselheira Sônia:  
2549 diante da questão que o José Fernando Falou dessas instancia de pensadores e as  
2550 vezes é questão de maturidade, de experiências, depois da apresentação feita pela  
2551 Leila e pelo Márcio e para mim a segunda reunião a Gilvânia que está servindo de  
2552 tradutora e interprete. Como não tenho este conhecimento, pergunto: o PAS que é o  
2553 plano de assistência social é de competência do CEAS. Tem critérios que deve seguir  
2554 para ter essa aprovação. Então, se tem este plano nas próximas e com as fotos já diz  
2555 o bastante. Depois quero ter conhecimento desses critérios. Presidente: o que  
2556 estamos vivenciando aqui mais agora ratificado por este caso que o conselheiro  
2557 Márcio nos traz é o retrocesso da do avanço da política pública de assistência social,  
2558 principalmente, no quesito, de assistencialismo. Estamos voltando ao assistencialismo  
2559 quando os empreendedores se predispõe a dá coisa de pobre ao pobre. Quando os  
2560 empreendedores chegam e desrespeitam os avanços de nossa política desrespeita e  
2561 desconhece o conselho estadual. E agora está sendo co-pactuado com o Supram que  
2562 é o órgão do meio ambiente. Deixar claro para vocês o seguinte, os conselheiros  
2563 Márcio e José Fernando por complementação fizeram uma fala que vai na raiz da  
2564 questão. Pode ser que lá quando aprovamos o PAS existia uma intenção de se fazer  
2565 acontecer o ressarcimento do direito violado, deixando de lado o que a Beth coloca  
2566 com muita propriedade que sabemos que não vai ressarcir jamais que é o direito  
2567 emocional. O que não podemos compactuar é de deixar o progresso chegar em  
2568 detrimento a alguns ele atropelar. Nós temos que estar atentos a proteção e vigilantes  
2569 no que diz respeito a violação de direito e mais do que isso. Aqui é um órgão público,  
2570 estadual, colegiado de formação paritária. Agora se este órgão público com essa  
2571 natureza, com essa característica não é respeitado por outro órgão público, então,  
2572 precisamos realmente chamar até o Governador. Por quê? Porque a situação aqui  
2573 agora se observa que estão fazendo um time de assessores, empresas que repetem  
2574 os programas e copiam com nome equivocado e como se fosse aplicado uma situação  
2575 do PAS que é inerente peculiar que é diferenciada a uma região geográfica diferente.  
2576 Isso nós não podemos compactuar. É tema de levar a conferência, de  
2577 encaminhamento? É . Porque nos somos referente hoje para os outros Estados no  
2578 quesito de atingidos, principalmente, no quesito de energia elétrica. Então, digo Cris  
2579 que não é que o PAS foi aprovado equivocadamente, de repente existia uma boa  
2580 intenção. O que precisamos, ai vou na linha do Márcio é monitorar. Não nos basta  
2581 aprovar e despachar o papel, é importante acompanhar o processo. O papel do  
2582 conselho municipal onde foi omissso? É deixar passar um ano e meio sem fazer um  
2583 monitoramento. O cmas é o nosso parceiro na fiscalização e no controle social. Agora  
2584 nos temos a responsabilidade de editar a Resolução que aprova a LI e Lo se isto não  
2585 está ocorrendo nos cabe vê com um olhar mais não com esses olhos que está em

2586 nossa face, mas com os olhos de nossa alma. Esse é o nosso papel como  
2587 conselheiros é assim que eu penso. Se é para isso nos vamos “dar pau” em todos os  
2588 processos. Acho muito complacente Márcio, quando se traz a sugestão de chamar o  
2589 empreendedor para prestar esclarecimentos. Acho que agora deve ser notificado o  
2590 empreendedor com prazo determinado para que venha aqui e traga com prazo com  
2591 cronograma o ressarcimento desses direitos que foram violados. E dentro desse prazo  
2592 não tendo nos devemos cassar a resolução. Isso tem efeito jurídico no que diz respeito  
2593 a este conselho. Porque se o órgão ambiental desrespeitar esse conselho, então, ele  
2594 está rasgando uma lei estadual que dita quais são as diretrizes e preconiza qual é o  
2595 nosso papel. Aí, se isso ocorrer em dois órgãos públicos ligado ao governo do Estado  
2596 é hora realmente de partir para o Governo do Estado. Se o Estado propicia essa  
2597 situação não pode ser em prejuízo de alguns. Então, para mim a visão é muito clara e  
2598 genérica, é tema sim para discutir nesse grupo e vamos falar na conferência, para  
2599 levar na conferência e para denúncia. No meu entendimento o encaminhamento é de  
2600 notificação com prazo determinado e já solicitando na notificação que eles com prazo  
2601 e cronograma, ressarcem os direitos que estão ratificados e confirmados. Para mim é  
2602 isso, mas quero devolver ao Márcio para que ele tenha uma compreensão que  
2603 participou mais diretamente do processo. Conselheiro Márcio: tivemos o cuidado de  
2604 trazer esse tipo de encaminhamento para a plenária em função de que nos não temos  
2605 o detalhamento concreto de todos os atingidos para que notifiquemos o  
2606 empreendimento nesses aspectos. Então, o nosso cuidado foi este, porque nos  
2607 estamos solicitando primeiro as associações dos seguimentos atingidos que nos  
2608 apresente detalhadamente o nome, endereço e todas as informações que o CEAS  
2609 precise, pautadas nessas informações a nossa ação com o empreendimento seria  
2610 diferenciado, então, nesse sentido que nos trouxemos o encaminhamento, que seja  
2611 mais abrandado para que possamos iniciar a conversa com o empreendimento é no  
2612 segundo momento dado o prazo para que se apresentasse até o final do mês de maio  
2613 pelo cmas de Periquito essa relação para que pudéssemos conversar com o  
2614 empreendimento com outro olhar. Temos aqui a materialização de todos os detalhes  
2615 dos atingidos, então foi nesse sentido que trouxemos o encaminhamento para essa  
2616 plenária. Presidente: veja bem, meu entendimento pós essa fala do Márcio é o  
2617 seguinte, nos podemos concomitantemente fazer dois encaminhamentos. Primeiro já é  
2618 suficiente os casos de direitos violados para notificarmos o empreendedor e vamos  
2619 pedir que preste conta do ressarcimento do direito violado de todos os casos tem e  
2620 vamos citar aqueles que detectamos. Paralelamente, eu peço Márcio um esforço seu e  
2621 quero contar com um conselheiro governamental, concomitantemente já de imediato  
2622 fazer uma outra visita, chamar o conselho municipal que acompanhe de forma paritária  
2623 e com um técnico da SE e pedir o conselho municipal que acompanhe e leve para  
2624 uma visita para conseguirmos catalogar todos os casos para fazer a  
2625 complementação disso. Ai quando expirar o prazo de notificação do empreendedor, a  
2626 gente tem todo catalogado, mas o que penso é que não podemos esperar uma coisa e  
2627 outra, mas podemos fazer em paralelo. Exige um sacrifício nosso de novamente fazer  
2628 uma visita com um técnico e com um conselheiro governamental, porque fica paritário  
2629 e este conselho toma uma deliberação. Mais de ante mão a gente já sabe como é o  
2630 processo, já conhecemos o processo, mas penso que é e mais outra coisa eu quero  
2631 deixar claro para vocês, esse conselho já notificou o outro órgão público que é o  
2632 Supram no que diz respeito dele fazer a concessão de licença sem a quiessencia  
2633 desse conselho. Ele tomou uma medida agora desrespeitando esse conselho quando  
2634 cancelou a resolução. Se em paralelo já está correndo na promotoria pública, ótimo,  
2635 isso só vai somar. Nós não podemos, independente de estar ou não na esfera do  
2636 judiciário não podemos nos omitir nosso papel de proteção social. Conversa fora do  
2637 microfone. Presidente: a técnica Leila está lembrando que na resolução pedi que ouça  
2638 o empreendedor, então, podemos marcar uma data aqui, determinar, convocar na data  
2639 tal eles estarem aqui para prestarem esclarecimento. A partir daí é notificar, então,  
2640 queremos ouvir tá aqui a situação nos vamos estar te notificando a partir de amanhã

2641 com prazo para cumprir o direito violado. E a partir de então a medida. Conselheiro  
2642 Márcio: nossa intenção realmente é essa, marcar uma data para o empreendimento  
2643 estar aqui e nos prestar essas informações. E lembrando que já foi solicitado ao cmas  
2644 com o apoio das associações e seguimentos a apresentação desse mapeamento de  
2645 todos os atingidos até 31/05. Então, nossa intenção era fazer uma ação paralela,  
2646 primeiro fazer um levantamento no município e já começar essa conversa com o  
2647 empreendedor. Presidente: então, nos temos o encaminhamento que até 31 de maio  
2648 nos teremos em mãos por parte do empreendedor e das associações representando  
2649 os atingidos e do cmas essa situação. Então, já podemos daí um prazo pós 31 de  
2650 maio para que a comissão e o conselheiro Márcio quem é que vez essa diligência  
2651 trabalhe em cima disso. Acho que uma semana é o suficiente após 31, aí dentro dessa  
2652 semana nos temos toda a relatoria em mãos para cobrar do empreendedor. Então, já  
2653 podemos convocar o empreendedor para o dia 10 de junho que é um prazo pós 31 de  
2654 maio. Conselheiro Márcio: não. Nossa intenção é que o empreendedor seja já  
2655 convocado para essa reunião agora em maio e paralelamente a gente tenha o  
2656 levantamento das ações. Duas ações concomitantes, para que o empreendedor seja  
2657 comunicado pelo CEAS de que existe um grave problema social no município de  
2658 responsabilidade do empreendimento e que ele tenha de se posicionar e já começar a  
2659 articular a forma de estar fazendo o ressarcimento. Em junho a nossa relação com o  
2660 empreendimento se torna mais eficiente a partir do momento que tivermos em mãos o  
2661 mapeamento de todas as situações levantadas. Presidente: vê se tá bem  
2662 encaminhado, claro para todos nos. Tem alguém contrario a essa posição? Aprovação  
2663 é por unanimidade? Então, por favor, registre que este conselho através dos  
2664 conselheiros: Márcio, Sônia, Gilvânia, M<sup>a</sup> de Fátima, Mario Roberto, Edma, Marta,  
2665 Cristiane, Adenor, Elizabeth e Geraldo decidem pelo encaminhamento dados pela  
2666 comissão. Conselheiro Márcio: gostaria de verificar se tem interesse de outro  
2667 conselheiro em participar desse reunião com o empreendimento aqui no CEAS para  
2668 que possamos tentar articular essa data para a presença. Presidente: eu gostaria  
2669 muito que tivesse, que se envolvesse um conselheiro governamental se não houver  
2670 manifestação nos vamos levar isso para a mesa diretora. A minha razão de justificar  
2671 isso é o seguinte, nos temos um problema de politicagem andando em paralelo a essa  
2672 situação. Nos temos situação aqui já de cancelamento de resolução que começa o  
2673 empreendedor buscar a sua pasta na secretaria de estado que é o desenvolvimento  
2674 do estado, essa pasta começa fazer pressão na nossa pasta que é a secretaria de  
2675 desenvolvimento social – sedese e isso, vim para cima de mim como presidente deste  
2676 conselho e concomitantemente, por conseqüência para todos os conselheiros. Disso,  
2677 estou aberto a discussão, ao debate, mas posso lhes garantir que este conselho tem  
2678 serenidade, tranqüilidade, compreensão e caminhada histórica para dar o parecer que  
2679 tem que dar. Então, politicagem enquanto depender da minha pessoa não vai entrar  
2680 aqui dentro. Ainda, que em detrimento da minha própria pessoa que a gente sabe que  
2681 existe essas manifestações. Mais o dia que ficarmos com esse tipo de preocupação,  
2682 individualmente ou em coletivo, eu particularmente acho que deixo de ser conselheiro.  
2683 Podemos prosseguir o encaminhamento dessa forma? Tem algum conselheiro  
2684 governamental que se manifesta? Conversa fora do microfone. Presidente: ótimo você  
2685 pode marcar com o próprio conselheiro Márcio. Pode ser? Conselheiro Márcio: a  
2686 nossa intenção seria marcar até com o empreendimento antes da próxima plenária  
2687 para que a gente possa trazer uma informação já concreta. Presidente: eu gostaria só  
2688 que essa carta para eles fosse uma convocatória, com data, horário, por favor. Ok,  
2689 pessoal? Muito obrigado conselheiro Márcio. **c) Processo a ser distribuído: PCH**  
2690 **Clayton Ferreira** para conselheira Roberta dentro do critério de sorteio. Deliberado,  
2691 conselheiros: Márcio, Sônia, Gilvânia, M<sup>a</sup> de Fátima, Mario Roberto, Edma, Marta,  
2692 Cristiane, Adenor, Elizabeth e Geraldo concordam com unanimidade com a  
2693 deliberação feita para a conselheira Roberta. Passou-se para o ultimo ponto de pauta.  
2694 **5. Comissões: a) orçamento** – conselheiro Miguel: 1. A ALMG encaminhou a  
2695 matéria para análise e acompanhamento do CEAS/MG para possíveis sugestões de

2696 emendas: Projeto de Lei nº. 297/2011 de autoria do Deputado Elismar Prado e,  
2697 Substitutivo nº1 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia  
2698 Legislativa do Estado de Minas Gerais. O Projeto de Lei nº. 297/2011 visa a  
2699 estabelecer que os recursos do FEAS sejam aplicados, preferencialmente, em projetos  
2700 de assistência social para atendimento aos municípios ou regiões do Estado que  
2701 apresentam Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de até 0,5 (zero vírgula cinco).  
2702 A proposição do PL nº. 297/2011 acrescenta dispositivo (Parágrafo único, no art. 3º.  
2703 da Lei nº. 12.227, de 02 de julho de 1996), que cria o Fundo Estadual de Assistência  
2704 Social – FEAS: “Art. 3º. (...) Parágrafo único - Os recursos do FEAS serão aplicados,  
2705 preferencialmente, em projetos de assistência social para atendimento aos municípios  
2706 ou regiões do Estado que registrem Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de até  
2707 0,5 (zero vírgula cinco)”. Em relação ao Substitutivo nº. 1 (Parecer para o 1º. Turno do  
2708 Projeto de Lei nº. 297/2011), a proposta é de não alterar a Lei 12.227/96 (FEAS) e,  
2709 sim, alterar a Lei 12.262/96 – que cria o CEAS e dispõe sobre a PEAS, em seu Art.13,  
2710 inciso VIII, considerando a competência do CEAS de deliberar sobre os critérios para  
2711 transferência de recursos. “Art. 13 – (...) VIII – aprovar critérios para a transferência de  
2712 recursos para os fundos municipais de assistência social, bem como indicadores que  
2713 permitam uma distribuição mais equitativa entre as regiões, tais como população,  
2714 renda “per capita”, mortalidade infantil, concentração de renda e (acréscimo) **Índice de**  
2715 **Desenvolvimento Humano – IDH**” Conclusão: Foi observado que a alteração  
2716 proposta no Substitutivo nº. 1 foi somente o acréscimo do IDH. Assim, desta forma, o  
2717 CEAS passaria a considerar também o IDH na análise dos critérios de partilha, com  
2718 objetivo de permitir uma distribuição mais equitativa entre as regiões, como é  
2719 estabelecido no próprio parágrafo. Assim, não há uma manifestação favorável nem ao  
2720 PL nº. 297/2011 e, tampouco, ao seu Substitutivo nº. 1, tendo em vista que existem  
2721 outros índices da assistência social que foram construídos utilizando o IDH. E,  
2722 avançaram para tentar ter um melhor perfil dos municípios em relação ao que deveria  
2723 ser considerado para a Política de Assistência Social, que avança a cada dia,  
2724 realizando políticas públicas muito inclusivas. Com intuito de informar os tomadores de  
2725 decisão de políticas públicas, a SEDESE desenvolveu o Índice de Desproteção Social  
2726 – IDS, que é uma ferramenta destinada, para fornecer informações mais bem  
2727 embasadas, a fim de maximizar os investimentos públicos na redução das referidas  
2728 desproteções. O IDS contempla alguns eixos que visam possibilitar um panorama  
2729 geral de diversas desproteções sociais da população. Lembrando, também, que uma  
2730 das atribuições do CEAS é regular a prestação de serviços de natureza pública e  
2731 privada no campo da Assistência Social, considerando as normas gerais do Conselho  
2732 Nacional de Assistência Social, as diretrizes da PNAS, as deliberações da Conferência  
2733 Estadual de Assistência Social. Também, a participação da sociedade civil na  
2734 fiscalização de aplicação de recursos de assistência social e na avaliação dos  
2735 resultados, com objetivo de melhorar a qualidade dos serviços de assistência social  
2736 prestados pelo Estado à população em situação de vulnerabilidade e risco social é  
2737 mais eficaz que essa proposta de alteração da Lei 12.262, de 23 de julho de 1996, art.  
2738 13, inciso VIII. Logo, após apreciação e análise dos textos pelas comissões, foi  
2739 definido elaboração de parecer baseado no que foi apresentado. Em discussão:  
2740 conselheira Cristiane: deixe-me entender. O deputado fez uma proposta de priorizar os  
2741 recursos do FEAS e a comissão está tendo um parecer desfavorável a essa proposta,  
2742 não é isso? E já estabelecendo um encaminhamento de parecer e encaminhar ao  
2743 deputado que propôs, é isso? Conversa fora do microfone. Conselheiro Miguel: foi  
2744 entendido que o deputado priorizou e colocou o IDH como um elemento puro para  
2745 essa análise sendo que o IDH também é base de outros critérios para criar a condição  
2746 de aplicação da política pública. Presidente: todos favorável ao encaminhamento da  
2747 manifestação pelos conselheiros: Márcio, Sônia, Gilvânia, Mª de Fátima, Mario  
2748 Roberto, Edma, Marta, Cristiane, Adenor, Elizabeth e Geraldo. 2. Relação dos  
2749 municípios que receberão recursos do Piso Mineiro regulamentado pela Res. SEDESE  
2750 nº. 459/2010. A matéria em pauta foi encaminhada pela SEDESE e, após discussão

2751 pela Comissão de Orçamento e Financiamento e Comissão de Política definiu que as  
2752 informações relativas aos recursos do Piso Mineiro deverão ser apresentadas nos  
2753 próximos Relatórios Trimestrais de Prestação de Contas, para acompanhamento e  
2754 análise. Em discussão: Conselheira Cristiane: para complementação nos como  
2755 comissão de política o acompanhamento desse processo como é co-financiamento  
2756 tem de ser pelo orçamento somente uma consideração que fizemos que daqui a um  
2757 ano dentro de um período considerado que também façamos uma gestão junto aos  
2758 conselhos municipais de assistência para saber como está este acompanhamento.  
2759 Uma vez que este é o primeiro ano do Piso e traz uma novidade que é a flexibilidade  
2760 de utilização. Então, é uma nova modabilidade, nova forma de gestão respeitando ai a  
2761 questão da autonomia dos municípios e da descentralização. Então, o que a gente  
2762 daqui a um ano que este conselho já paute este acompanhamento mais qualitativo.  
2763 Agora vamos fazer um acompanhamento mais quantitativo em relação a recurso,  
2764 como foi aplicado, o quanto está sendo executado. Conversa fora do microfone.  
2765 Conselheira Gilvânia: a Cristiane acabou respondendo o que eu ia perguntar mais só  
2766 terminando de esclarecer, o Piso será incluído a partir do próximo relatório trimestral  
2767 com o detalhamento do pagamento dele, mas o detalhamento vai trazer para  
2768 conhecimento desse conselho o pagamento das parcelas à medida que é fundo a  
2769 fundo uma avaliação da execução teremos somente no final do primeiro ano.  
2770 Presidente: ok. O fato de ter avaliação no final do primeiro ano não quer dizer que  
2771 principalmente, os municípios que serão beneficiados não poderão estar fazendo uma  
2772 avaliação concomitante. Aprovado. Conselheiros: Márcio, Sônia, Gilvânia, M<sup>a</sup> de  
2773 Fátima, Mario Roberto, Edma, Marta, Cristiane, Adenor, Elizabeth e Geraldo. 3.  
2774 Conforme deliberado na Plenária passada, este Conselho encaminhou a  
2775 SUBAS/SEDESE, ofício CEAS n<sup>o</sup>. 126/11, solicitando informações/nomes dos  
2776 municípios que não apresentaram a documentação necessária para a instrução do  
2777 convênio de cooperação financeira para CASI. Em atendimento ao nosso ofício, a  
2778 SUBAS encaminhou relação contendo os nomes de 13 municípios que, ainda,  
2779 continuam com pendências quanto a não apresentação de documentos para  
2780 formalização de convênio CASI. Assim, em 20/04/11, o CEAS encaminhou Ofício  
2781 Circular N<sup>o</sup>. 08, aos CMAS desses municípios, informando-os sobre a situação. Três  
2782 municípios manifestaram sobre a questão, pedindo orientação quanto ao  
2783 procedimento necessário para solucionar a pendência. A Comissão definiu  
2784 encaminhamento para a Comissão de Apoio aos Municípios para acompanhamento.  
2785 Em discussão: conselheira Gilvânia: a formalização dos convênios desses 13  
2786 municípios que ficaram pendentes do ano passado de investimento está prevista no  
2787 projeto estruturador da sedese para acontecer até o mês de outubro. Em reunião  
2788 gerencial isso já foi pautado e estamos pensando em trazer mais agora para junho ou  
2789 julho devido à conferência estadual que vai acontecer em outubro e tudo fica muito  
2790 sobrecarregado. Esses municípios serão contactados pela minha diretoria para juntar  
2791 os documentos novamente na medida em que os do ano passado não servem mais  
2792 para formalizar o convênio para fazermos isso nos próximos dois meses. Assim que  
2793 for formalizado o convênio, isso vem no relatório trimestral na medida em que significa  
2794 execução de receita. Presidente: ok. Alguém discorda do encaminhamento? Aprovado  
2795 pelos conselheiros: Márcio, Sônia, Gilvânia, M<sup>a</sup> de Fátima, Mario Roberto, Edma,  
2796 Marta, Cristiane, Adenor, Elizabeth e Geraldo. **b) Normas:** conselheiro Márcio: 1)  
2797 INSCRIÇÃO DE ENTIDADES: 1.1 – Identificação de Associações Rurais como  
2798 entidade de Assistência Social, como requisito para o Programa Estadual de Combate  
2799 à Pobreza Rural. Situação apresentada pelo CMAS de Morro da Garça, Sra Marina  
2800 Cafaggi e por relatório de reunião na URCMAS de Curvelo, elaborado pela  
2801 Conselheira Estadual Cristiane Nazareth. Resumo da análise Técnica: Este Programa  
2802 Estadual tem características de um Projeto de Combate a Pobreza, conforme disposto  
2803 na LOAS, porem o Programa não busca intersectorialidade entre as Políticas Publicas.  
2804 É um programa executado pela Secretaria de Estado para o Desenvolvimento dos  
2805 Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas - SEDVAN, vinculado ao Instituto

2806 de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais IDENE. O seu objetivo é  
2807 diminuir a pobreza no meio rural do Estado. As Associações rurais precisam elaborar  
2808 um projeto com foco no objetivo acima exposto, apresentar e concomitantemente  
2809 solicitar a aprovação deste projeto no CMAS para conseguir a aprovação do seu  
2810 projeto no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e posteriormente conseguir  
2811 o cadastro no CAGED (formalização de convenio com o Estado para recebimento do  
2812 recurso). Sugestão de encaminhamento: Agendamento reunião com o Conselho  
2813 Estadual de Desenvolvimento Rural, sustentável (CEDRS) e com o - IDENE. Data  
2814 prevista para reunião: 25 ou 26/05/2011; Em discussão: Técnica Nilse: houve um  
2815 estudo da SE elaborado pela técnica Rosalice para que se chegasse a esse resumo. É  
2816 um estudo interessante e que traz a luz toda essa questão que vem sendo discutida  
2817 por este conselho inclusive que foi posta na nossa plenária ampliada, eu sugeriria  
2818 inclusive se já não foi feito que esse estudo seja encaminhado para todos os  
2819 conselheiros e que possamos inclusive a posteriores ou a partir dele, não sei, elaborar  
2820 um material e que seja incluído nas apresentações dos conselheiros porque na  
2821 maioria das vezes quando das viagens é essa questão tem sido colocada, então, é  
2822 interessante porque ela parte da normatização independente do conteúdo dessa  
2823 reunião vai ocorrer esse estudo ficou muito bom. Presidente: eu particularmente já  
2824 acho louvável porque ai dentro mora intrinsecamente um problema que estamos  
2825 vivenciando. Tive lá em Manhuaçu com Fátima e que tem quase 100 associações  
2826 rurais. Em Montes Claros tem 170 associações. Então, vemos, principalmente, aqui no  
2827 nosso estado mais nessas regiões essa situação aflitiva que vive hoje as associações,  
2828 principalmente, as rurais. E temos de uma forma equivocada ou não, mas era as  
2829 inscrições feitas nos cmas e na falta dele agora como fica? Sem inscrição não faço  
2830 conveniamento? E isso tá sendo recorrente. Esse problema é seríssimo, não adianta  
2831 acharmos que não é problema do conselho de assistência social e da política pública  
2832 de assistência e empurrar para o outro esse modelo já não presta mais. Nos cabe  
2833 oferecer solução e não jogar para outra parte. Conselheira Cristiane: só também essa  
2834 questão apareceu na URCMAS de Curvelo e ai a técnica Rosalice mencionou, a  
2835 comissão mencionou ali na questão e ai Geraldo foi jogar mais uma questão para essa  
2836 análise do conselho. Não basta dizer somente inscreve ou não inscreve, não é só  
2837 dizer isso. Como se fosse uma questão muito simples. Precisamos fazer um  
2838 levantamento de quantos CRAS nesse estado na área rural existem, quantos  
2839 realmente atende a área rural. Fazendo uma consideração aqui na apresentação da  
2840 Elizabeth Leitão quando ela apresenta o projeto Cuidar ele é possível através de uma  
2841 parceria com uma entidade da sociedade civil. A associação de cuidador de idosos é  
2842 da sociedade civil. Conversas fora do microfone. Eu estou dizendo o seguinte a  
2843 necessidade que o poder público ainda tem da parceria com as entidades para poder  
2844 executar os serviços. Louvar o trabalho da Rosa em fazer essa pesquisa e vão surgir  
2845 mais questões ai as associações são comunitárias só uma, temos que nos debruçar  
2846 sobre as comunidades terapêuticas. Presidente: podemos considerar o  
2847 encaminhamento dado? Então eu vou cumprir tal qual foi normatizado.  
2848 Encaminhamento aprovado pelos conselheiros: Márcio, Sônia, Gilvânia, M<sup>a</sup> de Fátima,  
2849 Mario Roberto, Edma, José Fernando, Marta, Cristiane, Adenor, e Geraldo. 1.2 -  
2850 Exigência de órgãos públicos para entidades receber algum tipo de recurso, mediante  
2851 inscrição no CMAS, mesmo não podendo mais ser caracterizada como de Assistência  
2852 Social. CMAS de Montes Claros – informa que o SERVAS, a Receita Estadual (para  
2853 isenção da taxa de incêndio) e emendas parlamentares, exigem das entidades a  
2854 apresentação da inscrição no CMAS, porém algumas delas não podem mais,  
2855 conforme Resolução 16/2010, serem inscritas. O CMAS solicita orientações de como  
2856 deve proceder mediante essas situações. Sugestão de encaminhamento: 1) O CEAS  
2857 em parceria com a SEDESE encaminhar correspondência circular para todos os  
2858 órgãos públicos, autarquias, empresas públicas e etc., que defina para concessão de  
2859 algum tipo de benefício ou subvenção para entidades, critérios que incluem a inscrição  
2860 em CMAS. O conteúdo desta correspondência será as diretrizes da Resolução

2861 016/2010 do CNAS, a Lei 12.101/2009 e o Decreto 7.237/10; esclarecer a estes  
2862 órgãos que eles também deverão se adequar os seus critérios a estas novas  
2863 legislações. 2) Informar ao CMAS de Montes Claros sobre as ações que o CEAS tem  
2864 realizado no intuito de divulgar e solicitar aos demais órgãos públicos, autarquias,  
2865 empresas públicas e etc. a adequação das normativas em vigor. Orientar ao CMAS  
2866 que as entidades também devem apresentar a defesa ou argumentos da não  
2867 apresentação da inscrição no referido Conselho Municipal, em função da Resolução  
2868 016/2010. Em discussão: conselheira Cristiane: queria fazer só um comentário. Assim,  
2869 se nos fazemos isso estamos dizendo que só terão esses benefícios entidades de  
2870 assistência social quando na realidade entidades que trabalham com políticas sociais,  
2871 como educação e outras também podem usufruir desses benefícios. Na verdade, o  
2872 que temos que pedir aos órgãos é que em relação às entidades que não são de  
2873 assistência social que não devem exigir inscrição no conselho municipal de assistência  
2874 social e sim, outro documento que faça parte desse rol. Você entendeu Márcio?  
2875 Porque se a gente estabelece que só as autarquias deva se atentar para a Resolução  
2876 16 somente beneficiará entidades de assistência social que somente essas terão  
2877 inscrição no cmas. Na verdade, o que precisa é esclarecer a eles, por exemplo, que as  
2878 associações comunitárias rurais e outras não tem inscrição no conselho municipal e  
2879 nem por isso, deixa de ser um serviço relevante para a sociedade dentro da política  
2880 social. Se fazemos dessa forma a gente direciona para que entidades de assistência  
2881 social sejam beneficiadas. Presidente: quero fazer um comentário sobre essa  
2882 situação. Quando a Cristiane coloca isso eu quero ir mais afundo para haver uma  
2883 compreensão completa desse corpo aqui colegiado. Uma coisa é avançar na política e  
2884 separar das entidades de assistência social promovendo a política pública de  
2885 assistência social, a outra é você nesse meio de entidades que continuam fazendo  
2886 projeto, programa e serviço tanto é que foi deslumbrado isso na resolução 16 de  
2887 assistência social. Mais do que isso, se é essa a situação eu penso que vai ser “um  
2888 tiro no pé” e a prática vai mostrar, porque a nossa política pública ela é uma das  
2889 pernas das três da seguridade social ela não é compulsória. Lembremos que os entes  
2890 federados têm autonomia, a própria política descentraliza e dá autonomia aos entes  
2891 federados. Amanhã muitos municípios vão fazer o que? Usar a mesma verba nossa,  
2892 que poderia estar sendo aportada para a política pública de assistência a não ser o  
2893 repasse fundo a fundo, para essas entidades. Isso é uma coisa que vai acontecer para  
2894 frente e quero só ressaltar essa situação. Precisamos sim ajudar, contribuir nesse  
2895 processo, ai eu penso que ali tá equivocado. Penso eu Márcio, a gente colocar que  
2896 deve ser observado. Não, não deve ser observado. Não tem que ser. Se está excluído  
2897 da política pública não tem de ser. Salvo a situação de ele ter lá dentro um projeto,  
2898 programa, serviço que cumpre tudo aquilo que determina a lei orgânica para um  
2899 projeto, programa, serviço de assistência. Conselheira Elizabeth: eu acho que a fala  
2900 da Cristiane vem esclarecer, mas acho que a proposta do Márcio não está totalmente  
2901 equivocada. Porque na Resolução 12.101 de 2009 que é a lei do servas tá dizendo  
2902 que educação trata da educação, a assistência social trata da assistência social e a  
2903 saúde trata de saúde. Então, as entidades que tinham a filantropia todas iam para o  
2904 mesmo lugar. Agora elas vão para três lugares. Então, eles tem que ver isso não só  
2905 como de assistência social. Tem de criar um mecanismo de exigir ao conselho  
2906 municipal de saúde, educação essa certificação dessa inscrição. Por outro lado, a  
2907 gente sabe que podemos inscrever também programas, projetos e benefícios, então,  
2908 nos temos fazer este tipo de alinhamento. Presidente: eu só quero dizer o seguinte, a  
2909 fala da Cristiane e a minha e o que a Beth traz agora não invalida a fala não. O que a  
2910 gente precisa é dá esse detalhamento da resolução, porque senão fica confuso.  
2911 Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima: a resolução 16 sofreu mais três modificações. Teve a  
2912 33/2010 teve a 10 que is mudar o prazo até maio e agora já tem outra mudança na  
2913 resolução 14 menos de uma semana já teve duas mudanças. Começamos a fazer  
2914 uma discussão com as entidades e temos que falar das alterações. Conselheira  
2915 Cristiane: uma outra questão que eu lembrei e que precisamos nos atentar porque eu

2916 imagino que essas concessões estou me atentando a questão da isenção da taxa de  
2917 incêndio ela deve ter uma regulamentação que estabelece quais são os critérios para  
2918 quem que é. Agora se está estabelecido de fato ai eu concordo com a Beth que são  
2919 entidades de assistência social ai não há o que se discutir, mas se está descrito lá que  
2920 são entidades da política social ou que desenvolva um trabalho em outras áreas ai  
2921 nesse sentido que eu falo que não podemos ... conversa fora do microfone. Não pode  
2922 estabelecer que o órgão se atente a resolução, porque senão ele vai só conceder a  
2923 entidades de assistência em detrimento de outras que possam usufruir desse  
2924 benefício. Porque isso tem de ficar claro a ele a exigência de uma inscrição no  
2925 conselho de assistência social restringe a participação de outras entidades e que isso  
2926 causa um constrangimento aos cmas. Começa as entidades a quererem a inscrição  
2927 porque querendo ou não, a isenção de uma energia elétrica faz diferença, faz uma  
2928 entidade fechar ao cortar essa isenção. Eu quero saber qual é o impacto para os  
2929 usuários com o fechamento de uma entidade. Conselheiro Márcio: a nossa intenção é  
2930 realmente está publicizando a questão da inscrição no cmas da resolução 016.  
2931 Entendemos que a 12.111/2009 é sobre a certificação. O decreto regulamenta a  
2932 própria lei da certificação também para que os órgãos, os entes públicos têm ciência  
2933 dessas novas normativas e começam a refletir sobre os critérios que estão adotando.  
2934 Então, nossa intenção é tentar disseminar essa nova normatização para que a gente  
2935 tenha diminuído esses problemas que estão sendo levantados pelo CEAS. Nós só  
2936 tomamos conhecimento dessa situação a partir do momento que há uma denúncia  
2937 referente a essa necessidade de adequação a inscrição no cmas dessas entidades.  
2938 É uma ação preventiva que possamos estar desenvolvendo. Então, nesse sentido que  
2939 a comissão trouxe para a plenária. Conversas fora do microfone. Não. Eu acho que é  
2940 mais justificando o porque e o fato é que estaremos acatando todas as sugestões aqui  
2941 e aprofundando para que possamos melhorar esse encaminhamento. Presidente: a  
2942 correção vai ser feita agora ou depois? Como vocês preferem? Conversas fora do  
2943 microfone. Técnica Rosalice: nós tiramos "esclarecer a esses órgãos que eles também  
2944 deverão se adequar seus critérios a essas novas legislações". O que estávamos  
2945 pensando deixar que essa correspondência tem sim as diretrizes da 16, da 12.111,  
2946 mas considerando tudo isso que foi falado na plenária sem tá orientado que esses  
2947 órgãos se adéquem a essa legislação. Presidente: para mim era só uma vírgula  
2948 naquilo que for pertinente. Porque mesmo que a gente coloque não sabemos qual  
2949 será a interpretação que vai ser dada lá. Então, eu penso que é detalhar mesmo. No  
2950 que diz respeito a separação para o alcance da certificação nos ministérios ainda sim,  
2951 colocar que se for de educação e saúde eles tem o direito quando se tratar de projeto,  
2952 programa e serviço de fazer a inscrição. E não cumprir o que determina a lei orgânica  
2953 para financiar ou dizer que é uma entidade de assistência social. Se a gente não  
2954 detalhar podemos passar aperto. Conselheira Cristiane: somente duas questões. Eu  
2955 ainda penso que precisaríamos fazer uma discussão com esses órgãos da  
2956 necessidade de solicitar a inscrição, porque na verdade quando vamos estudando a  
2957 resolução 16 percebemos para que serve a resolução no cmas não é para esse tipo  
2958 de concessão. A inscrição no cmas é exatamente para que o conselho municipal saber  
2959 da sua rede, exalar pela ampliação de serviço para que possa capacitar sua rede. Os  
2960 órgãos acabem utilizando um documento que não foi criado para isso. A inscrição no  
2961 cmas não foi criado para dar isenção, filantropia, para nada disso, quem certifica são  
2962 os ministérios e isso, causa uma confusão danada. Presidente: contando Cristiane que  
2963 temos de ressaltar a inscrição é condição sequicano para atingir para atingir a  
2964 certificação. Conselheira Cristiane: só para o MDS, para outros ele não existe.  
2965 Conversas fora do microfone. Ai tem outra questão que a Elizabeth chamou a atenção  
2966 os conselhos de educação e saúde não inscrevem. Então, a gente indicar para que  
2967 procurem os conselhos, também não vai adiantar, porque a lei não garantiu isso.  
2968 Então, ...não nem o conselho vai certificar. Conselheira Gilvânia: ai eu fiquei  
2969 preocupada, vocês vão manter o encaminhamento da correspondência aos órgãos  
2970 públicos que solicitam a inscrição no conselho municipal? Presidente: o

2971 encaminhamento é esse. Eu diria que mais que a correspondência, eu diria ...  
2972 Conselheira Gilvânia: na linha de raciocínio da Cristiane seria melhor aprofundar essa  
2973 discussão com quem o cmas de Montes Claros está dizendo que pede essa inscrição  
2974 no conselho para ver a questão das exigências específicas. Conselheiro Márcio: a  
2975 sugestão das técnicas da SE que possamos fazer um aprofundamento dessa questão,  
2976 identificar em cada um desses órgãos quais as necessidades do cmas para que  
2977 possamos trazer isso na próxima plenária e discutir com mais propriedade. Presidente:  
2978 eu só pediria Márcio que mais uma vez é recorrente. Nós vamos começar a fazer  
2979 conferência e ter esse barulho não tenham dúvidas e ai nos vamos estar preparados  
2980 para dar uma resposta de uma certa forma mais ou menos padronizada se esperamos  
2981 a próxima plenária? Precisamos fazer essa discussão em um tempo mais rápido. O  
2982 que eu quero sugerir é que a comissão marque uma reunião extraordinária da  
2983 comissão e os conselheiros que puderem contribuam no processo. Conselheiro  
2984 Márcio: a intenção é que na próxima plenária nos já teremos substância suficiente  
2985 para já dar esse encaminhamento. Então, intenção é fazer essa pesquisa esse  
2986 levantamento e trazer para a próxima plenária. Presidente: o encaminhamento está  
2987 bom e quero solicitar aos conselheiros que quem tiver de contribuir, por favor,  
2988 participe. Ou quem quiser contribuir, por meio eletrônico, se não puder vir fisicamente.  
2989 Vocês tem de entender a importância desse tema, porque senão vamos sofrer  
2990 conseqüências nas conferências municipais. Pode continuar Márcio. **1.3 – Ofício**  
2991 **Circular nº 10/2011/CC/PRES/CNAS** - Solicita que o CEAS planeje suas atividades  
2992 visando potencializar ações de acompanhamento e de orientação aos CMAS para  
2993 efetivar a implementação da Resolução 16/2010; Já realizamos a Plenária Ampliada, a  
2994 Tele Presencial organizada pela Sedese, envio de correspondências e e-mails,  
2995 discussão e debates via URCMAS's. Sugestão de encaminhamento: Responder ao  
2996 CNAS informando às ações que o CEAS em parceria com a SEDESE já realizou.  
2997 Aprovado. 2) Resolução CEAS nº 336/2010 (Resolução de Denúncia e Recurso): -  
2998 Conforme deliberação da Mesa Diretora, os conselheiros José Ismar e Marcelo  
2999 Armando, avaliaram a Resolução do CEAS nº 336/2010, que “dispõe sobre os  
3000 procedimentos aplicáveis no processo de análise e apuração de denúncias e dos  
3001 recursos em relação à inscrição de entidades recebidos no CEAS”, e comparando o  
3002 seu conteúdo com a Resolução do CNAS nº 04/2011, que dispõe sobre às denúncias  
3003 recebidas no CNAS. Sugestão: Os conselheiros sugerem alteração da Resolução nº  
3004 336/2010, que dentre outros aspectos, separar em duas resoluções o processo de  
3005 denúncia dos processos de recursos recebidos no CEAS. Sugestão de  
3006 encaminhamento: Encaminhamento: enviar por e-mail as minutas para todos os  
3007 conselheiros. Prazo para destaques: Até o dia 12/05/2011. Aprovado. 3) USINAS /  
3008 PAS BARRAGEM: 3-1 - PCH TROIA - Conforme apresentado na última reunião da  
3009 Comissão, foi protocolado no CEAS no dia 11/03/2011, as seguintes correspondências  
3010 e solicitações: - Prefeitura de Leandro Ferreira: solicitando alteração do PAS da PCH  
3011 Tróia; ao invés da implantação do Posto de Atendimento Social solicitam que o  
3012 empreendimento financie R\$30.000,00 a ser gasto com compra de mobiliário entre  
3013 outras ações, para implantação do CRAS municipal. - Prefeitura de Bom Despacho:  
3014 solicitando alteração do PAS da PCH Tróia; ao invés da implantação do Posto de  
3015 Atendimento Social solicitam que o empreendimento transfira recursos financeiros  
3016 (R\$40.000,00) para manutenção do abrigo de menores do município. - Empresa  
3017 LuzBoa S.A: informando sobre os ofícios recebidos pelas Prefeituras e solicitando  
3018 análise e deliberação do CEAS sobre o assunto. **Contexto do que foi aprovado pelo**  
3019 **CEAS:** O PAS da PCH Tróia foi aprovado pelo CEAS em dez/2010, constou no PAS: -  
3020 Implantação de um Posto de Atendimento Social no município de Bom Despacho e  
3021 equipado uma sala no CRAS de Leandro Ferreira, para o atendimento da equipe  
3022 multidisciplinar da PCH Tróia. - Número de atingidos pela usina: 8 propriedades, sendo  
3023 02 do município de Leandro Ferreira (Margem Direita do rio) e 06 do município de Bom  
3024 Despacho (Margem Esquerda do rio). Cumprindo a deliberação da 157ª Plenária  
3025 Ordinária do CEAS, ocorrida no dia 18/03/2011, foi realizada reunião com o CMAS de

3026 Bom Despacho e o CMAS de Leandro Ferreira no dia 04/04/2011, com o gestor de  
3027 assistência social, técnicos do CRAS para apreciação conjunta entre representantes  
3028 dos municípios, com os Conselheiros Estaduais Edir Petrucelli e Volney, e a técnica  
3029 Rosalice Tassar do CEAS/SEDESE, sobre as propostas das prefeituras locais.  
3030 Sugestão de encaminhamento: A partir da reunião com os CMAS de Leandro Ferreira  
3031 e Bom Despacho, sugere-se a este CEAS não aprovar a alteração proposta pelo  
3032 empreendedor em substituição a implantação dos postos de atendimento social e  
3033 manter o que foi aprovado pela Resolução nº 348/2010, manifestando sua decisão por  
3034 meio de ofício ao empreendedor. Aprovado, conselheiros: Márcio, Sônia, Gilvânia, M<sup>a</sup>  
3035 de Fátima, Edma, Marta, Cristiane, Adenor, Elizabeth e Geraldo. 3-2 – PCH's Boa  
3036 Vista, Retiro, Cachoeira da Fumaça e Pirapitinga: Solicita a suspensão do  
3037 funcionamento dos 2 Postos de Atendimento Social pelo prazo de 12 meses. Justifica  
3038 a solicitação pela dificuldade em conseguir financiamento para viabilizar esses  
3039 empreendimentos. Sugestão de encaminhamento: Solicitar manifestação dos CMAS  
3040 sobre o impacto a ser gerado caso ocorra à suspensão das atividades dos 2 Postos de  
3041 Atendimento Social. Somente complementando, de acordo com as informações  
3042 nenhuma atividade foi, ainda, iniciada nos municípios de obra. Em discussão: eu iria  
3043 perguntar exatamente isso, se não houve nenhuma ação e nem negociação de terras?  
3044 Conversas fora do microfone. Conselheiro José Fernando: quero saber se é pirapi ou  
3045 pirapetinga? Conversas fora do microfone. Então me sinto contemplado, porque se  
3046 fosse “petinga” a coisa é esquisita nesse lugar ai. Conselheiro Adenor: eu comentei  
3047 com a Cristiane ... conversas fora do microfone. Que eu continuo ficando preocupado  
3048 cada vez mais que está sendo recorrente a questão de se mudar o foco em relação o  
3049 posto social. É muito preocupante mudar o foco e agora está pedindo para construir  
3050 abrigo municipal. Concelheira Cristiane: é só para constar em ata porque eu fiz a  
3051 pergunta quais são os municípios e a Leila respondeu. Coroaci, Governador Valadares  
3052 e Sardoá. Aprovado. 3-3 - FISCALIZAÇÃO DOS POSTOS DE ATENDIMENTO  
3053 SOCIAL - Retorno da fiscalização dos Postos de Atendimento Social / Para votação  
3054 em plenária: PCH Osvaldo Vicintin – Conselheira Cristiane Nazareth - A conselheira  
3055 considerou que o Posto foi implantado. Conselheira Cristiane: eu estive nos municípios  
3056 de Augusto de Lima para fazer a fiscalização e constatamos que o posto estava em  
3057 funcionamento. Apresentação das fotos. PCH Quinquim - Conselheiro Adenor  
3058 (Empresa Peixe Energia) - Sugestão de ações para o CEAS: confirmar se o advogado  
3059 foi contratado, confirmar se já iniciaram as negociações de terras e benfeitorias, se  
3060 houve mudança do endereço do Posto, solicitar que os CMAS se manifestem sobre as  
3061 ações executadas pelo Posto, se a equipe técnica do Posto já realizou a reunião com  
3062 os conselhos de direitos dos municípios atingidos. Conselheiro Adenor: está somente  
3063 como conselhos de direitos? É conselhos de assistência e de direitos porque nos  
3064 entendemos que envolve criança e adolescente, inclusive o conselho tutelar eles  
3065 participam do cmas. A sugestão foi que eles fizessem reunião comum. Conversas fora  
3066 do microfone. Apresentação de fotos. Técnica Leila: gostaria de lembrar a todo mundo  
3067 que essa PCH tem 92 famílias que foi aprovado um PAS onde teria o posto de  
3068 atendimento aberto em 30 dias com duas assistentes sociais e um profissional de  
3069 psicologia e no dia da visita conforme o conselheiro disse somente tinha uma  
3070 profissional que na nossa resolução 131 que aprovou este PAS tem claro as coisas  
3071 que o posto deve funcionar. Então assim, só para mostrar que tipo de posto estamos  
3072 querendo também. Conselheira Cristiane: acho que estamos nesse processo de  
3073 aprendizado em relação às PCH, eu acho que temos que louvar esse processo que o  
3074 conselho está fazendo de monitoramento de fato. Acho que não são semelhantes não.  
3075 A Osvaldo Vicintin ela tem três propriedade atingidas sendo que uma é do próprio  
3076 empreendedor e duas são negociadas. São grandes propriedades o empreendimento  
3077 está a 20 km ou mais do distrito mais próximo que é o de Conselheiro Mata, então,  
3078 acho que não podemos usar a mesma avaliação. Chama-me a atenção porque nem o  
3079 arquivo estava lá. Não estamos constatando se o posto está aberto, mas sim se está  
3080 funcionando. Conselheira Elizabeth: o nosso papel é vê não está funcionando, pode

3081 ter um indicativo de local e temos esperança de que a moça seja uma assistente  
3082 social. Conselheiro Adenor: esperança não. Ela se identificou e tá no relatório. Vozes  
3083 sobre postas. - PCH Sumidouro – Conselheira Maria de Lourdes (Empresa Peixe  
3084 Energia) - a conselheira considerou que o Posto não foi implantado. Sugere que o  
3085 CEAS encaminhe ofício ao empreendimento. A técnica Leila faz uma breve leitura do  
3086 relato do relatório feito pela conselheira Maria de Lourdes: visita realizada no  
3087 municípios de Conceição do Mato Dentro no intuito de verificar o funcionamento do  
3088 PAS aprovado pelo CEAS. Ela escreve assim: “me deparei com um estado de inércia,  
3089 pois a equipe que estava no local não estava desenvolvendo nenhuma ação referente  
3090 ao que consta no PAS. Não existe nenhuma estrutura do posto e o local é uma  
3091 garagem de uma residência que durante o dia recebe uma mesa e algumas cadeiras e  
3092 os profissionais contratados permanecem lá durante todo o dia. Esses profissionais  
3093 relataram que como o empreendedor não obteve a licença de instalação não se tomou  
3094 nenhuma providência com relação à execução das obras. No local o único  
3095 atendimento é para obtenção de informações de quando iniciará a construção da  
3096 usina” - entre parênteses (bate papo) Fui informada que devido a grande exploração  
3097 feita pelas mineradoras no local que são aproximadamente 12 está havendo  
3098 dificuldade do empreendedor em conseguir alugar um local adequado e o mesmo vem  
3099 sendo realizado nessa garagem. Com relação ao cmas os técnicos me informaram  
3100 que o mesmo não está funcionando devido a questões políticas, pois o novo prefeito  
3101 foi empossado em fevereiro de 2011. Encaminhamento sugerido pelo conselheiro:  
3102 enviar ao empreendedor um ofício cobrando as ações propostas no PAS com vistas a  
3103 garantia da proteção social.” Técnica Leila: ela considera que o posto não estava  
3104 funcionando, considera que no local é uma garagem com uma mesa duas assistentes  
3105 e uma psicóloga. A identificação é imperceptível, não tem internet, não tem  
3106 impressora, não tem arquivo, não tem telefone, não tem computador. Nenhum  
3107 programa foi iniciado. Presidente: bem pessoal, eu penso que não é perda de tempo  
3108 não, penso que é gasto de tempo para entender o que queremos dessa política  
3109 pública. Agora, compactuar com essa falta de comprometimento dos empreendedores,  
3110 com a degradação e vulnerabilidade que trazem a política pública é brincar com este  
3111 conselho. A minha sugestão é que este conselho não aprove nenhuma situação dessa  
3112 natureza porque vamos estar degradando a própria compreensão e tornando de forma  
3113 explícita o equívoco desse conselho em aprovar este tipo de coisa. Técnica Leila: eu  
3114 só queria lembrar que a gente deliberou por fazer a fiscalização desses postos  
3115 justamente pelas fotos que eles mandaram para a gente. Presidente: somente para  
3116 concluir minha fala, minha sugestão é que este conselho não compactue com este tipo  
3117 de degradação que estes empreendedores estão querendo impor e vencer a gente  
3118 pelo cansaço. Conselheiro Adenor: eu só queria complementar quando coloco que na  
3119 minha percepção o posto está aberto continuo porque para mim está aberto. Como  
3120 disse se está funcionando é outro caso. Agora, o que mais me assusta é que eu não  
3121 fui só no posto eu fui também no poder público local da qual a gestora local ela é  
3122 presidente e conselheira do conselho de assistência daquela cidade e ela me informou  
3123 que recebeu a equipe técnica do posto social e falar que está na cidade fazendo esse  
3124 trabalho, esse levantamento referente aos atingidos e que fez este levantamento de  
3125 88%. Só mais uma vez frisar isso porque senão dá impressão que a gente foi e que  
3126 fez o serviço de maneira errônea. Agora, se na outra cidade é da mesma empresa e  
3127 tá nessa condição eu coloco da mesma forma como coloquei ai. Nós não temos que  
3128 aprovar nada aqui para depois dá problema como em outras. Só que o seguinte não  
3129 pode virar para a pessoa e falar assim, não eu vou dá pau em você só porque você  
3130 não está adequado. Técnica Leila: e já que nos dois casos ele alega que está em  
3131 processo de obtenção da LI e que nos aprovamos o PAS de ambos os processos em  
3132 nossa antiga resolução que é a 131 que durante esse prazo eles se adéqüem a nova  
3133 resolução que é a 317 já que eles têm o profissional que façam um novo diagnostico  
3134 que acompanhe, porque ai nos vamos ter como cobrar outros projetos mais  
3135 avançados que é o que a gente trouxe na resolução 317. Então, é uma sugestão para

3136 votação. Presidente: eu gostaria de incluir nessa sugestão de encaminhamento que a  
3137 SE faça o levantamento dos empreendedores de investimentos em todo o Estado. 3.4  
3138 - ACOMPANHAMENTO DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADE - Conforme deliberado  
3139 pela Mesa Diretora, foi encaminhado para todos os empreendimentos com PAS  
3140 aprovados, solicitação de envio dos relatórios de atividades. Contextualização: -  
3141 Enviamos no mês de março/2011, 38 correspondências cobrando os relatórios de  
3142 atividades. - Prazo para envio do relatório: 29/04/2011. Situação: Empreendimentos  
3143 que não responderam ao ofício; Nº de empreendimentos 09; Encaminhamentos  
3144 sugeridos pela Comissão de Normas: Tentar novo contato com o empreendedor e  
3145 solicitar atualização do PAS. Presidente: ok. Acho que está bem encaminhado, vocês  
3146 viram que o percentual ai é de 25% que não cumpriu ou pelo menos não responderam  
3147 a situação. É isso? Tem alguém contrário? Não. Ok. Pode continuar.  
3148 Empreendimentos que responderam - TOTAL 29 empreendimentos, desses 09 não  
3149 possui LI, 06 possui a LI, mas não iniciaram as obras, 13 tem ação cumprida pelo  
3150 empreendedor. Relatório a ser analisado pela SE/CEAS. Encaminhamento sugerido:  
3151 Solicitar ao empreendimento atualização do PAS em conformidade com a Resolução  
3152 317/2010, por descumprimento dos pressupostos da Resolução 131/2007. Prazo a ser  
3153 concedido ao empreendimento para protocolo do documento: Até 05/09/2011.  
3154 Presidente: eu gostaria de entender este prazo, porque até setembro. Conselheiro  
3155 Márcio: este prazo foi em relação a alteração do PAS, atualização da resolução 317  
3156 para que o empreendimento adequasse todo o plano de assistência dentro dessa  
3157 conformidade da qual define a resolução 317. Presidente: isso quer dizer que ai tem  
3158 uma penitência nossa por ter dado uma aprovação lá atrás, então, nós estamos sendo  
3159 complacentes com eles e ao mesmo tempo fazendo uma penitência de um equívoco,  
3160 mas de qualquer maneira acho que é válida a idéia e a gente acompanhar bem de  
3161 perto. Conselheiro Márcio: lembrando que tem PAS dentro desse conjunto que foi  
3162 aprovado no ano de 2005, 2006, então, a gente precisa fazer uma atualização desses  
3163 espaços para que possamos ter um olhar mais apurado daqui pra frente. Presidente:  
3164 quero aproveitar e fazer um comentário rápido e chamar a atenção nossa mais uma  
3165 vez. Talvez o direito mais violado dos atingidos seja o de ordem emocional e  
3166 psicológica que é a retirada de uma propriedade onde já existia um afincado, um amor,  
3167 uma situação dessa ordem e esse direito ele não consegue ser ressarcido por bem  
3168 material e/ou econômico. E pelo fato de não ter a LI isso não descaracteriza a violação  
3169 do direito ao contrário, é um sofrimento que é postergado. Essa experiência nossa  
3170 precisa ser traduzida nas próximas aprovações com muita seriedade e muita  
3171 compreensão. Conselheiro Márcio: os outros casos que são notificados pelo CEAS é  
3172 um empreendimento, é sugestão, aguardando retorno do ofício encaminhado a  
3173 SUBAS sobre a implantação do SUAS no município de Carvalhos. Técnica Leila: este  
3174 é CGH Boa Vista no município de Carvalhos, foi pactuado que o empreendedor ele  
3175 arcaria com o aluguel do CRAS por 1 ano no município de Carvalhos foi aprovado aqui  
3176 no CEAS só que o gestor informou que o município não tem interesse apesar de  
3177 receber recurso federal R\$ 4500,00/mês, ele não quer implantar o CRAS. Mandamos  
3178 uma correspondência para a sedese cobrando ações pertinentes e estamos  
3179 aguardando retorno porque o empreendedor mandou a correspondência querendo  
3180 saber o que fazer. Conselheira Gilvânia: a resposta está comigo, porem não deu  
3181 entrada ainda, então, foi apenas comentar. O município não pode não querer ele já fez  
3182 o aceite no sistema. Ele tem até 31 de maio, cabe a sedese insistir com ele nessa fala  
3183 que você está me trazendo. Presidente: mais uma vez é bom a gente lembrar que  
3184 quando ele fala que não quer ele se sente dono dos beneficiários e usuários daquele  
3185 município. O fato dele não querer é não dar a contrapartida para o sistema e isso quer  
3186 dizer então que deixa de ter o usuário e o beneficiário naquele município? Esses  
3187 usuários serão prejudicados por uma vontade política? Agora mais uma vez eu chamo  
3188 a atenção que ai vai à consciência do voto que não tem preço tem consequência. **c)**  
3189 **Apoio** - conselheiro Adenor: 1) – Itens para deliberação: a) Itens repassados à  
3190 Comissão de Apoio pela Comissão de Orçamento - para acompanhamento - extraídos

3191 do Relatório Trimestral de Atividades do FEAS, (conforme deliberado na 157ª  
3192 Plenária, em 17/03/2011). a.1) Em relação aos municípios que não aderiram a  
3193 expansão do CRAS/PAIF, foi detectada as seguintes situações: a.1.1) 11 municípios  
3194 que o CMAS não manifestou seu parecer quanto a adesão: Botelhos; Claraval; Delfim  
3195 Moreira; Ewbanck da Câmara; Itambé do Mato Dentro; Marmelópolis; Morro do Pilar;  
3196 Paraisópolis; Porto Firme; Ritópolis; Soledade de Minas. a.1.2) O CMAS/Tapiraí não  
3197 aprovou a adesão, justificando que o município não conseguiria alterar sua gestão  
3198 para básica, em tempo hábil. a.1.3) 05 municípios não realizaram o Termo de Aceite:  
3199 Alto Caparaó, Antônio Carlos, Santa Cruz de Minas, Silvianópolis, e Turvolândia. a.2)  
3200 municípios prioritários que, ainda, se encontram em Gestão Inicial e as dificuldades  
3201 apresentadas para que fosse feita a mudança de gestão, (verificar Planilha/SEDESE  
3202 atualizada em 04/04/2011 – 39 municípios). a.3) O Município de Esmeraldas apesar  
3203 ter preenchido o Censo de 2010 permanece com o co-financiamento do Piso Fixo de  
3204 Média Complexidade - PFMC suspenso. a.4) O Município de Itatiaiuçu, cujo co-  
3205 financiamento também está suspenso não preencheu o Censo demonstrando o  
3206 funcionamento da unidade. a.5) O município de Ibité, também, permanece com o co-  
3207 financiamento suspenso do PFMC III – medidas socioeducativas – pela ausência da  
3208 oferta de serviços. a.6) o CMAS dos municípios de Carlos Chagas e Mutum não  
3209 aprovaram (em outubro/2010 relativo a 1ª etapa do aceite pelo gestor, em junho) o  
3210 aceite ao co-financiamento para o Programa de Atendimento Especial a Família e o  
3211 Indivíduo - PAEFI, por entender que o município precisa estruturar melhor a oferta de  
3212 serviços no CRAS antes de implantar o CREAS. a.7) O CMAS de Uberlândia recusou  
3213 (em outubro/2010) a oferta de co-financiamento para o CREAS para População de  
3214 Rua - CREPOP (relativo a 1ª etapa do aceite pelo gestor, em junho), em consonância  
3215 com o órgão gestor, devido a dificuldades do município em compor equipe técnica  
3216 para a oferta do serviço. a.8) Dos 34 municípios que tiveram a oferta de expansão - 2ª  
3217 etapa - para os serviços do PAEFI, 24 não realizaram o aceite (Brumadinho,  
3218 Camanducaia, Candeias, Carandaí, Coromandel, Guanhões, Lajinha, Machado,  
3219 Manga, Mirabela, Paraguaçu, Pitangui, Prata, Sacramento, Santa Margarida, Santo  
3220 Antônio do Amparo, São Domingos do Prata, São Vicente de Minas, Sarzedo,  
3221 Simonésia, Tombos, Tupaciguara, Ubá e Uberlândia). Dos 10 municípios que  
3222 aceitaram a oferta do cofinanciamento, o CMAS dos municípios de Bicas e Itacarambi  
3223 não se manifestaram no SUAS web. a.9) Dos 3 municípios que tiveram oferta de  
3224 expansão - 2ª etapa - para os serviços de Medida Sócio Educativa - MSE, apenas  
3225 Uberlândia não fez o aceite. a.10) O Município de Ribeirão das Neves fez o aceite do  
3226 co-financiamento para o CREPOP, entretanto, o CMAS recusou a oferta justificando a  
3227 ausência do público para acessar esse serviço. a.11) Em relação ao Piso Variável de  
3228 Média Complexidade - PVMC, os municípios de Congonhas do Norte e Resende  
3229 Costa permanecem com o repasse suspenso tendo em vista que não acessam o  
3230 Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço  
3231 Socioeducativo - SISPETI - para informar sobre a oferta do serviço, porém mantém a  
3232 identificação de situação de trabalho infantil no CAD-Único. Encaminhamento: 1)  
3233 Enviar ofício específico a cada CMAS e item acima, solicitando ao mesmo,  
3234 informações sobre os motivos que levaram ao não cumprimento dos pontos  
3235 elencados, com prazo de 30 dias para resposta; 2) Enviar ofício a cada CMAS,  
3236 informando sobre oficina de trabalho para tratar das questões apontadas acima, e  
3237 esclarecer que a não participação poderá implicar no encaminhamento dos fatos à CIB  
3238 para avaliação da habilitação do município. Na soma dos municípios apontados pelos  
3239 itens acima, temos cerca de 100, assim, a proposta para a Oficina seria: 3 encontros  
3240 (07/07: manhã e tarde e 08/07: manhã) com participação de aproximadamente 35  
3241 municípios por turno (3 participantes por município: 1 sociedade civil + 1 governo + 1  
3242 Secretaria Executiva). Aprovado pelos conselheiros: Geraldo, Márcio, Sônia, Gilvânia,  
3243 Mª de Fátima, Mario Roberto, Edma, José Fernando, Marta, Cristiane e Adenor. **a.12)**  
3244 **Em relação ao co-financiamento estadual para CREAS** - investimento, não foi  
3245 possível efetivar o processo de Manhuaçu, pois o município continua bloqueado no

3246 SIAFI. Também, não foi possível efetuar o repasse para o município de Matozinhos,  
3247 devido a erro no número da conta bancária fornecido, sendo tal despesa inscrita em  
3248 "restos a pagar". Encaminhamento: definido por somente informar a situação ao  
3249 CMAS. Presidente: somente faço uma ressalva que quando fala encaminha ao  
3250 município precisamos entender para o órgão gestor ou... Vozes justapostas.  
3251 Conselheiro Adenor: ao CMAS. Presidente: conselheira Gilvânia vai apurar se houve  
3252 equívoco na informação vinda da SEDESE. b) CMAS/Formiga - b.1) "Convite, por  
3253 parte de uma conselheira do "COMAS" de Formiga para o CEAS e SEDESE  
3254 participarem de reunião, "sem dizer que é do CEAS, para verificar as condições de  
3255 funcionamento do Conselho". As reuniões são realizadas no corredor de circulação da  
3256 Prefeitura, não tem secretária executiva, que há convocação com pauta de "pedidos  
3257 de verbas", mas sem nenhuma prestação de contas depois". b. 2)  
3258 Conselheiro/Sociedade Civil solicitando intervenção do CEAS junto ao gestor  
3259 municipal sobre a não existência de Secretaria Executiva, de Plano Municipal de  
3260 Assistência Social, de Diagnóstico para implantação dos CRAS, de acessibilidade nos  
3261 CRAS e de capacitação para os conselheiros. Encaminhamento: enviar ofício aos  
3262 CMAS de Formiga, Diamantina e Boa Esperança colocando que diante das questões  
3263 acima apontadas, quais foram as medidas adotadas pelo Conselho para resolver a  
3264 situação. A resposta do CMAS deverá ser deliberada em sua plenária. Ainda,  
3265 convocar 2 membros do CMAS e um da Secretaria Executiva para reunião no CEAS  
3266 para tratar dessas questões, com data a ser definida através da SE. Presidente: são  
3267 denúncias e como tal convocar os conselheiros para vim aqui para colocar isso não  
3268 penso que é a melhor maneira de tratar isso não. São denúncias que estão  
3269 acontecendo, eu penso que é pedir a SEDESE para estar presente nos municípios,  
3270 fazer a fiscalização e um plano de providências ou senão a fiscalização direta. Ali já é  
3271 denúncia, chamar os conselheiros aqui penso que não traz a eficácia necessária.  
3272 Conselheiro José Fernando: em relação a Formiga eu queria somente pontuar que  
3273 não me lembro em qual plenária que a nossa comissão já tirou alguns  
3274 encaminhamentos em relação a constatação dessa situação, como eu me afastei e  
3275 não estive ontem eu não sei o que... Agora aqui tem um procedimento a ser seguido  
3276 em si tratando de denúncia, então, é pegar a resolução e seguir o que está realmente  
3277 colocado nela. Inclusive, também, neste momento lembro que nessa comissão nós  
3278 abrimos a resolução para está pontuando. Conselheiro Adenor: só complementando a  
3279 Juanita colocou da seguinte forma: parece que no próximo dia 14 ou 15 ela vai estar  
3280 recebendo Formiga no gabinete dela para falar sobre os procedimentos apurados na  
3281 reunião anterior não trouxe esse recorte todo achando desnecessário porque ela já vai  
3282 atender o município pessoalmente. Conselheira Cristiane: em relação ao item c que  
3283 diz respeito às medidas socioeducativas a correspondência que recebemos do  
3284 Ministério Público a comissão de política também se debruçou sobre essa  
3285 correspondência, eu queria já colocar o encaminhamento que ai evita depois ter de  
3286 voltar na comissão de política que é exatamente o encaminhamento que está colocado  
3287 de enviar correspondência aos conselhos municipais de assistência social dos  
3288 respectivos municípios. Agora a gente colocou uma questão a mais que é  
3289 considerando que isso não teve está acontecendo só nesses municípios, deve estar  
3290 havendo essa questão das medidas socioeducativas em meio aberto nos outros  
3291 municípios também. Considerando que já vai haver uma capacitação em Cataguases  
3292 em relação as medidas socioeducativas em meio aberto a gente estava querendo uma  
3293 reunião com a comissão de apoio aos conselhos para tratar de encaminhamentos em  
3294 relação a essa questão das medidas socioeducativas nos CREAS no que diz respeito  
3295 ao controle social dos conselhos municipais. Então, além do envio de  
3296 correspondências aos dois municípios, nós queríamos já quem sabe na próxima  
3297 reunião das comissões ter um momento de discussão junto com a comissão de apoio  
3298 para saber as melhores orientações aos conselhos municipais no controle social das  
3299 medidas socioeducativas em meio aberto no CREAS. Presidente: eu penso que o  
3300 Fernando tem uma sugestão...conselheira Gilvânia quer manifestar? Conselheira

3301 Gilvânia: eu estou aqui pensando... vocês receberam essas denúncias de conselhos  
3302 municipais para conselhos estaduais e está colocando o encaminhamento de solicitar  
3303 a sedese a verificação das denúncias. Eu penso que a comissão ao ter discutido isso  
3304 que veio dos conselhos municipais ela pensou em devolver a questão aos conselhos  
3305 municipais para que ele exerça seu papel de controle. Foi por ai a discussão?  
3306 Conselheiro Adenor: passou por este caminho, mas eu entendi dessa maneira mais só  
3307 que não houve essa discussão. Conselheira Gilvânia: sim. Eu faço esse raciocínio e  
3308 fico pensando se a todo momento vocês receberem uma denúncia de conselho  
3309 municipal a sedese for lá verificar essa situação nos tiramos o papel do conselho  
3310 municipal de controle social. E o estadual também na medida que o municipal chegou  
3311 até vocês. Eu gostaria de problematizar isso ai. Presidente: a minha fale até antes da  
3312 sua Gilvânia seria essa. Acho que o Fernando expressou... a gente precisa ali no  
3313 encaminhamento cumprir o que esta na resolução. E a resolução já prevê isso buscar  
3314 junta a sedese se já tem um plano de providência ou não e concomitantemente fazer  
3315 seu trabalho. Se não me falhe a memória está na resolução. Ai eu penso que a  
3316 deliberação é cumprir o que está na resolução. Observa-se isso e depois retifica. Pode  
3317 ser assim? Conversa fora do microfone. Presidente: sim, fica ressaltado o que a  
3318 Cristiane nos trouxe da comissão de política do encaminhamento lá dado. Prossegue  
3319 a comissão de apoio. Conselheiro Adenor:d) OF/SEDESE/SUBAS/SAS/DPE/219/2011  
3320 – solicitando que o CEAS, no exercício do controle social, notifique e assessorie o  
3321 CMAS/Santos Dumont, no sentido de fiscalizar e acompanhar o cumprimento do Plano  
3322 de Providências estabelecido entre a SEDESE e o Gestor Municipal, quanto a  
3323 regularização de situações insatisfatórias, referentes a irregularidades na execução do  
3324 PAIF e PAEFI, detectadas durante supervisão técnica realizada no município em  
3325 dez/2010 . Encaminhamento: Enviar ao CMAS ofício informando que o município  
3326 possui Plano de Providências, e solicitar informações de como estaria a situação do  
3327 mesmo, no que se refere aos pontos levantados como pendências, no Plano.  
3328 Aprovado pelos conselheiros: Adenor, Cristiane, Marta, Edma, Mario Roberto, M<sup>a</sup>  
3329 Fátima, Gilvânia, Sônia, Márcio e Geraldo; e) URCMAS/Curvelo – solicitando um  
3330 conselheiro do CEAS para orientar os integrantes da URCMAS sobre avaliação e  
3331 monitoramento de projetos, programas, serviços e benefícios do SUAS – dia 25/05 em  
3332 Curvelo. Encaminhamento: definir e verificar em plenária, ou seja, qual dos  
3333 conselheiros que teria que está indo. Em discussão: conversa fora do microfone.  
3334 Conselheiro Adenor; eu também tenho reunião da união de conselho e não quero ficar  
3335 afastado, até porque foi uma demanda da cidade de Esmeralda e eu coloquei ontem  
3336 ou hoje aqui pela manhã que é bem complicado. Presidente: algum outro conselheiro  
3337 se manifesta? Lembrando que a nossa plenária será dias 23 e 24. Conselheiro  
3338 Adenor: 23 e 24 e será mais um dia presidente, mais um dia ... A menos que a gente...  
3339 uma sugestão presidente é que a gente faça um contato com a cidade falando com  
3340 eles que nessa data não tem condição se pode ser para frente porque ai colocaria. Eu  
3341 estou entendendo aqui, presidente, que seria a data de reunião ordinária deles e estão  
3342 aproveitando para fazer isso. Considerando que todo o mundo está pedindo para  
3343 capacitar inclusive devido as conferências que estão vindo ai, eu acho que caberia  
3344 observar melhor. Presidente: pode ser. Alguém contrário? Na eminência de não ter  
3345 manifestação presente do conselheiro... tem de ser esta; f) URCMAS/Varginha –  
3346 solicitando informações quanto aos procedimentos para desmembrar a URCMAS  
3347 criando um microrregional do Circuito das Águas. Encaminhamento: definido da  
3348 Secretaria Executiva orientar a URCMAS quanto ao desmembramento. Conselheiro  
3349 Adenor: em conversa com o conselheiro Marcelo este informou não ter agenda e eu  
3350 falei que se for o caso e precisar desse conselheiro esta indo até essa localidade, se  
3351 tiver uma data e precisar da ajuda a gente eu ficaria a disposição para estar nos  
3352 convocando. Presidente: ok. O conselheiro Miguel que é da região vai manifestar a  
3353 data e acordando isso fica a disposição o conselheiro Adenor para estar atendendo.  
3354 Todos de acordo? Conselheiro Adenor: ponto g) CMAS/Extrema – solicitando palestra  
3355 em capacitação a ser realizada pelo mesmo. Encaminhamento: orientar o CMAS que o

3356 encaminhamento deverá ser feito junto a URCMAS/Varginha. Aprovado. h)  
3357 URCMAS/Almenara(Baixo Jequitinhonha) – Karla Pinheiro comunica seu desligamento  
3358 da diretoria da URCMAS e informa que a documentação que estava sob sua  
3359 responsabilidade estão disponíveis na Diretoria Regional/SEDESE, com Nice Amorim.  
3360 Encaminhamento: enviar ofício solicitando informações de como se deu a alternância  
3361 dos cargos em função da comunicação desse desligamento. Em discussão:  
3362 Presidente: eu só pergunto – enviar ofício a quem? Conselheiro Adenor: para a  
3363 URCMA daquela região. Presidente: precisamos saber se há outros coordenadores lá  
3364 porque ela se desligou. Conselheiro Adenor: ela se desligou e deixou o documento  
3365 com a Sra. Nice Amorim. Então, poderíamos enviar o ofício a Sra. Nice Amorim para  
3366 que ela nos informe se tem outros coordenadores. Presidente: lembrando que não  
3367 existe co- responsabilidade direta dentro das URCMAS com as regionais da SEDESE.  
3368 Conselheiro Adenor: concordo, mas uma vez que ela recebeu os documentos.  
3369 Presidente: tudo bem. Alguém contrário? Pode prosseguir conselheiro. Conselheiro  
3370 Adenor: i) E-mail/COGEMAS – repassando para conhecimento, cópia do ofício circular  
3371 5/2011, da Diretoria Executiva do Fundo Nacional/MDS, referente a exigência de  
3372 cadastramento dos Fundos Municipais no CNPJ; e Nota 114/2010 da Receita Federal,  
3373 na qual consta que “o fato de terem CNPJ, não enquadra os fundos de natureza  
3374 contábil na condição de pessoa jurídica, não sendo exigido deles Declaração de  
3375 Imposto de Renda...” Encaminhamento: enviar cópia desse Ofício Circular nº 05/2011,  
3376 bem como Nota nº 114/2010 da Receita Federal a todos os CMAS, para  
3377 conhecimento. Em discussão: Presidente: penso que está claro. Alguma manifestação  
3378 contrária? Conselheira Edma: existe uma declaração da Receita Federal chamada  
3379 instrução normativa que fala que o fundo deve ter CNPJ próprio, porém ele é gerido  
3380 pela Secretaria de Assistência Social e tem o CNPJ, mas isso não implica em nenhum  
3381 gasto não, porque ele está todo ligado a secretaria só co o CNPJ próprio. O nº da  
3382 instrução normativa eu encaminho depois, pois agora não sei. Conselheiro Adenor:  
3383 interessante Edma, porque a gente pode até juntar com essa nota técnica e informar  
3384 isso... Aprovado. Conselheiro Adenor: informes: foram convidados 8 municípios que  
3385 estavam pendentes no que tange as datas e quantidades de reuniões, anuais,  
3386 mensais, trimestrais, semestral que varia no cmas. Dos 8, 5 municípios confirmaram e  
3387 quando foi ontem somente dois compareceram. E a companheira Juanita e o  
3388 companheiro Marcelo atenderam e somente pediu para frisar isso. O presidente  
3389 agradece a relatoria pelo conselheiro Adenor e dá seqüência na pauta. **D) Política**:  
3390 conselheira Cristiane: devido ao avançar da hora, vou eleger alguns pontos e não vou  
3391 falar de toda a súmula, considerando também que teremos outra plenária neste mês.  
3392 Vou considerar apenas aquilo que precisa de deliberação. 4) Resolução **Benefícios**  
3393 **Eventuais** - A Comissão solicita, na próxima reunião de Comissões do CEAS,  
3394 discussão em conjunto com a **Comissão de Normas** para apreciação do documento,  
3395 da contribuição feita, visando encaminhamento à próxima Plenária. Deliberado pelos  
3396 conselheiros presentes: Geraldo, Adenor, Cristiane, Marta, Mario Roberto, Gilvânia,  
3397 Edma, Sônia e M<sup>a</sup> de Fátima. Conselheira Cristiane prossegue: considerando que a  
3398 questão das medidas socioeducativas já foi tratada, então, eu estou considerando  
3399 também que na próxima reunião das comissões nós nos reuniremos com a comissão  
3400 de apoio para discutir a questão dos CREAS isso já foi aprovado. Por último, só  
3401 lembrando que já foi aprovada a avaliação do Projovem Adolescente que a comissão  
3402 de política iniciou essa discussão. Então, já para a próxima comissão a gente vai  
3403 tentar organizar esse horário e já queremos convidar uma pessoa da SEDESE da  
3404 proteção básica para esclarecimentos sobre a política do Projovem. Presidente:  
3405 conselheira Cristiane eu gostaria que você falasse para a gente a respeito do GT que  
3406 foi constituído no CNAS para tratativa dessa questão, quando o conselheiro Márcio  
3407 nos trouxe aqui aquela questão da tipificação dos serviços que o GT estaria se  
3408 debruçando sobre isso em Brasília. A partir da reunião com o conselheiro nacional  
3409 Samuel, aqui neste conselho, e depois, com a presença da Jeane que é representante  
3410 das relações institucionais lá no CNAS se você pode pontuar a respeito. O que

3411 podemos encaminhar a partir de então. Conselheira Cristiane: o GT do CNAS na  
3412 verdade ele está discutindo a questão dos serviços ou programas de inclusão  
3413 profissional, conforme artigo da LOAS que estabelece essa ação dentro dos objetivos  
3414 da assistência social - inciso 3º do art. 2 da LOAS – então, o CNAS está se reunindo  
3415 para discutir essas questões. Em uma primeira reunião do GT que participamos, a  
3416 discussão seria se o programa de aprendizagem, conforme regulamenta a Lei 10.097  
3417 de 2000 se seria ou não reconhecido dentro da assistência social como política de  
3418 assistência social. Então, essa foi a primeira discussão do GT do CNAS e que vai  
3419 discutir outras formas de inclusão no mercado de trabalho ou promoção ao mercado  
3420 de trabalho, por enquanto, a única informação que temos do GT do CNAS é que ele já  
3421 chegou a conclusão de que a aprendizagem conforme estabelece a Lei 10.097  
3422 puramente ela não se constitui como um programa da assistência social. Somente  
3423 será assim constituído se tiver as ações complementares que se caracterizam no  
3424 serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Então, esse foi o primeiro  
3425 resultado, a informação que nós temos do primeiro GT da primeira reunião do GT que  
3426 encerrou essa definição mais me parece que eles, ainda, vão continuar se reunindo,  
3427 conversando sobre essa regulamentação. Mas no que se refere ao programa  
3428 específico de aprendizagem, puro e simples, só regido pela Lei 10.097 por si só ele  
3429 não seria reconhecido como programa de assistência, no entanto, há que se  
3430 considerar que há ações complementares que podem compor um serviço de  
3431 convivência e fortalecimento de vínculos. Conselheiro Márcio: é só contribuindo  
3432 também Cristiane porque é importante ressaltar que existe programa de aprendizagem  
3433 que é regido pela Lei 10.097, porém existem outros programas de inclusão que não  
3434 são regidos pela Lei 10.097 e se nós não tomarmos cuidado todos esses programas  
3435 vão ser abarcados em uma mesma metodologia que não é o correto. Por isso, é  
3436 importante a gente ficar atento nessa discussão. Presidente: eu chamo atenção para  
3437 isso porque isso é uma preocupação deste conselho, é uma preocupação com a  
3438 tipificação ainda não feita neste quesito e, portanto, nós estado de Minas Gerais é  
3439 pioneiro e o maior quantitativo dessa situação no Brasil. Então, eu já disse isso aqui  
3440 pela manhã que nós temos 6 ou 7 entidades que tem mais de 15 adolescentes nessa  
3441 situação e existe uma incompreensão do CNAS proposital, eu quero reafirmar isso que  
3442 eu estive lá dentro na discussão, essa discussão no GT, Márcio e Cristiane aos outros  
3443 pares e conselheiros, os municípios que temos em São João Del Rei tem um centro de  
3444 adolescente ativo. Ipatinga tem uma situação e aqui temos varias outras entidades.  
3445 Quero dizer que este conselho está para dar apoio no acompanhamento desta  
3446 comissão. Já chamamos o conselheiro Samuel que é de Belo Horizonte para estar  
3447 conosco. A Federação que eu estou presidente dela tem uma parceira dela lá dentro  
3448 do CNAS acompanhando o GT. Então, precisava ser feito uma definição para  
3449 acompanhamento correto e na pratica na tradução literal do que acontece no Estado  
3450 de Minas Gerais. Particularmente, minha entidade vai somar e esse conselho precisa  
3451 ter este acompanhamento para a gente fazer uma compreensão completa e  
3452 desenvolver isto que é feito peculiar no Estado de Minas Gerais. Agradece a todos os  
3453 conselheiros que estiveram presentes até o momento e de forma coletiva pede  
3454 desculpas pelo avançar da hora. Não havendo nada mais a declarar, eu Erika Ribeiro  
3455 lavrei a presente Ata, que foi degravada de acordo com a gravação, e que após lida e  
3456 aprovada será assinada por nós e pelos presentes.